

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**SUDENE:
A UTOPIA DE CELSO FURTADO**

Laura Christina Mello de Aquino

**RECIFE
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

SUDENE: A UTOPIA DE CELSO FURTADO

Laura Christina Mello de Aquino

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
História

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Cortez

**RECIFE
2004**

Aquino, Laura Christina Mello de

**Sudene : a utopia de Celso Furtado / Laura
Christina Mello de Aquino. – Recife : O Autor, 2004.**

186 folhas.

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. UFPE. História, 2004.**

Inclui bibliografia.

**1. História – Brasil (NE). 2. Celso Furtado, 1920-
- Gestão na Sudene. 3. Sudene – História. 4. Utopia -
Dialética. I. Título.**

981 (812/813)

CDU (2.ed.)

UFPE

981.1

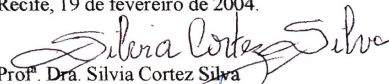
CDD (21.ed.) BC2004-296



ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA LAURA CHRISTINA MELLO DE AQUINO

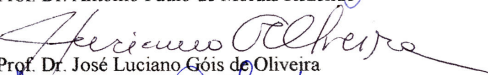
Às 14:00 do dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2004 (dois mil e quatro), no Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Laura Christina Mello de Aquino** intitulada “*SUDENE: A Utopia de Celso Furtado*”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito “**APROVADA**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: SILVIA CORTEZ SILVA (ORIENTADORA), MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA, ANTONIO PAULO DE MORAIS REZENDE, JOSÉ LUCIANO GÓIS DE OLIVEIRA E MARCOS FERREIRA DA COSTA LIMA. Assina também a presente ata, a Coordenadora, Prof^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa para os devidos efeitos legais.

Recife, 19 de fevereiro de 2004.


Prof.^a Dra. Silvia Cortez Silva


Prof.^a Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Prof. Dr. José Luciano Góis de Oliveira


Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima



Para Fernanda e Frederico, meus filhos.
Para Maria Eduarda e Osório, meus sobrinhos.

À memória dos meus avós, Laura Veloso de Mello
e Albuquerque e Antonio de Mello e Albuquerque,
Maria Sá e Benevides de Aquino e Osório de
Aquino, que me legaram Myriam e Osmar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração de algumas pessoas, a quem desejo expressar os meus agradecimentos sinceros:

A Socorro Ferraz Barbosa, referência intelectual e afetiva, cuja intervenção estimuladora foi decisiva para a realização deste doutorado.

A Neiliane Maia, amiga de todas as horas, que esteve presente desde os primeiros momentos deste projeto, inclusive conseguindo “reabrir” o acesso às atas do Conselho Deliberativo, quando a Sudene foi fechada, interrompendo a pesquisa que já havia iniciado. A ela, meu mais sincero e afetuoso agradecimento pelo companheirismo, pelo estímulo e pelas contribuições críticas, como leitora deste trabalho.

A José Arlindo Soares que, através de Neiliane Maia e de contatos com o Dr. Gilberto Costa Ribeiro, permitiu-me o retorno à pesquisa na Sudene, então extinta.

A Francisco de Paula Barreto Filho que, desde o início deste projeto, acompanhando as minhas dificuldades, quase que “ordenava”, com seu jeito carinhoso: “escreva!”

A Mirna Queiroz Lima, que me acompanhou durante todo o tempo em que fiquei quase que transcrevendo as atas, no prédio deserto da extinta Sudene.

Ao Dr. Vanildo Moura, pela colaboração na pesquisa, antes do fechamento da Sudene.

Ao Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz, pela fecunda interlocução no curso de Epistemologia da História, por ele ministrado.

Ao Prof. Dr. Rômulo Polari, grande conhecedor da obra de Celso Furtado, meu agradecimento pelas observações que muito me ajudaram.

Ao Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, membro da banca de qualificação desta tese, cujas observações foram preciosas para a continuidade do meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Antonio Pedro Tota, meu “eterno” orientador.

A Profa. Dra. Sílvia Cortez, minha orientadora, a quem aprendi a admirar aos poucos e a quem, “não mais que de repente”, me vi ligada por um enorme afeto e admiração. Devo a ela e à sua orientação, firme e determinada, a elaboração desta tese.

A Ignez Navarro, amiga e interlocutora, responsável pela editoração e revisão desta tese, que, nos momentos de incerteza, não me permitiu nenhuma vacilação, com determinação e coragem - traços de sua personalidade que admiramos cada vez mais. Sem ela, talvez este trabalho não tivesse sido concluído, como hoje sei, através de vários depoimentos, que é quase uma sua “missão” de solidariedade.

Ao meu filho Frederico, que foi essencial em todos os momentos da elaboração deste trabalho, pela sua solidariedade, pelo seu empenho em ajudar em todas as tarefas que estavam ao seu alcance e, sobretudo, pela sua presença constante e companheira. A minha filha Fernanda, pela rápida revisão e editoração, pelo estímulo e pela torcida à distância.

A Maria Elza Félix Cavalcanti, através de quem agradeço a todos os funcionários do Departamento de História da UFPB.

A Luciane Costa Borba, pela competência e presteza em resolver todos os nós burocráticos no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, meu agradecimento, extensivo a Marly.

A Victor Roberto Ciacco da Silva Dias, de novo!

A Marcondes Fagundes, amigo solidário.

A Lygia Prestes, amiga querida, exemplo de mulher, digna do seu irmão, o grande revolucionário Luiz Carlos Prestes, de quem guardo muitas saudades e que é uma lembrança afetiva e uma referência permanente na vida dos meus filhos.

A Yolanda e Renato Motta, com gratidão e carinho.

À amiga de sempre, Isabel Morsoletto Ferreira, que acompanhou, mesmo à distância, a elaboração deste trabalho, com o meu afeto.

Ao amigo solidário José Octávio de Arruda Mello, lembrando Geraldo Joffily.

A Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, amiga com raízes familiares, através dos nossos respectivos pais.

A Marineves Melquíades, cuja personalidade marcante e solidária estimulou sempre este trabalho.

A Marluce Mello de Rezende, tia querida que me acolheu com dedicação e afeto nas minhas idas a Recife.

A Vera e Sonia Mello de Rezende, as irmãs que não tive.

Ao irmão Antonio Eduardo, e aos dois outros que os fados nos deram: Paulo Henrique Mello de Rezende, através de quem lembro, com saudades, Carlos Augusto.

A Ângela Mérci Souto de Aquino, cunhada-irmã.

A Helena Aquino de Gusmão, a “Pererecopandareco”, minha tia “caçula”, por ter me proporcionado os poucos momentos de lazer e descontração, com seu eterno jeito de menina.

A Orlando Miranda de Gusmão Filho, também nosso “caçulinha”, com carinho.

A Maria do Carmo de Aquino, “Maria Cuba”, minha “tia Cau”, lutadora, dirigente das Ligas Camponesas na Paraíba, que continua firme nas suas convicções.

A tia Mercedes Aquino de Castro Pinto, o “Tenente”, que é só afeto e dedicação.

A Sérgio Aquino de Castro Pinto, primo querido, pelo interesse que sempre demonstrou pelo meu trabalho.

A Orlando de Mello e Albuquerque Filho, primo e amigo, que me acompanha sempre.

A Luiz Anacleto de Souza, Lula, meu babá.

A Dora Aquino, a minha mãe preta e amada.

A CAPES, pela bolsa concedida.

“Desde cedo, aprendi com a vida de meus pais, com o exemplo de minha avó, com o martírio de Olga, que vale a pena lutar por um mundo melhor, mais belo e mais justo, que vale a pena ter esperança num futuro melhor para toda a humanidade. Aprendi que não devemos compactuar com a injustiça, que é necessário lutar contra ela, que, apesar de todas as dificuldades, das derrotas e sofrimentos, dos erros e dos fracassos, a humanidade caminha para a frente, e os homens encontram maneiras de aperfeiçoar seus modos de viver. Hoje, na qualidade de historiadora que sou, entendo que esses ensinamentos recebidos na infância são verdadeiros: a história da humanidade nos mostra que o progresso é a tendência geral das sociedades humanas, embora se realize através de múltiplos e imprevisíveis retrocessos momentâneos, que por vezes podem durar muito, levando em conta o quanto a vida humana é efêmera”.

Anita Leocádia Prestes

(Não olhe nos olhos do inimigo:

Olga Benário e Anne Frank. –

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995).

RESUMO

Nosso objetivo, neste trabalho, cujo título é “Sudene: A Utopia de Celso Furtado”, foi tentar verificar até que ponto e em que medida os sonhos de Celso Furtado em relação ao Nordeste tornaram-se realidade.

Para tanto pesquisamos, historicamente, a idéia de utopia e as mais variadas acepções da palavra, construindo o conceito de “dialética da utopia” a partir do suporte teórico de Nildo Viana, Ernst Bloch e Karl Mannheim. Identificamos, nesse processo, a diferença essencial que existe entre pessoas tópicas e pessoas utópicas e como é possível coexistir, numa mesma pessoa, intrínseca e dialeticamente, as duas dimensões.

Seguindo a orientação teórica de Mannheim, anotamos a relação dialética entre a utopia e a realidade, assumindo o suposto de que a utopia é, também, movimento e ação. Trabalhamos, além disto, a questão dos intelectuais e de sua função social, concebendo Celso Furtado como um intelectual público singular, através do estudo de sua trajetória intelectual, do seu processo de vida e de suas ações, sobretudo à frente da Sudene.

Entendemos, então, que o professor Celso Furtado concretiza a noção de “dialética da utopia”, nela incluída a contradição entre um projeto social e a sua versão concreta, viável, realizável. Pensamos que foi neste sentido que ele idealizou e criou a Sudene, com o objetivo de promover um planejamento global para a região e mudar os rumos de sua política econômica.

De fato, o Nordeste que, até a criação da Sudene, era considerado como um problema insolúvel a ser carregado pela Nação, a partir de então

emergiu como entidade política, embora os problemas enfrentados pela região não tenham sido solucionados, como era o interesse principal do professor Furtado, e o seu projeto tenha sido interrompido pela intervenção militar de 1964.

Para identificar os limites e possibilidades históricas do projeto da Sudene, sob a direção de Celso Furtado, utilizamos, além de uma bibliografia básica que nos forneceu os elementos essenciais ao nosso trabalho, as atas do Conselho Deliberativo da instituição, até então inéditas, visando iluminar a dinâmica interna e os meandros do cotidiano da instituição.

Concluímos, *grosso modo*, que, embora o projeto inicial da Sudene tenha sido modificado substancialmente depois do golpe militar de 1964 e do conseqüente exílio do seu mentor - dados os limites mesmos postos pela conjuntura nacional e internacional - o Nordeste, a partir da emergência da Sudene, nunca mais foi o mesmo, pois a região se afirmara como entidade política e a sua face, em muitas dimensões, não seria a mesma. Apesar das deformações profundas sofridas após o golpe militar, a Sudene continua emblemática das possibilidades históricas de concretização de utopias e do papel fundamental exercido por intelectuais públicos do porte de Celso Furtado, como mentores de projetos sociais dessa envergadura.

Palavras-chave: Sudene – utopia – Celso Furtado – intelectuais – dialética

ABSTRACT

SUDENE: CELSO FURTADO'S UTOPIA

The goal of this paper, as its title indicates, was trying to ascertain to what extent and in what measure Celso Furtado's dreams about the Northeast of Brazil came true.

To this end, historical research on utopia and the various meanings of the word was undertaken in order to build a concept of a "dialectics of utopia", with the theoretical support of Nildo Viana, Ernst Block and Karl Mannheim. In this process, it was possible to identify the essential difference between "topical" individuals and utopians, as well as the possibility of these two dimensions to coexist – intrinsically and dialectically – in the same person.

Following Mannheim's theoretical guidance, the author observed the dialectic relationship between utopia and reality, and assumed that utopia can also mean movement and action. In addition, the role of intellectuals and their social function was also addressed, with a focus on Celso Furtado, a unique public intellectual. This included studying his life and achievements, particularly his actions with Sudene, a development agency for global economic policy planning for the Northeast of Brazil.

It is understood then that Professor Celso Furtado personifies the notion of "dialectics of utopia", including its contradiction between a social project and its concrete, viable, realizable version. The author believes that it was in this sense that he conceived and created Sudene in 1959.

In fact, before the creation of Sudene, the Northeast was considered a burden to be borne by the Nation. After its establishment, the agency emerged as a political entity, although the region's economic problems were not solved as quickly as Professor Furtado had envisioned. The 1964 military intervention in the country interrupted Furtado's project.

In order to identify the limits and historical possibilities of the Sudene project under Celso Furtado's leadership, basic references provided the essential elements, and the unpublished minutes of the meetings of Sudene's Deliberative Council helped throw a light on the agency's internal dynamics and daily operation meanders.

The conclusion is that although the initial Sudene project was substantially modified after the 1964 military coup and Furtado's exile – given the limits imposed by both the domestic and international political situation – the Northeast, after the emergence of Sudene was never the same because the region affirmed itself as a political entity and its image, in several ways, would never be the same. Despite the deep deformations the region undergone after the military coup, Sudene continues to be emblematic. It reflects historical possibilities of concretization of utopias and the fundamental role of public intellectuals like Celso Furtado as mentors of important social projects like Sudene.

Keywords – Sudene – utopia – Celso Furtado – intellectuals – dialectics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 – A DIALÉTICA DA UTOPIA	20
1. Um breve resgate histórico das utopias	20
2. A construção do conceito de “dialética da utopia”	30
2.1. Alguns princípios norteadores do conceito de utopia	30
2.2. O processo de apropriação do conceito de dialética da utopia	31
2.3. Utopias e ideologias	35
2.4. Tópicos e utópicos	39
2.5. Uma breve história do movimento utópico	41
3. Celso Furtado: uma síntese dialética entre o tópico e o utópico	44
Capítulo 2 – CELSO FURTADO, O INTELLECTUAL PÚBLICO	57
1. Celso Furtado: o “último” intelectual público?	57
2. A função social dos intelectuais	59
3. Um intelectual público singular	65
4. Furtado: uma trajetória, uma vida	77
Capítulo 3 – A SUDENE NA HISTÓRIA	106
1. O contexto histórico internacional e a questão do planejamento	106
2. A Sudene no contexto brasileiro e a questão regional	117
Capítulo 4 – A SUDENE NA GESTÃO DE CELSO FURTADO	133
1. A abordagem do tema	133
2. As fases de uma “utopia relativa”	137
2.1. As condições de concretização da utopia	138
2.2. A utopia em seus limites e contradições	152
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181

INTRODUÇÃO

Foram vários os critérios que presidiram a escolha do nosso tema.

Fernand Braudel confessou, sem pudor, a paixão pelo objeto do qual se ocupou de forma magistral: “amei apaixonadamente o Mediterrâneo indubitavelmente porque oriundo do Norte”.

Francisco de Oliveira também disse, no prefácio ao seu famoso livro sobre o Nordeste: “Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão”.

Sempre amamos apaixonadamente o Nordeste. Indubitável e paradoxalmente porque, embora o Rio de Janeiro tenha sido o nosso berço natal, é na Paraíba que estão fincadas as nossas raízes familiares e afetivas. O Nordeste sempre esteve presente em nossa vida, quer na militância política, na diretoria da União dos Nordestinos de São Paulo, quer nas nossas preocupações acadêmicas e intelectuais.

No final do nosso curso de graduação, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, iniciamos, sob a orientação do saudoso Professor Dr. Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, um Projeto de Pesquisa sobre as Ligas Camponesas na Paraíba. Nos finais dos anos setenta, as Ligas Camponesas ainda não haviam sido objeto de estudos sistemáticos como, em seguida, viriam a sê-lo, sobretudo na virada dos anos oitenta.

Iniciamos, naquela ocasião, uma pesquisa bibliográfica que serviria de suporte teórico para as nossas indagações. Também começamos uma investigação de campo, realizando entrevistas com participantes e dirigentes

da luta camponesa. Duas lideranças expressivas do movimento, inclusive, nos concederam depoimentos gravados: em Pernambuco, o Dr. Francisco Julião e, na Paraíba, o Dr. Francisco de Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba.

Entretanto, o falecimento prematuro do professor Reynaldo Pessoa, e os novos rumos pelos quais enveredamos, acabaram por determinar o abandono do projeto com o qual pretendíamos elaborar uma Dissertação de Mestrado.

Desenvolvemos nossa Dissertação de Mestrado junto ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sobre um tema, *à la fois*, paulista e estrangeiro: A Participação de Batalhões Estrangeiros na Rebelião de 1924 em São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Pedro Tota.

Algumas considerações se impõem, para a compreensão clara da natureza de nossa tese, que reacendeu a nossa paixão pelo Nordeste.

O nosso objetivo precípua foi investigar até que ponto os sonhos de Celso Furtado, em relação ao Nordeste, tornaram-se realidade.

Nesse sentido, resgatamos, historicamente, a idéia de utopia e, usando, fundamentalmente, o suporte teórico de Karl Mannheim, falamos de uma “dialética da utopia”, conceito para cuja construção também foram essenciais outros elementos históricos, sobretudo a luta persistente de Celso Furtado à frente da Sudene, que ele criou e dirigiu na tentativa de superar os problemas crônicos de atraso da região.

Esta tese está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, cujo título é “A Dialética da Utopia”, fizemos um resgate histórico, embora sintético, das utopias, tentando estabelecer alguns princípios norteadores do conceito de utopia que nos permitissem a apropriação e explicitação do conceito de “dialética da utopia”. O passo seguinte foi estabelecer a diferença entre utopias e ideologias, entre tópicos e utópicos, para descrever uma breve história do movimento utópico, com o objetivo de situar o professor Celso Furtado como expressão de uma síntese dialética entre o tópico e o utópico.

O segundo capítulo tem o título de “Celso Furtado, o Intelectual Público”. Nele, analisamos a trajetória de Celso Furtado e o elegemos como um exemplo dos mais significativos e singulares de intelectual público, conclusão a que chegamos depois de tratarmos a questão da função social dos intelectuais e de acompanharmos a trajetória intelectual e a vida do Dr. Furtado.

O terceiro capítulo trata da “Sudene na História”. Traçamos o panorama da criação da autarquia, mostrando o contexto internacional e nacional daquele momento, com ênfase na questão do planejamento e na questão regional.

No quarto capítulo nossa atenção foi dirigida para a “Sudene na Gestão de Celso Furtado”. Utilizamos, fundamentalmente, as nossas fontes primárias e inéditas, as atas do Conselho Deliberativo sob a direção de seu primeiro Superintendente, para acompanhar as fases de uma “utopia relativa”, as condições de implementação desta utopia e, finalmente, mostrar seus limites e contradições.

É imperativo, nesta Introdução, tecer algumas considerações *a priori*. Nossa primeira observação é a de que não confinamos Celso Furtado em camisas-de-força conceituais, porque pensamos que o seu pensamento não permite um procedimento desse tipo. Muitas vezes considerado um estruturalista cepalino ortodoxo, revela-se também um pensador eclético e independente, sem negar toda a influência da CEPAL e, sobretudo, de Raul Prébisch, em seu pensamento econômico.

Furtado inovou; foi além das influências que recebeu e tornou-se, ele próprio, uma fonte de influência para uma grande quantidade de economistas e cientistas sociais em todo o mundo. Exemplo significativo do que afirmamos é o Réseau Eurolatino Américain d'Études sur le Développement ou a Red Eurolatinoamericana de Estudios sobre el Desarrollo Económico Celso Furtado. Trata-se de uma instituição meticulosamente organizada - inclusive, contendo Declarações de Princípios - que promove atividades várias como reuniões, conferências, palestras, edita documentos de pesquisa e publicações sobre economia, possuindo ainda outras instituições menores ligadas à Red, espalhadas por várias partes do mundo, assim como membros individuais em diversos países.

Ao estudarmos a “utopia relativa”, representada pela Sudene, adotamos uma periodização que está circunscrita à criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Codeno - e, posteriormente, da Sudene, entre os anos de 1959 e início de 1964, ou seja, toda a gestão de Celso Furtado à frente da instituição.

Além de uma bibliografia básica que nos forneceu o suporte necessário tanto do ponto de vista teórico quanto do conhecimento da Sudene e do período que nos interessava, utilizamos também, as atas do Conselho Deliberativo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, fontes primárias e inéditas. Fichamos 79 atas, ou seja, todas as do período de Celso Furtado na Superintendência da Sudene, sendo apenas uma, datada de 6 de maio de 1964, presidida pelo Conselheiro Paulo Pessoa Guerra, com a presença do novo Superintendente, o General Manoel Expedito Sampaio. Tivemos a preocupação de fichar a ata da primeira reunião pós-golpe de 1964, uma vez que não há uma referência sequer ao professor Celso Furtado: era o tempo da “caça às bruxas” e, como é sabido, a História oficial costuma “riscar do mapa” os adversários políticos.

A autobiografia intelectual do professor Furtado, assim como a entrevista que nos concedeu – pelo que somos extremamente gratas - foram também de grande utilidade para a elaboração do nosso trabalho.

Não poderíamos, finalmente, encerrar esta Introdução sem lembrar que a proposta de Celso Furtado era a de redimir a região Nordeste e, pelo que nos revelam nossas fontes, ele acreditou firmemente no seu projeto, sendo a Sudene o instrumento fundamental para vencer o atraso secular nordestino, o que implicava lutas por transformações econômicas, políticas e sociais, em várias e diferentes trincheiras.

Capítulo 1

A DIALÉTICA DA UTOPIA

*“Muitas vezes as utopias nada mais
são do que verdades prematuras”*

Lamartine

1. UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DAS UTOPIAS

Nosso objetivo precípuo ou, dito de forma diferente, a pergunta norteadora do nosso trabalho, foi: *até que ponto os sonhos de Celso Furtado, em relação ao Nordeste, tornaram-se realidade?*

Talvez seja útil, aos eventuais leitores desta tese, apresentar uma esquematização dos princípios sobre cujas bases procuramos organizar este capítulo. Afinal, dar estrutura e forma a um tema de natureza tão ampla quanto a questão da utopia é um desafio de grande monta.

Não é tarefa do historiador determinar se existem utopias melhores ou piores. Também não é da competência do pesquisador qualificar os tópicos ou utópicos de “bons” ou “ruins”. O historiador deve abster-se desse tipo de juízo de valor, pelo menos quando tenta resgatar as contribuições dadas, por autores diversos, ao desenvolvimento da concepção e análise da utopia como, de resto, de outros conceitos. Isto não significa, no nosso entendimento, nenhum tipo de neutralidade cômoda, pois o historiador deve ser dotado de simpatia emotiva e intelectual pelo seu objeto de investigação, para analisá-lo com minúcia e exercer a crítica quando necessário, sem o que não é possível

escrever história de maneira profícua.

Nossa preocupação em colocar o assunto, *d’vance*, deve-se ao fato de a palavra utopia ser carregada de ambigüidades. Geralmente, ela é compreendida de forma pejorativa: quando se condena de forma definitiva uma idéia, sempre aparece o argumento contundente: “é pura utopia”.

As idéias utópicas remontam à Antigüidade, à Grécia Clássica, com *A república e as leis* de Platão, que inspiraram, séculos depois, Thomas Morus. Curiosamente, a história da utopia é anterior à utilização da palavra, que surgiu nos tempos modernos, na célebre obra de Thomas Morus, cujo título original é: *Um livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha da Utopia*, depois reduzido para *Utopia*.¹

A palavra utopia possui uma longa história própria. Em rápidos traços, para evitar a enorme quantidade de polêmicas inúteis, faremos a reconstrução histórica da idéia, como conceito.

A República, de Platão, considerada a pedra fundamental da filosofia ocidental, tentou reconstruir o ideal de uma comunidade ética e justa. O resultado das idéias platônicas foi uma espécie de “comunismo hierárquico”, governado por uma casta de filósofos. Diferentemente da democracia de Atenas e da oligarquia de Esparta, este estado ideal era mais perfeito do que qualquer cidade grega jamais seria, pois, segundo o pensamento de Platão, as cidades gregas eram degeneradas e deveriam imitar a cidade platônica.

¹ Thomas Morus é a forma alatinada de Thomas More, que adotaremos neste trabalho.

Na Idade Média, período em que o pensamento católico era hegemônico, continuou-se a sonhar com mundos ideais. Um exemplo marcante é o de Dante Aleghieri que, na *Divina Comédia*, acreditava na existência do Jardim do Éden. Outros merecem ser lembrados: a *Terra de Cocanha*, uma fantasia popular, onde as aves voavam já assadas para a boca de quem as desejasse, assim como a *Nova Jerusalém*, que surgiria sobre a terra depois do Apocalipse etc. Essas crenças, no entanto, não constituíam utopias verdadeiras, eram puras fantasias. Nem mesmo as histórias de Marco Pólo, que tinham um fundo de verdade, possuíam algo de racional, que permitisse a seres humanos concretizá-las. Elas eram amplamente acreditadas, mas encaradas como milagres divinos, ou mágicas, pelas quais se deveria esperar e rezar para que se realizassem.

Dois mil anos depois de Platão – e nele inspirada – surgiu a *Utopia* de Thomas Morus, em que nos deteremos, por tratar-se de marco e símbolo do desenvolvimento do conceito, ou seja, o exemplo clássico de utopia.

Thomas Morus, Grande Chanceler da Inglaterra, nasceu em Londres em 1478 e foi decapitado, também na capital inglesa em 1535. Era filho de um dos juízes do banco dos reis, vinha de uma família proeminente. Aos quinze anos foi pajem do Cardeal Morton, Arcebispo de Cantuária, cargo honroso para alguém tão jovem. Em 1497 terminou seus estudos em Oxford, tendo ali conhecido Erasmo e se tornado seu amigo. Durante três anos cursou Legislação, preparando-se para exercer a profissão de advogado. No reinado de Henrique VIII, em 1514, foi referendário e membro do Conselho Privado e, após a queda do Cardeal Wolsey, foi nomeado, em 1529, Grande Chanceler.

Morus era ligado à Igreja Romana e, quando Henrique VIII abjurou o catolicismo, pediu demissão do cargo – em 1532 -, provocando no rei uma enorme insatisfação. No ano seguinte, recusou-se a assistir à coroação de Ana Bolena e a prestar fidelidade a seus descendentes, como era o costume da época. Foi condenado à prisão perpétua, teve todos os seus bens confiscados e, em 1535, foi decapitado, em Londres, sob a acusação de alta traição.

A *Utopia*, livro que lhe deu reconhecimento universal, foi editada por Erasmo, em 1516, em Basiléia, na Suíça. Morus conservou, sempre, fortes laços de amizade com Erasmo e manteve, com ele, uma correspondência particular, onde revelava sua aversão pela vida de fausto da corte e, sobretudo, pela nobreza parasitária: “Não podes avaliar com que aversão me encontro envolvido nesses negócios de príncipes”.²

A *Utopia* de Morus é considerada a primeira crítica, com fundamentos sólidos, ao regime burguês, além de conter uma análise profunda da decadência do feudalismo. As críticas de Thomas Morus são consideradas amargas e duras, contra aquela sociedade injusta e desorganizada. Depois da sátira a todas as instituições de sua época, ele sonhou com uma sociedade imaginária, ideal, com comunidade de solo e dos bens, sem antagonismos entre cidade e campo, sem luxos e gastos excessivos, com um Estado administrando a produção, sem propriedade privada e com um povo feliz, vivendo em boas condições.

Entende-se, assim, por que a obra de Morus passou a ser considerada, na história do socialismo, como a primeira tentativa teórica de edificação de

² Viana, Nildo. “A utopia concreta contra o realismo político”, in: *Textos de Projeto Esperança*.

uma sociedade sem propriedade privada, passando seu nome a significar todo sonho generoso de mudança social (Viana, *op.cit.*). O fato de ele ter sido decapitado é revelador de que as utopias, às vezes, podem ser perigosas para aqueles que as defendem, as aspiram ³.

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, talvez – *et pour cause* – pelo progresso da ciência, da tecnologia, do comércio, às vésperas do advento das revoluções burguesas (a francesa e a industrial), na Inglaterra, a idéia de um país próspero e feliz tornou-se quase implausível e a literatura utópica, por algum tempo, ficou mais rara. Mesmo assim, encontramos obras importantes: Francis Bacon publica a *Nova Atlântida* em 1627; Tommaso Campanella escreve a *Cidade do Sol*; James Harrington lança *Oceana*⁴; Gabriel Foigny, em 1676, produz *Terre Australe* etc.

Vale ainda salientar que o irlandês Jonatham Swift (1726) foi, certamente, um dos mais prolíferos autores de utopias. *Gulliver* e *Lilliput*, por sua vez, reproduziram, em miniatura, os aspectos mais ridículos da sociedade

³ Celso Furtado, nosso objeto de investigação, felizmente não foi “decapitado”. Porém, logo nos primeiros dias posteriores ao golpe militar de 1964, foi posto para fora da Sudene (que ele havia concebido e da qual era dirigente, como o seu primeiro superintendente) e atirado ao exílio. Não lhe cortaram a cabeça, mas queriam as suas idéias e atividades, no sentido de mudar as condições de atraso do Nordeste, longe de sua pátria brasileira. Nas palavras dele próprio: “*eu me havia empenhado na luta para modificar a política do governo federal no Nordeste, com o ardor de quem atende a um chamado do destino. Aceitei todos os sacrifícios e assumi todos os riscos. Metamorfoseara-me em homem-orquestra, trabalhando nos aviões, nos hotéis e nos acampamentos; nos fins de semana percorria a região, na ânsia de melhor identificar os problemas e no propósito de estimular os companheiros, a quem incumbiam as tarefas mais duras. Cometera até mesmo as leviandade de avalizar um empréstimo de 5 milhões de cruzeiros, contraído junto ao BNDE, para fazer frente aos primeiros gastos correntes do CODENO, empréstimo que foi pago com recursos de crédito especial obtido posteriormente. Tive de responder perante o Tribunal de Contas por essa irregularidade, pois não cabe a ninguém assumir antecipadamente a responsabilidade de gastos da União. Reconhecida a minha boa fé e ‘abnegação’, a punição que sofri foi apenas simbólica. Eu constituíra uma equipe de pessoas dedicadas, que trabalhavam sem limite de horário e que se haviam identificado com a causa do Nordeste com o espírito de cruzados*” (Furtado, 1997: 132).

⁴ Para alguns analistas, *Oceana*, de James Harrington, teria influenciado a Constituição dos Estados Unidos, pois defendia a separação dos poderes e o estímulo à pequena propriedade.

européia da época e, por outro lado, ainda povoam os sonhos de muitas crianças e adolescentes, pelo mundo afora, em nossos dias. Voltaire, com o seu *Cândido* (1758), sozinho mereceria um capítulo inteiro. Louis-Sébastien Mercier publicou, em 1770, *Mémoires de l'An 2440* e, pela primeira vez, a utopia foi projetada no futuro anunciando, de certa forma, a Revolução Francesa, pois Mercier, em seu livro, abolia a monarquia e os privilégios hereditários: “cuidemos de tornar esta vida tolerável; ou, se for demais, que pelo menos sonhemos que assim é”.

Com o advento das revoluções burguesas, depois do primeiro impacto, quando a literatura utópica sofreu um retrocesso, houve, em seguida, um novo florescimento das idéias utópicas; talvez pelo agravamento dos problemas sociais, a utopia tornou-se, por assim dizer, urgente e séria, perdendo o tom irônico e radical anterior.

Pensamos ser desnecessário discutir, neste capítulo, a conhecida dívida de Marx e Engels para com as escolas de pensamento surgidas no âmbito do Iluminismo. No entanto, trataremos, ainda que brevemente, do papel exercido por Jean-Jacques Rousseau na formação da teoria socialista posterior. Duas razões básicas nos movem: a primeira prende-se à sua visão de igualdade social, fundada na propriedade comum da riqueza e na regulamentação de todo trabalho produtivo; a segunda diz respeito à influência rousseauiana sobre a esquerda jacobina. Não devemos esquecer que Rousseau foi, em sua época, o teórico mais importante da igualdade e que os jovens Marx e Engels tinham, como principal palavra de ordem, justamente a igualdade entre os homens.

Também o socialismo utópico, o dos primeiros anos da década de 1840, possuía, como um dos seus mais fortes componentes, um igualitarismo inspirado em Rousseau, do mesmo modo que a filosofia clássica alemã foi influenciada por ele. No início do século XIX, as principais utopias traçavam planos para o futuro. E este futuro seria, necessariamente, socialista, ainda que o autor adotasse as regras literárias que colocavam a utopia em uma terra imaginária.

Os socialistas utópicos formularam uma crítica da sociedade burguesa, um esquema de teoria da história e a confiança na viabilidade do socialismo, embora as suas deficiências teórico-práticas tenham sido enormes. Além de serem fundamentalmente apolíticos e, por isso, nem mesmo no plano teórico poderem elaborar meios eficazes para transformar a sociedade, possuíam, na prática, segundo a visão de Hobsbawm (1983, 1: 33-66), dois pontos frágeis: o primeiro é que os socialistas utópicos defendiam, de maneira geral, toda “uma série de excentricidades românticas, que iam de um perspicaz visionarismo ao desequilíbrio psíquico da confusão mental, a estranhos cultos e exaltadas seitas semi-religiosas”.⁵ O segundo deve-se ao fato de que, além de serem apolíticos, eles não fizeram uma análise econômica da propriedade privada, como base do sistema capitalista e da exploração, embora a expressão “exploração do homem pelo homem” tenha sido usada pela primeira vez por Saint-Simon (*Idem, ibidem*). Ora, tal análise, para Marx, é o núcleo central da teoria comunista, conclusão a que chegara a partir do primeiro *Esboço da*

⁵ Engels chegou a anotar, a respeito dos seguidores de Saint-Simon: “... na França, tudo o que foi posto no ridículo está irremediavelmente perdido”. Em suma, mesmo reconhecendo nos grandes utópicos genialidade e originalidade, Marx e Engels não podiam imaginar uma função prática na transformação socialista propugnada por “aqueles grupos de excêntricos”.

Economia Política, de Engels (1843-44) (Marx, *apud* Hobsbawm, 1983, 1:33-66).

Não cabe distinguir, aqui, as particularidades do pensamento de cada um dos principais socialistas utópicos. Essas distinções costumam ser tão atraentes quanto um catálogo telefônico: uma relação de nomes, livros e autores vai sendo desenrolada, geralmente, como resumos dos conteúdos dos livros citados. Por isso, em breves palavras, trataremos de três grandes utópicos, assim considerados quase que por unanimidade: Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier.

As concepções desses homens dominaram, por muito tempo, as idéias socialistas do século XIX, dada a importância de algumas de suas descobertas para o socialismo pré-marxiano e para o marxismo propriamente dito (Engels, 1961, 2). Para que o entendimento de suas idéias seja suficientemente claro é necessário, antes de tudo, situá-los historicamente, no desenvolvimento do capitalismo.

Na época em que Owen, Saint-Simon e Fourier produziram e atuaram, o capitalismo – e o conseqüente antagonismo entre a burguesia e o proletariado – estavam ainda pouco desenvolvidos. A grande indústria já nascera na Inglaterra, mas apenas lá. No início do século XIX, mal se iniciavam os conflitos de classe, inerentes à nova ordem social e, muito menos, vislumbravam-se soluções para esses conflitos.

Mesmo correndo o risco de cansar o eventual leitor deste trabalho, não resistimos em transcrever uma pequena parte da análise da situação histórica

em que surgiram as teorias dos três socialistas utópicos, feita por Engels. Não apenas pela sua pertinência contundente, mas também pelo toque de humor cáustico:

“A ‘liberação da propriedade’ dos entraves feudais, que agora se convertia em realidade, vinha a ser para o pequeno burguês e o pequeno camponês a liberdade de vender a esses mesmos poderosos senhores sua pequena propriedade, esgotada pela esmagadora concorrência do grande capital e da grande propriedade latifundiária; com o que se transformava na ‘liberação’ do pequeno burguês e do pequeno camponês de toda propriedade. O ascenso da indústria em bases capitalistas converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade. O pagamento à vista transformava-se, cada vez mais, segundo a expressão de Carlyle, no único elo que unia a sociedade. Os vícios feudais, que até então eram exibidos impudicamente, à luz do dia, não desapareceram, mas se recolheram, por um momento, um pouco ao fundo do cenário; em troca floresciam exuberantemente os vícios burgueses, até então superficialmente ocultos. O comércio foi degenerando, cada vez mais, em trapaça. A ‘fraternidade’ do lema revolucionário tomou corpo nas deslealdades e na inveja da luta de concorrência. A opressão violenta cedeu lugar à corrupção, e a espada, como principal alavanca do poder social, foi substituída pelo dinheiro. O direito de pernada passou do senhor feudal ao fabricante burguês. A prostituição desenvolveu-se em proporções até então desconhecidas. O próprio casamento continuou sendo o que já era: a forma reconhecida pela lei, o manto com que se cobria a prostituição, completado ademais com uma abundância de adultérios. Numa palavra, comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores, as instituições sociais e políticas instauradas pelo ‘triunfo da razão’ redundaram em tristes e decepcionantes caricaturas. Faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX” (Engels, 1961, 2: 308).

Efetivamente, esses “homens”, como vimos, surgiram no início do século XIX. As *Cartas de Genebra* de Saint-Simon apareceram em 1802; Fourier publicou a sua primeira obra em 1808 e Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark, na Escócia, em 1º de janeiro de 1800 (Engels, 1961, 2: 308).

Saint-Simon, para usar as palavras de Engels, era filho da Revolução Francesa: quando ela eclodiu, ele ainda não havia completado trinta anos. Sua

descoberta mais genial, sempre segundo Engels, foi conceber, em 1802, a Revolução Francesa como uma luta de classes, não apenas entre a nobreza e a burguesia, mas também entre “a nobreza, a burguesia e os despossuídos”. Saint-Simon declarou, ainda, que a política é a ciência da produção, prevendo, assim, a absorção da política pela economia: “[...] aqui não faz senão aparecer em germe a idéia de que a situação econômica é a base das instituições políticas”. Proclamou, ainda, a idéia da abolição do Estado (*Idem, ibidem*).

Fourier fez uma profunda crítica das condições sociais então existentes. É considerado o primeiro feminista da história, por sua crítica da relação entre os sexos e da posição da mulher na sociedade burguesa. Ele manejou a dialética com maestria, tendo dito em sua obra: “na civilização, a pobreza brota da própria abundância” (*Idem, ibidem*).

Robert Owen tentou colocar suas teorias em prática e teve uma atuação dinâmica: “presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única”. A colônia-modelo que criou em New Lanark, Escócia, onde possuía uma grande fábrica de fios de algodão, chegou a reunir 2.500 pessoas: “[...] não se conheciam a embriaguez, a polícia, os juízes de paz, os processos, os asilos para pobres nem a beneficência pública”. Owen preocupou-se, especialmente, com a educação, sendo considerado, inclusive, o criador dos jardins de infância. Ele foi, dentre os três utópicos, o que mais avançou na direção do comunismo, identificando três grandes obstáculos ao avanço das mudanças sociais: a propriedade privada, a religião e a forma do casamento (*Idem, ibidem*).

Em suma, as concepções dos utópicos dominaram, durante muito tempo, as idéias socialistas do século XIX. Mas, em 1848, o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels pôs fim à era das utopias socialistas românticas.⁶

Não nos deteremos no chamado socialismo pré-marxiano, por julgarmos desnecessário para o nosso interesse mais imediato. Contudo, não podemos, simplesmente, desconhecer-lo, esquecendo que ele se encontra a meio caminho entre o socialismo utópico e o socialismo científico. De fato, seria uma lacuna de grandes proporções não mencionarmos, ao menos, o papel exercido pelos anarquistas, os proudhonianos e os sindicalistas revolucionários. Seria, também, uma omissão imperdoável não nos referirmos, pelo menos, a Louis Blanc e Proudhon, antes de nos atermos à questão teórico-conceitual da utopia.

2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DIALÉTICA DA UTOPIA

2.1. Alguns princípios norteadores do conceito de utopia

À medida em que nossa investigação avançava, constatamos que as definições de utopia são de uma variedade insuspeita, existindo até mesmo princípios para a sua definição, como nos revela Catarina Teles Ferreira.

Vejamos alguns desses princípios, abaixo transcritos:

⁶ A era das utopias foi encerrada, historicamente, depois da publicação do *Manifesto Comunista*. No entanto, no mundo globalizado e sobretudo conturbado em que vivemos, as utopias, revestidas de novas formas, parecem ter voltado à moda. Trata-se de uma constatação empírica, que mereceria melhores investigações e reflexões (Cf. Bloch, Ernest. *Geist der Utopie – O Espírito da Utopia*, de 1923, citado em Teixeira, Luiz Gonzaga. *Utopia: uma cartilha*. In: <http://sites.Uol.com.br/antonioluizcosta/cartilha.htm>.). Para alguns intelectuais, Teixeira, que publicou uma “Cartilha” sobre a utopia, não tem a relevância necessária. Entretanto, discordamos dessa posição por duas razões básicas: primeiro porque ele nos esclarece pontos obscuros sobre o conceito de utopia e, sobretudo, trata da posição de Ernest Bloch sobre o problema. Talvez o título do trabalho de Teixeira cause em alguns um certo impacto, mas consideramos que é essencial ler a referida “Cartilha” para afastarmos possíveis preconceitos induzidos, talvez, pelo título simplório do trabalho.

1. *“A utopia é uma crítica ideológica da ideologia. O interesse no entendimento da sociedade contemporânea e no seu aperfeiçoamento terá sempre que conter capacidade de sonho e implica a crítica da ideologia dominante.*
2. *A utopia exige o conhecimento do real. Como forma de crítica, é uma chamada de atenção para o que não existe, pela imaginação do novo. Embora não esteja submetida à realidade, a utopia enraíza-se no real e encontra no real um princípio de aplicação.*
3. *Apesar de algumas idéias utópicas serem eventualmente realizadas, não é da natureza da Utopia ser realizada. Este é um ponto fundamental para se entender o conceito. Se se pretender que a utopia seja realizada, ela deixa de ser Utopia para passar a ser projeto ou plano. O último parágrafo da Utopia de Thomas More revela-o já: “tenho que confessar que há na República da Utopia muitas coisas que eu desejaria para os nossos países, embora o meu anseio ultrapasse o desejo de o conseguir.” A Utopia, uma vez relatada, é abandonada ao seu lugar de irrealidade.*
4. *A Utopia relaciona-se de forma direta com a capacidade de sonhar, expressão da imaginação que é uma das formas de liberdade de pensamento.*
5. *A Utopia é um meio para atingir beleza, encanto. Está perto do desejo, recorrendo a processos criativos como forma de expressão e invenção.*
6. *A especulação utópica é libertadora: rompendo com ordens adormecidas, reivindica o melhor impossível.*
7. *Toda Utopia pertence ao domínio ético, pelo desejo de um mundo melhor. O novo papel da Utopia é o de aspirar à sustentabilidade e à estética.*
8. *A Utopia constrói-se por fragmentos de aplicação no real.*
9. *O novo sonho utópico é urgente. A Utopia não pode esperar”* (Ferreira, 1999).

2.2. O processo de apropriação do conceito de dialética da utopia

Os princípios transcritos acima ilustram bem a imensa gama de dimensões implicadas na conceituação da utopia, embora não concordemos com todos eles, como se verá no decorrer deste trabalho. Importa, aqui, descrever um pouco do nosso processo de apropriação do conceito, que é fundamental para a nossa aceção de uma “dialética da utopia”.

Utopia designa, em grego, *U* - não; e *Topos* – lugar. Portanto, em uma tradução literal, significa o não lugar, o lugar que não existe. Todas as utopias sonharam com a ilha salvadora contra os males da sociedade real. Mas é

também irrefutável que o possível persegue a utopia; os utópicos querem todo o possível e tentam ir além do horizonte.⁷

Adotamos, aqui, o conceito de utopia proposto por Nildo Viana, incluindo a distinção, feita por Ernest Bloch, entre *utopia concreta* e *utopia abstrata* (cf. Bloch, 1923, *apud* Teixeira, op.cit). Apropriamo-nos, também, da distinção feita por Mannheim entre *utopia absoluta* e *utopia relativa* (Mannheim, 1972: 221). Consideramos essenciais essas distinções feitas por ambos – Bloch e Mannheim – por duas razões: em primeiro lugar, porque a aceção de “dialética da utopia”, ao incorporá-las, parece tornar-se mais inclusiva; em segundo lugar, porque entendemos que o projeto da Sudene está inserido tanto na noção de *utopia concreta* quanto na de *utopia relativa*.

Evidentemente, temos claro que o processo de construção de um conceito em ciências humanas é sempre amplo e complexo, tendendo a modificações, uma vez que não existem conceitos definitivos, prontos, acabados.

Assim, dificilmente é possível explicitar como um conceito foi elaborado seguindo os padrões das ciências exatas. Dito de outro modo: é impossível que o conceito de “dialética da utopia”, por exemplo, seja exposto seguindo critérios rígidos. O próprio caminho percorrido para a sua apreensão e elaboração não pode obedecer a uma espécie de fórmula matemática traduzida em começo, meio e fim, mecanicamente.

⁷ Posteriormente, quando estabelecermos a distinção entre tópicos e utópicos, deter-nos-emos mais a fundo no assunto.

Isto posto, quando pesquisamos a questão da utopia e utilizamos o suporte teórico de Karl Mannheim, verificamos que esse foi o ponto de partida para falarmos de uma “dialética da utopia”. Outros fatores foram também essenciais para a construção do conceito. A luta perseverante de Celso Furtado à frente da Sudene no sentido de tentar superar os problemas crônicos da região Nordeste certamente invocou o que chamaremos de intuição do historiador para o aspecto da vontade política de mudanças em oposição às condições concretas da região e à reação de um grande número de suas lideranças políticas. Neste sentido, as posições assumidas pelo professor Celso Furtado sem dúvida reforçaram a nossa concepção.

Já chamamos a atenção, neste capítulo, para a coerência de Celso Furtado, inclusive apontando para o fato de que ela mesma deve ser trabalhada pelos pesquisadores de sua obra e ação, de forma sistemática. Na ata da 14ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada a 4 de julho de 1961, depois de tratar de uma série de questões, o professor Furtado abordou o problema agrário do Nordeste:

“O grande problema da região é o problema de sua agricultura que, evidentemente, não apresenta elasticidade suficiente, que não apresenta dinamismo, que não apresenta capacidade de desenvolvimento. Esse grande problema, como é o grande problema da região o é, também, da Sudene, e se esta não estiver em condições de abordá-lo a fundo não terá cumprido a sua verdadeira missão, que é o desenvolvimento da região. O ponto de vista da Sudene é caminhar para um planejamento global. A ausência dos planos é a causa principal da improvisação e da duplicidade de iniciativas que caracterizam a ação do Governo Federal no Nordeste”.

Recentemente, em maio de 2000, em entrevista ao *Jornal Sem Terra*, argüido sobre a lógica da política econômica atual, respondeu:

“Durante o governo de Fernando Henrique, os compromissos externos do Brasil (dívida externa mais dívida interna dolarizada) cresceram de forma considerável, enquanto a economia não cresce e o patrimônio é alienado. Ao não crescer, reduzimos nossa capacidade de obter divisas para o exterior. É uma política suicida. Parece que foi planejada para mostrar a todos, mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província do império maior. Enquanto isso acontece, nossos políticos estão distraídos, pensando em outras coisas. É incrível. Passei cinquenta anos lutando pela independência e o desenvolvimento do Brasil. Cheguei aos oitenta anos de idade para ver isso. Estou muito assustado. Estamos sendo governados por uma espécie de ‘partido’ dos que não acreditam no futuro do Brasil”.

Em suma, a concepção de Mannheim sobre utopia e as posições políticas de Celso Furtado foram os elementos teórico-históricos que nos levaram à aceção de uma “dialética da utopia”, como expressão da relação dialética entre tópico e utópico.

É importante enfatizar, ainda, que não estamos defendendo, neste trabalho, a idéia de que a Sudene foi somente uma utopia. Esperamos que fique claro que esta instituição foi, também, uma utopia, embora concreta, relativa, viável.

Nosso interesse pela obra de Mannheim já havia sido despertado antes mesmo de concebermos a noção de “dialética da utopia”. É um interesse resultante da influência mesma que o autor exerceu sobre Celso Furtado. No primeiro volume de sua obra autobiográfica, Furtado se diz um “estudioso de Mannheim” e revela: “meu plano inicial fora fixar-me por algum tempo em Londres, de onde irradiava, nessa época, a fama de uma escola de economia que se dava ao luxo de ter Karl Mannheim, o criador da sociologia do conhecimento, no seu quadro de professores” (Furtado, 1997, 1: 96).

Com efeito, Mannheim considerou que

*“a própria forma pela qual se define um conceito e o matiz com o qual é empregado já encerra, em certo grau, um juízo prévio quanto ao produto corrente de idéias elaboradas sobre ele. Não é por acaso que um observador que, consciente ou inconscientemente, tenha assumido uma posição a favor da ordem social prevalecente, deve possuir uma concepção ampla e indiferenciada do utópico, isto é, uma concepção que suprime a distinção entre a inviabilidade absoluta e a relativa. Desta posição, é praticamente impossível transcender os limites do **status quo**. Esta relutância em transcender o **status quo** tende para a posição de encarar algo inviável em qualquer ordem, de tal forma que, ao se obscurecerem estas distinções, se possa suprimir a validade das pretensões da utopia relativa. Chamando de utópico tudo o que ultrapasse a presente ordem existente, afasta-se a ansiedade que poderia ser provocada pelas utopias relativas, viáveis em outra ordem” (Mannheim, 1972: 220).*

Com este tipo de entendimento, Mannheim enriqueceu, de forma essencial, nosso conceito de “dialética da utopia”. Adotando uma concepção de utopia elucidativa, inclusiva, ele analisou exaustivamente a questão, cercando-a por todos os lados. E ressaltou a relação dialética entre a utopia e a realidade. Ora, o nosso conceito de “dialética da utopia” pressupõe, justamente, essa relação entre utopia e realidade, acrescida da relação dialética, intrínseca na utopia (viável, realizável, relativa, concreta), entre pessoas tópicas e pessoas utópicas. Celso Furtado, segundo nossa convicção, quando pensou e concretizou a Sudene, conjugou, com sucesso, as duas instâncias.

2.3. Utopias e ideologias

As contribuições de Teixeira (*op.cit*) são instigantes para a abordagem teórica das relações entre utopias e ideologias. Segundo este autor, quando se pensa em Utopia deve-se, antes de tudo, levar em conta que Utopia “é o nome de uma ideologia e de um movimento”. Para ele, a ideologia é um conjunto de idéias que formam um sentido: “uma ideologia é como uma única e grande

idéia que tem a propriedade de poder ser desmembrada em muitas idéias menores, que respondem praticamente a todas as situações da vida”. Assim, uma pessoa que tem uma ideologia pode, em última instância, posicionar-se diante de todos os problemas que a vida apresenta de maneira coerente, compreensível. Nem todas as ideologias têm nomes, ou às vezes se usa um nome que pode significar diversas ideologias. Diante dessas possíveis confusões, podemos nomear algumas grandes ideologias: comunismo, marxismo, socialismo, cristianismo, capitalismo, liberalismo, conservadorismo... Teixeira considera Utopia como uma dessas chamadas grandes ideologias.

Analisemos em rápidos traços as afirmações citadas acerca da definição de ideologia. Na nossa maneira de entender a questão, as “confusões” não são apenas “possíveis”, mas também muito grandes. Deve-se ter em conta que, nem sempre, “uma pessoa que tem uma ideologia pode posicionar-se diante de todos os problemas que a vida apresenta de maneira coerente, compreensível”. Pensamos que, se tratarmos a questão dessa forma, estaremos diante de uma simplificação de grandes proporções, em relação ao problema da ideologia. Nem sempre as pessoas que têm uma ideologia podem, *ipso facto*, “posicionar-se diante de todos os problemas que a vida apresenta de maneira coerente, compreensível”.

Existem outros problemas que têm que ser levados em consideração. Apontaremos, a título ilustrativo, a sugestão de que as coisas podem ser completamente diferentes: muitas vezes as ideologias, ou uma ideologia, pode tornar as pessoas dogmáticas, sectárias, autoritárias, sentenciosas. O

dogmatismo, ou a exacerbação do pensamento que as ideologias às vezes provocam em algumas pessoas, pode resultar no fato de que elas enxerguem a realidade de viés, ou com um grau de miopia bastante deformador dos fatos reais e concretos, em suma, da própria realidade que as circunda.

Não é nosso propósito, neste capítulo – e nesta, por assim dizer, condensação da questão da utopia – definir ideologia, mas não podemos nos furtar a tecer algumas considerações no sentido de apontar os problemas diversos dos quais a palavra e, sobretudo, o seu conceito, ou seus conceitos vários, estão imbuídos, embora já o tenhamos apontado no decorrer deste capítulo.

Como já salientado, segundo o pensamento de Teixeira, a utopia, além de ideologia, é também movimento. Para o autor, quase toda ideologia tem um movimento, quer as pessoas acreditem no comunismo, no cristianismo etc. Elas não ficam paralisadas e, também, não ficam isoladas: estudam, conversam, tentam a realização daquilo que pensam. E é esse movimento de uma ideologia, quer dizer, as atividades das pessoas que a seguem, suas idéias, suas reações mútuas, que fazem com que o processo pareça assim: “é como se a ideologia descesse à terra e se materializasse no e pelo movimento”. Nada temos a obstar quanto a essa faceta da ideologia.

Já na acepção mannheimiana, as utopias transcendem a situação social, orientam a conduta para elementos que a situação, tal qual se apresenta em determinada época história, não contém. Para o autor, nesse sentido, as utopias são diferentes das ideologias, na medida em que

conseguem, através do que ele chamou de contra-atividade, transformar uma determinada realidade histórica em outra realidade.

É importante considerar, aqui, uma anotação feita por Mannheim: aquela de que fazer a distinção teórica entre utopias e ideologias oferece pouca dificuldade, mas “determinar concretamente o que em um dado caso seja ideológico e o que seja utópico é extremamente difícil” (Mannheim, 1972: 220). Esta é, sem dúvida, uma das dificuldades com a qual nos deparamos, para trabalhar o “dado caso” da Sudene sob a direção de Celso Furtado, no terreno teórico-histórico. Nosso recurso foi aprofundar a análise da nossa principal fonte primária – as atas do Conselho Deliberativo na gestão do professor Furtado – para firmar os pés no chão da realidade histórica do período por nós estudado.

Esta questão merece uma atenção especial, pois as palavras também podem ser utilizadas como armas, existindo até mesmo a chamada contra-revolução na linguagem. Portanto, é o realismo político que qualifica utopia como “pura fantasia”, como “quimera” ou “sonho irrealizável”. E realismo político, na concepção de Nildo Viana, por sua vez baseado em elementos teóricos fornecidos por Freud e Marcuse e, também, por Erich Fromm, Marx e Weber, “é a tradução, em uma concepção política, do princípio repressivo de realidade, estabelecido pela mentalidade burguesa que, por sua vez, se reproduz no interior e no conjunto da sociedade capitalista” (Viana, 2002). Ela nos remete a outra questão: a da relação entre tópico e utópico.

2.4. Tópicos e utópicos

Existem pessoas tópicas e pessoas utópicas, como já mencionamos. As pessoas tópicas caracterizam-se por estarem mergulhadas em suas próprias vidas, embora estejam também preocupadas com coisas comuns que preocupam a todos, como a iminência de uma guerra, por exemplo. Mas, essencialmente, as pessoas tópicas estão presas no lugar, estão sempre no nível da situação, conformam-se com as possibilidades oferecidas e vivem, quase sempre, aquém do horizonte oferecido pelo sistema em que estão inseridas e pela sua cultura. As pessoas utópicas, ao contrário, são bem mais inquietas, acham ser possível ir além do horizonte, negam a situação, querem saber como funciona o lugar que buscam, como se chega lá, perguntam-se sobre como agir e como construir esse outro lugar (cf. Teixeira, *op. cit.*)⁸

Toda essa problemática pode ser assim sintetizada: o homem, quando ainda estava na pré-história, ou seja, mesmo antes de conhecer a escrita e vivendo em cavernas, imaginava uma vida melhor, um lugar diferente e, evidentemente, com melhores condições de sobrevivência. A tentativa de inventar, na imaginação, um lugar melhor, que não existe, é utopia. Está claro que esse desejo ocorre porque não se está satisfeito com o lugar ou a situação em que se está vivendo, e é em função dessa evidência que se deve pensar que as utopias são críticas ou, dito de outro modo, são uma maneira de fazer crítica.

⁸ Celso Furtado foi, a nosso ver, na criação e direção da Sudene, *à la fois* e dialeticamente, tópico e utópico. Está inserido na categoria de *utopia concreta*, criada por Ernst Bloch e na de *utopia relativa* de Karl Mannheim; enfim, na categoria das utopias viáveis, realizáveis.

Também é fundamental, para a compreensão da utopia, a idéia de que, além de sonhar, o homem tenta realizar seus sonhos e, muitas vezes, consegue realizá-los, se não em sua totalidade, pelo menos em parte. Neste sentido, a utopia também é ação e movimento, além de ser uma palavra que, em seu plural, é ampla e abrangente, uma vez que existem utopias de vários tipos: religiosas, literárias, comunitárias etc. É ainda necessário levar em conta que muitos utópicos nem sabem que o são, embora outros o saibam, e buscam uma vida nova, escrevem livros, mudam sua maneira de viver no cotidiano, organizam partidos políticos e chegam a derrubar governos, com o objetivo de transformar as condições em que vivem. Outros, que vão viver em comunidades com alguns de seus pares, seguindo o estilo de vida que consideram melhor, seriam, por assim dizer, representantes de uma vertente do escapismo.

Teixeira, em seu texto, fala de vários utópicos mas, sobretudo, dos que sabem que “são utópicos e buscam a Utopia com consciência e persistência”. Para este autor, inclusive, os utópicos são muito diferentes entre si, embora a maioria deles tenha alguma coisa em comum: um exemplo enfatizado é o de que todas as utopias que propõem eliminar as diferenças sociais são utopias socialistas, como já vimos.

Teixeira faz, também, uma comparação entre as três ideologias mais conhecidas: o cristianismo, o comunismo e o capitalismo, mas remete seu pensamento imediatamente para a Utopia. Trata do movimento organizado e das áreas onde a influência da Utopia pode ser notada, para utilizar as suas próprias palavras. Conclui, primeiramente, que não existe movimento

internacional organizado e, ainda, que “embora os estudiosos não discordem muito do que é utópico, os próprios utópicos sabem que o são e até chegam a não admitir esse rótulo”. E constata, no entanto, que há muito de concreto nos fatos da história do movimento utópico.

2.5. Uma breve história do movimento utópico

A história do movimento utópico pode ser assim pontuada:

- as religiões orientais, como taoísmo, krishna e budismo, a República de Platão e a religiosidade socialista de Cristo;
- a moderna onda de utopias literárias, inaugurada e simbolizada pelas obras de Campanella e Morus;
- a onda das comunidades (no sentido moderno), desde 1663;
- o movimento socialista-utópico político iniciado por Saint-Simon, Owen, Fourier e Proudhon;
- o movimento cooperativista, iniciado pela cooperativa de Rochdale;
- a utopia pedagógica;
- o anarquismo;
- a esquerda católica, desde a Ação Católica até a Teologia da Libertação;
- a revolução dos costumes atuando na estrutura da família, na alimentação etc;
- o terceiro-mundismo;
- os movimentos pelos direitos humanos, pela não-violência e pela ecologia, assim como o movimento hippie e o estudantil;
- o movimento de comunidades agrícolas e o moderno pensamento utópico de Ernst Bloch, Duveau, Mannheim, Furter etc.

Todas essas iniciativas, de caráter tão diferente, têm muito em comum, embora os autores mais antigos, como Platão, Campanella, Owen e Fourier,

tenham adotado posições que atualmente podem ser consideradas utópicas. Platão, por exemplo, defendeu uma rígida separação da sociedade em classes sociais; Campanella defendeu a comunidade de mulheres - que não eram nem socialistas nem feministas; pensadores mais recentes, como Bloch, Mannheim e outros, conseguiram apresentar a Utopia como “um conjunto coerente e articulado de idéias”.

Em suma, da Antigüidade até o século XVI – mais precisamente, 1561 – quando Thomas Morus utiliza a palavra pela primeira vez, existiam obras literárias e iniciativas que hoje são reconhecidas como utopias, mas a palavra ainda não existia. De 1561 até Marx e Engels, existia a palavra, mas ela não era usada com o sentido de hoje. Depois de Marx e Engels e até finais do século XIX, a palavra era utilizada pejorativamente e nem mesmo os utópicos assumiam a sua condição, ninguém ousava dizer: “eu sou utópico”. Na primeira metade do século XX, começou um movimento no sentido de se assumir a utopia, ainda que tímido e inconsistente. Só depois da II Guerra Mundial o interesse de diversos estudiosos pela Utopia começou a se consolidar e é nesta fase que o movimento utópico se organiza.

Segundo Teixeira, a Utopia percorreu as seguintes fases:

- Fase Antiga: vai até a invenção da palavra utopia por Thomas Morus;
- Fase Literária: período onde há um grande número de obras produzidas, obras de ficção que retratam países e lugares com formas sociais, hábitos, costumes, governos ideais;
- Fase Socialista: os primeiros pensadores desta fase são Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Considérant, Weiling, Owen, Proudhon, Cabet, William Kina, Landaeur, Wells;
- Fase da Maturidade Teórica: os principais representantes desta fase

são Bloch, Duveau, Mannheim, Mucchielli, Ruyer, Szachi, Buber, Furter, Paulo Freire e muitos outros.

De fato, o movimento utópico começou a se organizar a partir de 1880, com a publicação do livro de Engels *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Para os marxistas, os utópicos passaram a ser um grupo específico, definido. Alguns autores, nessa época, começaram lentamente a se posicionarem como utópicos, embora como uma resposta ao que consideravam uma provocação e de forma descontínua.

Foi Wells, em 1905, que utilizou pela primeira vez a palavra Utopia em seu sentido positivo e moderno, com a publicação do livro *A modern utopia*. Ernest Bloch, em 1923, publicou *O espírito da utopia*, mas nem Wells nem Bloch inauguraram uma nova fase na história da Utopia. Esta nova fase surge com a publicação das obras *A utopia e as utopias* (Ruyer, 1950); *Ideologia e utopia* (Mannheim, 1960); *O mito da cidade ideal* (Mucchielli, 1960) e *Sociologia da utopia* (Duveau, 1961).

A título de ilustração, cabe lembrar que a palavra utopia, em seu sentido novo, foi utilizada por Buber e, no Brasil, por Carlos Aveline, em seu livro *De baixo para cima, a utopia no Brasil*. Cabe ainda mencionar, apenas como referência, outros autores de utopias no século XX – sobretudo Orwell, com o seu *1984* e Huxley, com *Admirável mundo novo*.

Aldous Huxley, lido por Celso Furtado, aos dezenove ou vinte anos, causou forte impacto no nosso autor, que o considerou um escritor que colocava as questões de forma mais complexa. Aliás, feito esse breve histórico do movimento utópico – onde o tópico e o utópico se entrelaçam –

importa agora colocar o professor Furtado no proscênio, tirando-o do fundo do cenário. Sempre que a nossa documentação o permita, tentaremos mostrar o “tesouro de fábula” que é a sua vida intelectual. Evidentemente, ater-nos-emos à periodização a que o nosso trabalho está circunscrito, mas sem cometer o contra-senso de limitar a vida intelectual do nosso autor ao período em que esteve na direção da Sudene.

3. CELSO FURTADO: UMA SÍNTESE DIALÉTICA ENTRE O TÓPICO E O UTÓPICO

“Possibilidades (ou impossibilidades) permanentes não existem.”

Szachi

Celso Furtado, em sua trilogia autobiográfica, colocou dois dos seus livros que compõem esta trilogia sob o título: *A fantasia organizada e a fantasia desfeita*. Vejamos, segundo o dicionário, as definições de “fantasia” e “utopia”, respectivamente: *fantasia* – obra ou criação da imaginação, concepção; *utopia*: projeto irrealizável, quimera, fantasia.

Como vemos, há muita proximidade no significado das duas palavras, embora não pretendamos carregar nas tintas para afirmar que são sinônimas – o que seria, de resto, incorreto. No entanto, ambas possuem conteúdos que, algumas vezes, confundem-se.

Os ensaios em homenagem aos 80 anos de Celso Furtado, coordenados por Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego (2001), foram editados sob o título *A grande esperança em Celso Furtado*. Vejamos, também, o significado de “esperança”: ato de esperar o que se deseja; aquilo que se espera ou deseja.

Essas incursões ao dicionário põem em relevo o que já foi mostrado, teoricamente, neste capítulo: a palavra utopia é prenhe de ambigüidades. Este reconhecimento é necessário para esclarecer que, em nenhum momento, pretendemos minimizar o papel da Sudene durante os anos em que Celso Furtado foi seu superintendente, ou mesmo antes de sua existência legal, à época do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), em 1959, do qual o professor Furtado foi também o Diretor Executivo.

Longe de nós a intenção de subestimar todos os esforços, as realizações e o impacto que a Operação Nordeste (Openo) e, posteriormente, a Sudene, provocaram no Nordeste brasileiro e, em grande medida, no país. Também não estamos afirmando que Celso Furtado considerasse a Sudene como utopia ou fantasia: todas as nossas fontes levam a acreditar que ele confiou firmemente, e com os pés no chão, como um tópico, no que estava fazendo; e se lançou, com vigor, à realização da tarefa da qual estava imbuído.

Ainda hoje, mesmo tendo sido fechada a Sudene por uma Medida Provisória do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e com todas as distorções que sofreu desde o golpe militar de 1964, encontramos, no Nordeste, “permanências” do seu projeto inicial. A propósito, decidimos, mesmo correndo o risco de “poluir” o texto, não colocar as citações a seguir em forma de notas, como seria academicamente correto, uma vez que, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, a Sudene voltou à ordem do dia.

De fato, obedecendo às determinações do Presidente da República,

entre as intenções prioritárias do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está a de reativar a Sudene, extinta em maio de 2001. Celso Furtado, inclusive, aceitou o convite para assessorar a “nova” Sudene, já que - talvez por força de sua idade avançada, ou por ter estruturado a sua vida de tal forma que passa uma metade do ano em Paris e a outra metade no Rio de Janeiro - não quis assumir a direção da instituição, como inicialmente lhe foi proposto pelo Ministro.⁹

Em 11 de maio de 2001, Furtado declarou que “a Sudene é uma grande conquista política do Nordeste. Sua importância cresce em face dos problemas criados pela globalização econômica, que ameaça a soberania nacional”.¹⁰

Aliás, quando da extinção da Sudene, ela já pairava como uma ameaça iminente para Furtado: “Para idealizador, extinção do órgão seria um retrocesso”. De Paris, em 22 de maio de 2001, o professor Celso concedeu entrevista a Reali Júnior – correspondente de *O Estado de São Paulo* - e, entre outras coisas, afirmou: “seria um erro confundir a Sudene com outros organismos governamentais, pois ela não é apenas um órgão técnico, mas também político”. E ainda:

“Seria uma volta ao passado, ao tempo em que se acumulavam atrasos em relação às regiões do país. Isso poderia criar fraturas que sabidamente constituem uma ameaça à unidade nacional. Quando se criou a Sudene, o objetivo era corrigir essa fratura que estava crescendo e criando um grande descontentamento” (Idem, ibidem).

Celso Furtado avaliou, recentemente, a Sudene de sua época e a “caricatura em que se transformou”:

⁹ Cf. Jornal *O Estado de São Paulo*, de 22 de março de 2001, in: <http://www.estadao.com.br/editoriais/2001/03/22/pol570.html>.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

“Primeiramente, ela teria de voltar a ser o que era originalmente, e não essa caricatura em que se transformou. A Sudene era um órgão que permitia uma articulação melhor, de outro estilo, entre a administração federal e as estaduais. Por exemplo, o superintendente da Sudene tinha nível de ministro. Em segundo lugar, as decisões do conselho deliberativo eram de uma transparência total, não havia mistério lá. Dele participavam os nove governadores dos Estados do Nordeste. Esse órgão coletivo exercia o poder através dos governadores, que tomavam decisões conjuntamente com o governo federal, representado pelo superintendente. Tomavam uma decisão e o governo federal tinha de aceitar, porque se não ficava em conflito com a Sudene e, portanto, havia a necessidade de uma cooperação fina, delicada, mas muito eficaz, dos Estados com o governo federal, na qual se evitavam conflitos de jurisdições. Os Estados pequenos do Nordeste não têm expressão política, não pesam no Congresso Nacional, vivem barganhando pequenas coisas. E a Sudene representou no Nordeste a criação de um poder capaz de competir com o dos grandes Estados, como Minas Gerais ou São Paulo. Nos seis anos que passei na Sudene, nunca houve suspeita de desonestidade no uso de tantos recursos, tanto dinheiro que a Sudene usou, naquela época, e era muito mais do que hoje.” (Furtado, 2003: 34-35).

A preocupação da Sudene com a unidade nacional já se expressava em 1959, quando a instituição ainda era o CODENO. Na ata de 1º de junho daquele ano, consta que a reunião do Conselho Deliberativo tinha como objetivo apreciar o Plano de Pavimentação da Rede Prioritária Básica, Rodoviária, do Nordeste, elaborado de acordo com a programação DNER-CODENO. Rômulo de Almeida, então representante do governo da Bahia no Conselho – grande economista que exerceu vários cargos importantes na política brasileira, tendo sido inclusive o primeiro Presidente do Banco do Nordeste do Brasil – ponderou que havia necessidade de sair do Conselho Deliberativo um plano amadurecido, capaz de resistir ao impacto das competições políticas no seio do Congresso. Pensava ele que faltava, à matéria em discussão, “essa madureza, de vez que não está suficientemente documentado e justificado economicamente, não só em conjunto, mas em relação às sub-regiões, isto é, a cada um dos Estados, de maneira que possa resistir à pressão que certamente sofrerá de grande número de

parlamentares.”¹¹ Acrescentou ainda que não se justificava o alheamento do Plano em relação ao sistema geral de transportes, ressaltando que deveria ser considerado o problema da competição, em alguns trechos, entre rodovias e ferrovias, quando estas se apresentassem capazes de recuperação. Reportou-se, ainda, ao critério de integração nacional, acentuado pelo CODENO, ao considerar a ligação das capitais, para lembrar que não deve ser relegado a segundo plano o problema de integração do próprio território nacional.

Celso Furtado se pronunciou, a este respeito, esclarecendo que o objetivo do Plano, inicialmente, foi dar ao Nordeste um sistema rodoviário que interligasse as diversas partes da região. Todavia, em função das ponderações do Conselheiro Rômulo de Almeida, achou oportuno que se estudasse “a possibilidade de uma coordenação entre os programas de interesse federal e aqueles que resultam de um imperativo das necessidades regionais, como, por exemplo, o abastecimento das zonas que vão ser industrializadas. Assim, a matéria abordada pelo Conselheiro Rômulo de Almeida deveria ser objeto de amplo debate” (*Idem, ibidem*).¹²

Voltando à avaliação mais recente de Furtado e à sua defesa da permanência da Sudene, na entrevista concedida à *Revista Caros Amigos* ele propugnava essa permanência mesmo que o seu conteúdo não fosse mais aquele que idealizou:

¹¹ Cf. Ata da 2ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 1º de junho de 1959.

¹² O professor Furtado sugeriu, então, que fosse marcada uma reunião preparatória, no decorrer do próprio mês de junho, na sede do CODENO, da qual participassem os representantes dos diversos estados, cada um levando as suas sugestões, para que numa reunião posterior pudessem ser feitas às críticas.

“[...] as decisões do seu Conselho Deliberativo são adotadas pelos governadores eleitos pelo povo, que dele participam, e não por simples funcionários. Quando surgiu, há mais de 40 anos, a Sudene constituiu uma inovação na federação brasileira, permitindo que os pequenos Estados do Nordeste pudessem receber um tratamento diferenciado” (Furtado, 2003: 34-35).

Surpreso com a informação de que o Ministro Fernando Bezerra pretendia transformar a Sudene em uma agência de desenvolvimento, o professor Furtado questionou:

“Qual será a função do Conselho Deliberativo, órgão de que participam os governadores do Nordeste e que tem incumbências essencialmente políticas? Nos anos em que fui superintendente, os governadores estaduais eleitos por partidos de oposição encontravam, justamente, nessa instituição, um terreno neutro onde podiam se entender com o Governo Federal. Ignorar a dimensão política da Sudene, considerá-la uma simples agência administrativa, é desconhecer a importância que ela adquiriu na história do país; é privar o Nordeste do principal instrumento de ação política de que dispunha” (Furtado, 2003: 34-35).¹³

Em todo caso, a defesa que Celso Furtado fez da Sudene, que enfatiza a estrutura do órgão com argumentos legítimos, não representa apenas o criador defendendo a criatura, pois há muito tempo as condições conjunturais da Sudene já não eram as mesmas, haviam se modificado enormemente. E Furtado, como vimos, não desconhece isto. Inclusive, em uma das reuniões com o objetivo de reabrir a Sudene, o Ministro Ciro Gomes, além de descartar “soluções tecnocráticas”, disse que a nova Sudene virá com uma característica bem especial: “blindada contra a corrupção”.¹⁴

¹³ Nós já havíamos destacado, na biografia que escrevemos sobre Celso Furtado, esse problema: “A Sudene foi muito mais do que uma ‘agência administrativa’. Não foi um projeto improvisado, tirado do bolso do colete de um burocrata qualquer. No momento mesmo em que escrevo essa biografia, tenho em mãos seu Primeiro Plano Diretor, que analisa e planeja desde a modificação da estrutura industrial do Nordeste à reorganização e reequipamento de indústrias tradicionais, à racionalização do abastecimento d’águas, passando por investimentos ligados à saúde pública, à educação de base etc etc etc.” (Cf. Aquino, Laura Christina Mello de. *Biografia de Celso Furtado*. Série Histórica “Nomes do Século, nº 19. João Pessoa: A União, 2000).

¹⁴ Cf. No Olhar.com. Colunas: Vertical, O Povo. Fortaleza, 17 de março de 2003.

Depois de escrever, em Cambridge, entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado resolveu voltar ao país com um projeto bem definido:

*“A lição era clara: o trabalho de teorização em ciências sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política. Inclinei-me a pensar ter escrito um livro como *Formação Econômica do Brasil*, que poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste, representara o melhor emprego do meu tempo. Concluíra-o apontando para os dois desafios a serem enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. Dessa vez eu voltava para o Brasil com um projeto definido”* (Furtado, 1997,1:358-359).

Analisando detidamente as posições furtadianas, não apenas nos trechos aqui transcritos, mas também em vários outros de seus livros – e, sobretudo, nas atas do Conselho Deliberativo da Sudene, entre 1959 e março de 1964, período em que nosso autor criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste e foi seu primeiro superintendente – constatamos o quanto ele é tópico e utópico, como já destacado. Ele tinha um projeto concreto, definido, elaborado em um livro que, inclusive, é considerado a sua obra mais importante. Simultaneamente, evocava a sua condição de nordestino, sonhava com mudanças nas estruturas político-econômicas e, por consequência, sociais, em seu país, mas sobretudo em sua região natal. Ele não estava preocupado em desfiar romances conceituais (embora o tenha feito brilhantemente), mas em cuidar de coisas reais, utilizando-se do seu saber.

Foi a partir dessas análises que elaboramos o conceito de dialética da utopia e elegemos Celso Furtado como um seu representante legítimo,

fundamentando-nos no aporte teórico de Mannheim.

Mannheim considerava que não é possível exprimir a relação dos intelectuais com a sociedade numa fórmula única e defendia os intelectuais independentes, ao contrário de Gramsci, que exortava os intelectuais a organizar e persuadir as massas, organizados no partido político, como intelectuais orgânicos (fazendo-se uma simplificação do pensamento de Antonio Gramsci sobre a matéria).¹⁵

Mannheim observou, ainda, que se dava ênfase ao lado negativo da desvinculação dos intelectuais, considerando-se a independência como instabilidade e falta de iniciativa. Achava que, em função disso, os intelectuais vinculavam-se a um partido ou a uma classe. Para ele, a independência é considerada uma virtude, não um defeito, pois possibilita aos intelectuais o que chamou de “perspectiva total”, permitindo, também, que “desempenhem o papel do vigia num ambiente que, de outra forma, cairia no negrume de todas as noites” (Jacoby, 2001:149).

A posição de Mannheim criou, contra ele, um clima de hostilidade, tanto da esquerda quanto da direita. Foi acusado pela esquerda de fazer apologias burguesas ou de não ter compreendido que a *intelligentsia* iria transcender sua

¹⁵ Judeu húngaro, Karl Mannheim fez parte de uma geração de intelectuais que se reuniram no final da Primeira Guerra Mundial, em Budapeste, em busca de uma cultura nova, que permitisse superar os males sociais, muito mais evidentes depois da carnificina da Grande Guerra e de suas terríveis consequências. Contemporâneo de Georg Lukács e Arnold Houser, foi duas vezes exilado: da Hungria e da Alemanha. Terminou sua carreira profissional na Universidade de Londres, como professor de educação, “pregando o planejamento democrático”. Sua condição de refugiado, sem pátria nem raízes, talvez tenha influenciado sua defesa dos intelectuais independentes: “queremos encontrar nossa casa, nosso mundo”. Para ele, os intelectuais estariam “flutuando livremente”, desvinculados das classes sociais, “situados entre as classes” (cf. Jacoby, Russel. “Os intelectuais: da utopia à miopia”, in: *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001:143).

desvinculação de classe para cooperar com o partido socialista. A direita considerava suas idéias como uma “variante do niilismo europeu”, um sub-produto, se assim podemos nos expressar, das idéias de Nietzsche. Portanto, Mannheim ficou isolado, sem qualquer apoio.¹⁶

Por que tratar desse assunto?

Ora, Celso Furtado, um estudioso de Mannheim, embora se diga um homem “de esquerda”, sempre procurou manter a sua independência em relação a partidos políticos. Isto não significa que tenha qualquer tipo de preconceito, como o demonstra a sua intenção, no pós-guerra, de voltar à Europa – o que de fato fez – mas desejava conhecer, particularmente, a então União Soviética. Em suas palavras:

“[...] essa experiência em planificação econômica me parecia ser algo que não devia ignorar. A guerra demonstrara claramente que uma adequada regulação do sistema econômico podia assegurar o pleno emprego, aspiração maior de povos que haviam sido vitimados por uma depressão sem precedentes. Na União Soviética se demonstrava que esse bem por todos almejado também podia ser obtido na paz” (Furtado, 1997, 1: 98).

E mais:

“Na época, a única experiência de estabilização de uma economia com base na planificação era a soviética, mas praticamente nada existia publicado sobre ela. Partia da suposição de que as implicações sociais da planificação econômica deviam estar sendo objeto de estudo pelos especialistas soviéticos” (Idem: 100).

Tendo sido apresentado à filha do então embaixador da União Soviética, Furtado foi por ela desanimado a empreender a viagem, mas imaginou que, a partir de Paris, obteria mais informações sobre como conhecer a União

¹⁶ Embora o tema seja fascinante, não pretendemos divagar para outras questões a ele ligadas, perdendo de vista o nosso objeto de pesquisa. No entanto, não podemos deixar de mencionar que, segundo a concepção de Russel Jacoby, Mannheim foi “o último teórico dos intelectuais independentes e não o primeiro” (Jacoby, 2001: 149).

Soviética. O trecho a seguir transcrito, sobre este mesmo episódio, a despeito de ser relativamente grande, é crucial para uma apreensão acurada da posição de Celso Furtado sobre a independência dos intelectuais:

“Alguns dias depois, contei a entrevista a um amigo do Partido Comunista e ele me observou: ‘o que ela diz (a filha do embaixador) é o ponto de vista de um diplomata, que não quer se comprometer. O caminho mais curto é você entrar para o Partido e em seguida solicitar uma missão que implique visitar a União Soviética.’ Ri-me da receita. Em primeiro lugar, não podia admitir submeter-me à tutela de um Partido que se escreve com letra maiúscula, pois eu colocava a minha liberdade de pensar acima de tudo. Em segundo, não admitia receber instruções para escrever sobre isto ou aquilo. O amigo não insistiu na conversa. Seguindo Mannheim, eu tinha uma certa idéia do papel social da intelligentsia, particularmente nas épocas de crise. Sentia-me acima dos condicionamentos criados por minha inserção social e estava convencido de que o desafio consistia em instilar um propósito social no uso dessa liberdade” (Furtado, 1997, 1:101).

Nada poderia ser mais esclarecedor a respeito da questão em pauta. A coerência de Celso Furtado é algo que ainda não foi suficientemente estudado. Na entrevista que nos concedeu, cujo objetivo era a elaboração desta tese, perguntamos ao professor Celso: “para um espírito aberto como o do senhor, que conviveu com uma gama diversificada de personalidades, com posições as mais contraditórias, causam uma certa espécie as referências ao poeta Pablo Neruda, com o qual parece não ter a mesma condescendência do que com outras personalidades, a exemplo de Jânio Quadros. Houve algum problema de ordem pessoal entre o senhor e o poeta? Por que a não complacência?” A resposta:

“Sou grande admirador do autor dos Vinte Poemas de Amor e uma Canção Desesperada. Frequentei a bela residência de Neruda em Santiago em várias oportunidades. Mas não compreendi seu comportamento quando, comprovados os crimes de Stalin pelo próprio governo soviético, o nosso poeta continuou a publicar poemas encomiásticos à glória do tirano. Após o golpe militar no Brasil, testemunhei conselhos de Neruda aos exilados brasileiros no sentido de que evitassem romper todas as amarras com os militares,

*porque nada de essencial poderia ser feito sem a colaboração deles. Isso nos ajuda a compreender a longa vida do tirano chileno”.*¹⁷

Para finalizar este capítulo, voltemos ao ponto central das nossas preocupações: a dialética da utopia e Celso Furtado como um seu legítimo representante. De fato, ele foi um homem que, em 1956, antes mesmo de chegar a Cambridge, aonde iria estudar – embora já sendo doutor em Economia pela Universidade de Paris - , tomara a seguinte decisão:

“[...] dedicar o essencial do meu tempo ao trabalho teórico [...], mas não teria a tranqüilidade necessária para levá-lo adiante, em sã consciência, se também não reservasse algum tempo a ordenar minhas idéias sobre o Brasil. [...] Fora a preocupação de compreender a realidade brasileira que me levava a passar todos esses anos batendo a cabeça em muro de pedra. Tinha contas a ajustar comigo mesmo. Decidi então dedicar parte de meus vagares a reordenar e depurar minhas idéias sobre a economia brasileira” (Furtado, 1997, 1:331).

Este homem que, três anos depois, estava dirigindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, sediado na cidade de Recife; fazendo reuniões do Conselho Deliberativo no Rio de Janeiro, então capital da República; pressionando as bancadas nordestinas (e as dos outros Estados) do Congresso Nacional no sentido de conseguir a aprovação e regulamentação da lei de criação da Sudene; promovendo reuniões do mesmo Conselho em várias capitais nordestinas e usando de toda a habilidade possível para contornar as disputas políticas que se expressavam dentro do próprio Conselho¹⁸ – como o demonstram as nossas fontes – não pode, em hipótese alguma, ser considerado apenas um *tópico*, ou um *utópico*.

¹⁷ Entrevista de Celso Furtado à autora, concedida de Paris, em 17 de janeiro de 2000.

¹⁸ A instalação do CODENO realizou-se no dia 25 de abril de 1959, como relatou Celso Furtado nas páginas 99 e seguintes do volume 2 de sua autobiografia, já citada: “No belo recinto do Teatro Santa Isabel, no Recife, e foi a grande oportunidade para que Kubitschek assumisse uma posição clara com respeito ao Nordeste como ‘região-problema’”. No entanto, a primeira reunião do Conselho Deliberativo do órgão foi realizada, às 9:40 horas do dia seguinte, no “modesto auditório da delegacia federal de saúde”. Depois passou para uma sede no Edifício Teresa Cristina, 13º

Seria absurdo considerá-lo, tão somente, um *utópico*, um sonhador, um Dom Quixote contemporâneo, lutando contra moinhos de vento imaginários. Por outro lado, não podemos concebê-lo como um *tópico*, preocupado apenas em realizar tarefas, um burocrata qualquer.

O patamar de Celso Furtado é outro: é o de um homem que sonhou com mudanças possíveis de serem realizadas, viáveis; que fez corretas alianças políticas para conseguir o seu intento; que sonhou com um Nordeste livre da miséria e do atraso; que deixou marcas de sua gestão à frente da Sudene que – a despeito de todas as distorções – persistem. Em suma, o patamar de um homem de ação, de um dirigente político, lutando incansavelmente para atingir seus objetivos.

Nada poderia sintetizar melhor a sua dialética do tópico-utópico que esta afirmação de Russel Jacoby, que parece ter sido escrita para Celso Furtado: “precisamos ficar de olho no que temos debaixo dos pés, mas também no horizonte. Em princípio, é algo perfeitamente viável. A visão utópica não

andar, tendo se mudado posteriormente para umas salas acanhadas, no Edifício JK, 12º andar, da avenida Dantas Barreto. A medida em que a Sudene crescia, as acomodações da instituição se tornavam mais precárias. Celso Furtado, com o aval dos membros do Conselho Deliberativo, chegou a comprar um terreno para abrigar a Sudene, já que em algumas ocasiões o órgão era itinerante, por absoluta falta de espaço para as reuniões. Em outras ocasiões, a Sudene fez reuniões do seu Conselho Deliberativo, propositalmente, em outras capitais do Nordeste e no Rio de Janeiro, então capital da República. Estamos tratando da sede do CODENO e da Sudene por uma razão precisa: o edifício que abrigava a recém-extinta Sudene, em Recife, é enorme, imponente. Pode ser arrolado entre as obras monumentais construídas pela ditadura militar. Dois de seus enormes auditórios, situados no chamado “anexo”, um em frente do outro, chamam-se, respectiva e ironicamente, General Humberto de Alencar Castelo Branco e General Emílio Garrastazu Médici. O contraste entre as dependências utilizadas pelo CODENO e pela Sudene, até 1964, do ponto de vista físico, é enorme. O que dizer, então, do contraste de sua direção e orientação? Pensamos no paradoxo: a Sudene de Celso Furtado, plena de idéias e atividades, cujos funcionários possuíam um bom *status*, como constatamos pela análise de nossa documentação, e a Sudene pós golpe militar de 1964: um prédio de arquitetura faraônica, vazio de idéias novas, oco, um grande “cabide de empregos”, onde imperou o jogo político mais sujo e a corrupção campeou de forma deslavada, a ponto de, à guisa de solução, dada a sua política inócua e a roubalheira generalizada, o governo Fernando Henrique Cardoso extingui-la pura e simplesmente, jogando fora todo um passado de empenho e determinação em vencer o atraso secular do Nordeste.

descarta a vida cotidiana. O olhar endereçado ao possível não precisa diminuir o prazer do provável” (Jacoby, 2001:232).

Capítulo 2

CELSO FURTADO, O INTELLECTUAL PÚBLICO

“Nunca pude compreender a existência de um
problema estritamente econômico”
Celso Furtado

1. CELSO FURTADO: O “ÚLTIMO” INTELLECTUAL PÚBLICO?

Um aspecto da produção do conhecimento em que se situa o tema proposto nesta tese é suscitado pela obra de Russel Jacoby – *Os últimos intelectuais*, quando este autor considera que

“a experiência dos intelectuais mudou; isto não é exatamente uma novidade, mas as causas não foram examinadas e uma de suas consequências – pelo menos – passa despercebida e é profundamente danosa: o empobrecimento da cultura pública” (Jacoby, 1990:19).

Nesse mesmo texto, o autor discute o problema dos intelectuais nos últimos cinquenta anos¹⁹, salientando que

“Nos anos sessenta, as universidades praticamente monopolizaram o trabalho intelectual; uma vida intelectual fora do campus parecia quixotesca. Quando a poeira baixou, muitos intelectuais jovens jamais haviam deixado a escola; outros descobriram que não havia nenhum outro lugar para ir. Tornaram-se sociólogos radicais, historiadores marxistas, teóricos feministas, mas não exatamente intelectuais públicos” (Jacoby, 1990:21).

Desta perspectiva, a trajetória de Celso Furtado foi singular. No início dos anos sessenta, ele já se encontrava em pleno exercício de uma atividade pública,

¹⁹ A este respeito, Russel Jacoby afirma: “Para ser mais exato: o ambiente, os hábitos e a linguagem dos intelectuais sofreram transformações nos últimos cinquenta anos. Os intelectuais mais jovens não necessitam ou desejam um público mais amplo: quase todos são apenas professores. Os campi são seus lares; os colegas, sua audiência; as monografias e os periódicos especializados, seu meio de comunicação. Ao contrário dos intelectuais do passado, eles se situam dentro de especialidades e disciplinas – por uma boa razão. Seus empregos, carreiras e salários dependem da avaliação de especialistas, e esta dependência afeta as questões levantadas e a linguagem empregada” (Jacoby, 1990:19).

dirigindo o seu projeto maior, como superintendente da Sudene. Ele já havia vivido a vida dos campi, realizado seus estudos de Direito no Rio de Janeiro e defendido a sua tese de doutorado em Economia, em 1948, na Universidade de Paris.²⁰

No nosso entender, esse percurso caracteriza-o, perfeitamente, como um intelectual público. Tendo vivido intensamente a vida dos campi, no sentido de aproveitar o que de melhor aquela experiência pudesse lhe dar – para conhecer o mundo e agir sobre ele de maneira eficaz – não se tornou logo um professor, embora estivesse plenamente habilitado para exercer a profissão. Buscou o conhecimento para preparar a ação pública. Sendo hoje autor de trinta e dois livros, com cinquenta e três traduções no exterior e mais de um milhão de exemplares vendidos em todo o mundo, na década de 1960 já contava com um público leitor, amplo e diversificado.

Em Paris, aconselhado pelo professor Maurice Byé, inscreveu-se para fazer a sua tese de doutorado em Economia, embora não tivesse interesse por títulos universitários:

“[...] não via sentido em perder tempo estudando para preparar exames, desviando a atenção do mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real, diante de meus olhos. Não me atraía ser um ‘profissional’, uma ‘peça em busca de ajustar-se numa engrenagem’ [...]”
(Furtado, 1997, 1: 102).

Isto posto, entendemos, porém, que Celso Furtado não pode ser considerado um “intelectual do passado”. Precisamente em meados de 1960, ele completou quarenta anos. Pode alguém com essa idade, formado em Direito no Brasil e doutor em Economia na França, exercendo atividades públicas já há

²⁰ Sua tese, intitulada *L'économie coloniale brésilienne*, foi publicada em português pela HUCITEC.

algum tempo, ser considerado “do passado”? Seria carregar muito nas tintas enquadrá-lo, sob este prisma, no rol dos intelectuais categorizados por Jacoby. Por outro lado, a experiência de Furtado foi completamente diferente, como apontado, da dos intelectuais que fizeram “dos campi seus lares”, nos anos 1960. Tanto é que, atualmente, o professor Furtado é considerado, aos 82 anos, como o pensador de esquerda mais influente no país no último meio século (cf. Revista Caros Amigos, 2003: 30).

Por esse conjunto de razões o elegemos como um exemplo – dos mais significativos e singulares – talvez o último? – de intelectual público.

2. A FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELECTUAIS

Considerar Furtado como um intelectual público implica, necessariamente, tratar a questão da função social dos intelectuais como segmento social, o que a torna um dos pontos cruciais deste capítulo.

A produção sobre a matéria é vasta; por isso, decidimos afunilar o nosso foco de abordagem, canalizando o discurso para o que de mais fundamental interessa a este trabalho de pesquisa e nos valendo, muitas vezes, das leituras do próprio Furtado a este respeito.

Para Celso Furtado, o intelectual típico dos países subdesenvolvidos “reúne em si noventa por cento de malabarista e dez por cento de santo”. E ele acrescenta:

“[...] a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma reviravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persiste em não corromper-se, daí para a fogueira a distância é infinitesimal. De resto,

por maior que seja a sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido” (Furtado, 1997, 2: 26).

O problema e o debate sobre a questão dos intelectuais e seu papel social permanecem sempre acesos. No Brasil, existem grandes contribuições a respeito, mas enormes lacunas ainda estão abertas na historiografia que trata do tema. Salvo as exceções de sempre, as investidas da produção acadêmica que enveredaram por esse caminho, ainda que tenham iluminado enormemente aspectos da questão, incorrem, muitas vezes, naquilo que Darcy Ribeiro (1990) chamou de uma “atitude seguidista”.

Esta atitude seguidista, para Ribeiro, consiste no fato de que as pesquisas são feitas como comprovação de teses elaboradas visando outras realidades históricas, o que acarreta a reiteração do já sabido e, sobretudo, o desperdício da ampliação do conhecimento da nossa realidade específica.

Ao nosso ver, uma das razões do problema apontado por Ribeiro é decorrente de outro: os intelectuais e a definição de sua função na sociedade são estudos vinculados ao terreno preciso da historiografia. Dito de outra maneira: a questão deve ser trabalhada, concomitantemente, à elaboração de uma teoria que dê conta de conceituá-los e defini-los no processo histórico especificamente brasileiro.²¹

²¹ Poder-se-ia argumentar que estamos incorrendo no mesmo procedimento que acabamos de criticar, já que foi Russel Jacoby, norte-americano, que falou em intelectuais públicos. À guisa de defesa, devemos chamar a atenção para o fato de que este autor não desenvolveu o conceito, pois concentrou a sua análise na morte desses intelectuais, ao que nos contrapomos com o próprio exemplo de Celso Furtado.

A este respeito, em sua entrevista mais recente, Celso Furtado assinalou que, no Brasil, há muita reflexão sobre a intelectualidade que permanece sem desdobramentos:

“[...] você chega numa universidade e é logo convidado para fazer um debate com os estudantes, eles estão mobilizados e preocupados em entender os problemas. Mas não há propriamente repercussão. Essa reflexão não se desdobra em ações. Hoje em dia, há uma distância muito grande entre o que se faz na universidade, que fica num plano elitista, e o que se faz na sociedade. Na minha época, havia uma consciência de que o que você estava fazendo era importante” (Furtado, 2003: 32).

Furtado observou, também, uma falta de diálogo entre os intelectuais, a ausência de um debate de posições. Referindo-se especificamente ao caso da Economia – embora seu pensamento seja válido para outras áreas, sobretudo a das Ciências Sociais – ele ressaltou que existe, hoje, uma esterilização do debate econômico:

“Você não tem ninguém pensando coisas originais em matéria de economia no Brasil. E, se na universidade existe gente produzindo coisa original em matéria de economia, a sociedade não toma conhecimento, porque falta esse intercâmbio entre a reflexão acadêmica e a sociedade” (Furtado, 2003:32).

Nota-se, claramente, a coincidência entre o seu pensamento e o de Russel Jacoby, no que diz respeito ao isolamento dos intelectuais no mundo universitário. Furtado constatou, ainda, nessa entrevista, que tudo se copia, e que há uma enorme pobreza no debate sobre a questão econômica e na abordagem dos problemas econômicos e sociais (idem, ibidem).

Quem quer que se preocupe com a temática dos intelectuais evoca, quase sempre, Antonio Gramsci, considerado por alguns o primeiro teórico marxista que tratou a fundo da questão. Sob esta ótica, Celso Furtado, por sua obra e ação, estaria próximo do conceito de “intelectual orgânico” gramsciano, no sentido de que ultrapassou a condição de especialista para tornar-se dirigente de uma

instituição que, embora diretamente ligada ao governo federal brasileiro, inequivocamente foi concebida e criada, por ele, para lutar contra o atraso do Nordeste e a miséria de sua população? Ele não estaria ligado apenas à classe dominada, condição que, de forma intrínseca, está implicada no conceito de Gramsci, mas lutou por ela, na medida em que sua preocupação fundamental, como dirigente político, era superar o atraso do Nordeste, para libertar a sua população da miséria e da fome. Em outras palavras, o seu instrumental era econômico, mas a sua finalidade última era social.

Estaria Furtado melhor situado na tipologia de Karl Mannheim? Seria um intelectual independente? Ou, ainda, poderia ser inserido em alguma outra categoria de intelectuais?

Qualquer que fosse a nossa “escolha”, estaríamos incorrendo em simplificação, tanto dos autores citados quanto do próprio Celso Furtado. Sem mencionar que, em última instância, resvalaríamos para uma atitude seguidista...

Pensamos ser desnecessário, para o nosso objetivo, desenrolar aqui uma série de autores que trabalharam a problemática dos intelectuais. Evidentemente, utilizaremos as concepções de alguns deles, mas sempre que oportuno. Não pretendemos engessar Celso Furtado em esquemas conceituais predeterminados, sufocá-lo em camisas de força conceituais.

Gramsci, inclusive, advertiu para um erro muito difundido: o de se procurar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e dispersas categorias intelectuais, “para as distinguir de um modo essencial das atividades dos outros grupos sociais” (Gramsci, 1974, II: 193-194). O cerne do erro metodológico, segundo a concepção gramsciana, consistiria em procurar o critério

de distinção da atividade intelectual no próprio conteúdo dessa atividade, e não no “conjunto do sistema de relações em que os intelectuais se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (idem, ibidem).

Embora Mannheim divergisse de Gramsci quanto à organização e à vinculação orgânica dos intelectuais, em um aspecto ambos estão de acordo, pois Mannheim também considerava não ser possível exprimir a função social dos intelectuais numa fórmula única.²²

Pensamos que a questão é mais complexa, ou talvez mais simples. O fato é que Celso Furtado, embora tendo uma linha de coerência em seu pensamento, é, sobretudo, heterodoxo²³. Aliás, é justamente este aspecto que o torna tão difícil de ser “classificado” entre os mais variados conceitos de intelectual. Não podemos deixar de anotar, aqui, que a sua formação intelectual, assim como as influências mais diversas e notórias que foram para ele decisivas, podem ser acompanhadas pelo seu próprio relato, através de sua obra autobiográfica, publicada em três volumes.²⁴

Convém salientar, a este respeito, que o fato de o nosso autor ter escrito uma obra autobiográfica não pode ser considerado, apenas, como um aspecto facilitador da elaboração desta tese. Evidentemente, a história da sua vida intelectual forneceu-nos um material extremamente precioso e abundante. Mas,

²² Vale lembrar que já nos referimos à posição mannheimiana, no primeiro capítulo desta tese. Embora tenhamos mencionado a independência de Furtado, o que o aproxima, de certa forma, do conceito de “intelectual independente” de Karl Mannheim, não podemos, *soi-disant*, classificar o professor Celso nesta ou naquela categoria de intelectuais.

²³ Juarez Guimarães utiliza o adjetivo “ecclético” para a ele se referir. (Cf. Guimarães, Juarez. “A trajetória intelectual de Celso Furtado”, in: Tavares, Maria da Conceição (org). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000).

²⁴ Esta trilogia é composta pelos livros *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1991), todos publicados pela editora Paz e Terra.

por outro lado, também nos criou muitas dificuldades, uma vez que não podemos, tout court, simplesmente transcrever da sua obra aquilo que ora nos interessa. Também não podemos deixar de nos referir ao fato de que Celso Furtado tem sido ampla e exaustivamente analisado tanto por estudantes – mestrando e doutorando – quanto por grandes especialistas, intelectuais habilitados e capazes, talentosos (alguns brilhantes, mesmo), também eles com reconhecimento acadêmico e público.

Diante disto tudo, o fundamental é voltar a enfatizar que Furtado, embora com sólida formação acadêmica, não ficou restrito aos muros da universidade. Sempre foi demasiadamente inquieto para desviar sua atenção do “mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real”, diante dos seus olhos, tendo como objetivo final “compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil” (Furtado, 1997, 2: 22).

Isto posto, recorreremos à sua própria auto-avaliação para retratar o tipo de intelectual que ele é, no desempenho de suas funções sociais:

“Muitas vezes me pergunto se o desejo incansável de penetrar na realidade do próprio país não encobre um outro desejo ainda mais fundamental: o de conhecer-se a si mesmo. Como superar as limitações do quadro psicológico sem penetrar nas condicionantes sociais e culturais? Até que ponto meu interesse pelo Nordeste decorre de uma simpatia profunda pelo mundo que mais conheço (o de minha infância e adolescência) ou reflete principalmente a consciência que tenho de que sou prisioneiro das estruturas sociais em que me formei, mesmo quando contra elas me revolto? Como desalienar-me sem haver alcançado a lucidez que nos permite ver através de todas essas estruturas, que são nosso segundo código genético? Quiçá essas razões confluem e se reforçam mutuamente. A verdade é que o desejo de compreender o meu próprio país absorveu a parte principal de minhas energias intelectuais no quarto de século transcorrido desde que escrevi a minha tese sobre a economia colonial brasileira. Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar. As divergências sobre os métodos não

eram relevantes, pois a eficácia destes se comprova utilizando-os” (Furtado, 1997, 2:23).

3. UM INTELLECTUAL PÚBLICO SINGULAR

Após a leitura desse trecho de sua autobiografia, temos alguma convicção de que pelo menos alguns vão concordar com a nossa opção de analisar o intelectual Celso Furtado através dele mesmo.²⁵

Em qual tipologia sobre os intelectuais seria possível enfeixar Celso Furtado? O verbo foi proposital, pois nosso “objeto” possui essa característica, comum aos grandes pensadores: não se deixa “fisgar” facilmente. No mar de concepções sobre a intelectualidade e seu papel social, por mais elaboradas e coerentes que sejam, por mais que concordemos com algumas, ele escapa lépido, não se deixa enquadrar.²⁶

O ensaio de Juarez Guimarães – A trajetória intelectual de Celso Furtado – ilustra bem o que queremos dizer. Nele, Guimarães considera que Celso Furtado é, sobretudo, um clássico, e que *Formação Econômica do Brasil* (editado em 1959) teria instaurado a sua condição de “clássico”, inclusive de forma prematura, pois Furtado tinha apenas quarenta anos. Além de ser o autor da obra brasileira sobre economia mais traduzida no exterior, ele forma o que Guimarães chamou de

²⁵ Uma nota de humor: as nossas próprias “energias intelectuais” é que estão esgotadas. Chegamos quase à beira do arrependimento, por não termos escolhido um tema mais ameno para desenvolver. Como a universidade não está (ou não deveria estar) separada da sociedade, das pessoas, por uma muralha chinesa, acreditamos firmemente que, mesmo no âmbito de uma tese de doutorado, não há nada que interdite um comentário como o que acabamos de fazer.

²⁶ Não devemos, sob nenhuma hipótese, esconder nossa simpatia emotiva e intelectual pelo nosso autor, sem a qual não é possível escrever história de modo profícuo; longe de nós, contudo, a intenção de criar heróis.

“o tripé fundador de nossa historiografia econômica”, juntamente com Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior (Guimarães, 2000: 18).

Para Guimarães, Formação Econômica do Brasil é

“um livro orgânico, no sentido de que é a expressão máxima da inteligência do nacional-desenvolvimentismo. Situado no centro-esquerda do espectro político-ideológico, nos antípodas do liberalismo de um Eugênio Gudin e delimitado na esquerda socialista do período, era um pensamento vocacionado para a síntese de sentido universalizante. O pensamento de Celso Furtado nunca foi partidário e sua práxis sempre procurou se situar no ponto de uma ‘intelligentsia socialmente desvinculada’, que ‘resume em si todos os interesses que permeiam a vida social’, na linha de Mannheim” (Guimarães, 2000:18).

Estas considerações remetem à questão da singularidade da própria práxis de Furtado. Quando tratamos da sua ação frente à Sudene, abstermo-nos de usar a palavra práxis, visando evitar enquadrá-lo nesta ou naquela categoria de intelectuais, como já salientado. No entanto, é preciso configurá-lo, ainda que minimamente, em relação à sua prática social.

Práxis, no sentido aristotélico, grego, é uma atividade própria dos homens livres, dotados de razão e de vontade para deliberar e escolher uma ação. Na práxis, o agente, a ação e a finalidade são idênticos e dependem apenas da força interior ou mental daquele que age. Por isso, no sentido aristotélico, a práxis ética e política é superior à *poiésis* (o trabalho), vinculado estritamente aos escravos.

Na concepção marxista de práxis, a relação entre teoria e prática é revolucionária porque é dialética, porque é uma relação simultânea e recíproca, evidenciando-se que teoria e prática são processos históricos determinados pela ação dos homens, que passam a determinar suas ações, criando suas condições de vida e sendo, depois, condicionados por elas.

Quando Celso Furtado elaborou teoria para desenvolver a sua ação na Sudene, ele não estava pensando que suas idéias se encontravam acima das condições históricas e sociais. Ele estava consciente de que suas idéias se enraizavam na história:

“Eu sabia que aqui muita gente era pessimista com respeito ao país. Eugênio Gudin, por exemplo, achava que a raça era inferior, que o clima era inadequado e outros economistas da época pensavam da mesma forma. Quis buscar uma explicação, e foi aí que comecei a perceber que a classe dirigente brasileira era incapaz; que no Brasil faltava liderança, faltava uma política de industrialização, faltava alguma coisa para romper essas amarras. O Brasil começou a se soltar depois da Segunda Guerra Mundial [...]. E foi a partir dessa compreensão que fiz o trabalho para a criação da Sudene. As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) mas, na verdade, fui eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN, que funcionava abrigado no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o sertão inteiro na época da seca” (Furtado, 1998: 62-64).

Vemos que suas idéias, quando escreveu o texto do trabalho “Uma nova política para o Nordeste”, estavam profundamente vinculadas a um processo histórico e social preciso e determinado, podendo e devendo ser inseridas na concepção marxista de práxis.²⁷

Quanto à questão da vinculação das idéias de Celso Furtado ao processo histórico, acreditamos que, justamente por isto, elas ajudaram a compreender a realidade brasileira e nordestina daquele momento, uma vez que brotaram da análise precisa dessa realidade.

Pensamos, também, que Furtado não está inscrito entre os pensadores que imaginam que suas idéias serão verdadeiras para todos os tempos e todos os

²⁷ De permeio, fica esclarecido que o documento fundador da Sudene foi escrito exclusivamente pelo professor Furtado, que contou apenas com “uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene”.

lugares. Analisando a sua obra, vemos que ele não toma as idéias como independentes da realidade histórica e social. Por sua ação – “eu visitei todo o Nordeste, corri o sertão inteiro na época da seca” – percebe-se que, na verdade, é a realidade histórica e social que torna compreensível as idéias elaboradas e a capacidade das mesmas de explicarem o contexto que as engendrou.

Neste sentido, cabe realçar que um aspecto fundamental da existência histórica dos homens é que, através da ação, eles podem reproduzir as relações sociais existentes ou transformá-las. Quando pretendem ou se propõem a transformá-las radicalmente, produzem-se as revoluções, mas, se as transformações forem parciais, teremos as reformas.

O objetivo de Celso Furtado, na criação e direção da Sudene, era seguir na direção das transformações parciais, das reformas, o que acabou gerando, na região, do ponto de vista político, um problema complexo. Enquanto a Sudene era vinculada diretamente ao governo federal (“o superintendente da Sudene tinha status de ministro”), as Ligas Camponesas, com uma intensa atuação naquele momento histórico preciso, pretendia a transformação radical, a revolução, a reforma agrária “na lei ou na marra”.

Desta perspectiva, o projeto da Sudene, ao nosso ver, ficou, por assim dizer, “emparedado” entre as reformas que pretendia fazer – e, mesmo nelas, sofrendo a reação de setores conservadores que defendiam o status quo – e a pressão radical do movimento camponês. Tratou-se, na nossa maneira de entender, de um primeiro grande impasse para o projeto da Sudene.

Na ata da 8ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 6 de outubro de 1960, a posição de Celso Furtado sobre a

reforma agrária está absolutamente clara. Tratando do projeto de irrigação do sub-médio São Francisco, diz ele: “é o primeiro projeto de reforma agrária dentro da linha citada pelo representante do Ministério da Agricultura: 1º – cada país deve respeitar as condições próprias de cada um, os processos revolucionários não são o melhor caminho; deve-se delimitar áreas para experiências piloto de reforma agrária”.

Em que medida esta posição traduz um compromisso de classe?

Daniel Pécaut teve o cuidado de chamar a atenção para as advertências de Mannheim contra as interpretações errôneas da expressão “classe sem compromisso” (Pécaut, 1990:34-35).

Contudo, o papel que Furtado atribui ao Estado, no caso brasileiro, e a própria vinculação que teve com este, bem como as alianças políticas que estabeleceu para atingir seus objetivos, no caso da Sudene, tornam a “linha de Mannheim” bastante atenuada.

Um aspecto da questão, no entanto, é irrefutável: Celso Furtado, mesmo que se diga revoltado com as estruturas sociais do Nordeste, não pode ser considerado um pensador radical, na medida em que jamais tentou, em suas ações, como dirigente político, ultrapassar os limites da realidade socialmente construída. Ele nunca adotou um ponto de vista que transcendesse os limites do historicamente existente. Assim, foi mais fácil, para ele, receber o apoio do governo federal brasileiro, bem como de organismos internacionais que financiaram vários projetos da Sudene:

“[...] o superintendente da Sudene tinha nível de ministro. Nos seis anos que passei na Sudene, nunca houve suspeita de desonestidade no uso

de tantos recursos, tanto dinheiro que a Sudene usou, naquela época, e era muito mais do que hoje” (Furtado, 2003:34-35).

Esse apoio recebido por Celso Furtado, na direção da Sudene, fica evidente na análise das atas do Conselho Deliberativo, durante todo o período que abrange a sua gestão à frente daquela instituição. Ele não defendeu, à frente da Sudene, nem a ortodoxia nem a heresia.

Furtado recebeu, também, o apoio de outras instituições como, por exemplo, da Igreja Católica, através da Conferência dos Bispos e de dom Helder Câmara; de vários governadores nordestinos e inúmeros parlamentares, através das bancadas nordestinas e das de outros estados; de intelectuais, estudantes, jornalistas, personalidades públicas e, até, de setores das camadas médias da população.²⁸

Embora estivesse diante de problemas enormes, como a permanência das estruturas econômicas, políticas e sociais do Nordeste, o flagelo das secas, a busca de verbas para a realização das obras mais urgentes no sentido de amenizar o sofrimento das populações miseráveis e famintas, a luta contra a reação às suas posições por parte de alguns setores e de alguns políticos influentes – uns, inclusive, com assento no Conselho Deliberativo da Sudene –, Furtado sempre procurou agir com equilíbrio e jamais foi considerado “louco” por enfrentar e tentar superar problemas multiseculares e de dimensões incomensuráveis. Seus pronunciamentos no Conselho Deliberativo da Sudene revelam, com nitidez, esse equilíbrio.²⁹

²⁸ Quando tratarmos do contexto em que a Sudene surgiu, abordaremos com mais detalhes esses apoios.

²⁹ Celso Furtado exerceu no Conselho Deliberativo um papel fundamental, diversificado e amplo, como demonstra a análise das atas do período correspondente à sua superintendência do órgão.

Equilíbrio e paixão. Seu relato do primeiro encontro que teve com Dom Helder Câmara, quando este último ainda residia no Rio de Janeiro, é significativo, pois revela a sua paixão pela causa do Nordeste:

“[...] deve ter percebido a paixão que eu punha no que dizia quando falava do descabro que era a situação do Nordeste, terra onde eu e ele havíamos nascido. A minha paixão era contida e disciplinada, como correspondia a alguém que por tantos anos habitara terras estrangeiras [...]. (Ele) era um sacerdote e, eu, um simples racionalista, mas uma atitude ética em face do desvalimento do povo nordestino nos uniu desde aquele momento” (Furtado, 1997,2:83).

Este encontro se deu no início de 1959. Quase quarenta e cinco anos depois, em sua mais recente entrevista, Celso Furtado comentou:

“[...] a doença brasileira é muito grave, mas é social... você tem uma degradação de toda essa parcela da sociedade que vive na beira das estradas e, particularmente, essa coisa de dormir debaixo das pontes. É uma coisa vergonhosa! Uma sociedade não ter resposta para uma pessoa angustiada que não tem onde dormir... Saiu de onde? Do campo, onde ainda conseguia algum trabalho, para ir para a cidade não fazer nada, entrar em degradação, cair na marginalidade, alimentar esses canais da exclusão [...]. Veja, por exemplo, lá no interior do Nordeste, onde hoje tem tanta gente desempregada, mas vivendo com uma pequena subvenção. Instala-se, assim, uma cultura da miséria, da mendicância, da semi-miséria. E isso é um crime num país tão rico, com tanto potencial, com tanta terra, onde não se planta [...]. A verdade é que a gente vai vendo que o Brasil é um país de construção imperfeita, e hoje está desconchavado, desmantelado [...].” (Furtado, 2003:32).

Trata-se de “um simples racionalista com uma paixão contida e disciplinada”? Somos obrigadas a discordar do professor Furtado... Um episódio de sua autobiografia, abaixo reconstituído, pode ser emblemático das razões dessa discordância.

O Conselho Deliberativo da Sudene foi instalado em 25 de abril de 1959, no Recife, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Um mês depois, em

Foi intermediário entre os governadores nordestinos e o governo federal; representou a Sudene e, através dela, o Nordeste, não apenas no Brasil mas em suas viagens ao exterior; foi missionário de todas as reivindicações; centralizou um sem número de trabalhos; agiu como professor, explicando projetos, idéias, possibilidades de solução para diversos problemas; foi firme na condução da instituição, defendendo-a dos eventuais ataques dos quais era alvo; paciente e objetivo como dirigente político.

maio de 1959, realizou-se em Natal um encontro de bispos do Nordeste, cujo objetivo era analisar a nova situação criada na região, pelo lançamento da Operação Nordeste. A sessão de encerramento da reunião dos bispos realizou-se em “grande espetáculo no Teatro Municipal de Natal”, presentes o Presidente Kubitschek e Celso Furtado.

Antes da solenidade de encerramento, houve uma sabatina com os bispos, a portas fechadas, na qual Furtado respondeu a uma série de perguntas e “havia sido explícito sobre o que era e não era possível fazer, particularmente com respeito a prazos”. Dom Helder perguntou quanto tempo seria necessário para a construção da linha de alta tensão que levaria energia de Paulo Afonso até Natal e Furtado informou que “os estudos estavam avançados e que, tendo em conta o prazo requerido para importar alumínio e outros materiais, não seria possível concluí-la antes de 1962”.³⁰

À noite, na solenidade de encerramento, no teatro, dom Helder fez um discurso inflamado e desafiou o Presidente da República a trazer as linhas de Paulo Afonso até Natal durante o seu governo. Celso Furtado nos conta que dom Helder terminou o discurso com as seguintes palavras: “dê luz a este povo, Presidente!” A audiência foi ao delírio, houve ovações delirantes.

Furtado diz ter sentido indignação, mas, após refletir sobre o que vira e ouvira, perguntara a si mesmo se

“o uso extremado de argumentos racionais que [...] fazia também não era uma forma de demagogia [...]. A população nordestina havia atingido um tal ponto de desencanto e desânimo que administrar-lhe uma dose de ópio demagógico talvez não fosse a impostura que então [lhe] parecia. As

³⁰ O Presidente Juscelino, anteriormente, havia confessado ao diretor do Codeno que gostaria de inaugurar a obra ainda em seu governo, mas havia acatado a explicação de Furtado.

linhas de Paulo Afonso, em realidade, só chegaram a Natal em 1963. Mas por que privar-se de um momento de ilusão?” (Furtado, 2003:32).

Como se vê, o primeiro sentimento de indignação cedeu lugar a uma reflexão pouco ou nada racional. Furtado acabou entendendo a “demagogia” do bispo, já que posta no contexto árido da desesperança do povo nordestino.

Pensamos, isto sim, que estamos diante de um intelectual desprovido de paixões partidárias e interesses individuais, embora declare sem receio suas posições. Juarez Guimarães, inclusive, terminou o seu ensaio dizendo que, aos oitenta anos, Celso Furtado voltou a falar em esperança, e perguntou: “que direito temos de recusar este apelo, partido de um homem desprovido de todos os poderes deste mundo e cuja secreta força moral de sua inteligência obstinada parece ser a confiança em nossa dignidade como brasileiros?” (Guimarães, 2000:31).

Recentemente, Furtado não só votou em Luiz Inácio Lula da Silva como, solicitado, declarou seu apoio, na propaganda política veiculada pela televisão, ao então candidato à Presidência da República. Quando convidado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para voltar à direção da Sudene, na sua reabertura, prevista para abril ou maio de 2003, recusou o cargo, aceitando, porém, fazer parte de um grupo de dez consultores convidados para analisar as propostas dos três subgrupos criados pra preparar a recriação da “nova” instituição (cf. Revista Caros Amigos, 2003: 32).

Quem, ingenuamente, pensar que Celso Furtado, em função da sua idade avançada, do importante papel político que exerceu no passado e das possíveis

“seqüelas” provocadas pelo seu longo e triplo exílio³¹, tenha se transformado em “alguém para se admirar” ou em um simples “objeto de estudo” estará redondamente enganado. Seus pronunciamentos e seus livros mais recentes são alvos, diríamos até preferenciais, de embates ideológicos.

De fato, se Guimarães (2000: 18) aceitou, sem titubear, o apelo no sentido da esperança no futuro do Brasil, lançado por Celso Furtado, pois assim entendeu o cerne do seu livro *O longo amanhecer*, vemos, na mesma ocasião, posições radicalmente opostas manifestando-se.

Em artigo para o *Jornal da Tarde*, com o título *Reflexões sobre o pessimismo de Celso Furtado*³² Braz de Araújo, no intuito de defender os dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e a propósito de analisar *O longo amanhecer*, diz que “é difícil encontrar uma coerência sistêmica nas formulações de Celso Furtado”. E acusa:

*“Trata-se sem dúvida nenhuma de um desenvolvimentista, também preocupado com as desigualdades sociais existentes no país, um dos estilos de social-democrata latino-americano, embora normalmente não costumem se assumir como tais” (Braz de Araújo, 1999).*³³

Consideramos que uma tese de doutorado é o fórum mais apropriado que existe para que se façam indagações, sobretudo se o objeto desta tese está, por assim dizer, na ordem do dia.

³¹ Guimarães (2000:16) refere-se a um triplo exílio de Celso Furtado: político, histórico e projetual.

³² Ver *Jornal da Tarde*. São Paulo, 25/09/1999.

³³ Já dissemos, neste trabalho, que o historiador deve abster-se de certos juízos de valor. Portanto, é necessário que expliquemos porque ficamos, por assim dizer, *de parti pris*, diante do texto de Braz Araújo. Avaliamos que quando está trabalhando com conceitos, com idéias claramente elaboradas, o cientista social pode e deve exercer plenamente seu direito de crítica elaborando, inclusive, juízos de valor. Porém, não podemos deixar passar, sem crítica, um certo tipo de posição – esta sim, rigorosamente tendenciosa – onde se pinçam palavras soltas do texto original de um autor, com a intenção explícita de truncar o seu pensamento.

Portanto, após nos perguntarmos, em uma contornação huxleyana da ignorância, o que é “coerência sistêmica”, ficamos surpresas com a afirmação de Braz Araújo, da qual se infere, claramente, que “social-democrata latino americano” é algo tão vergonhoso que, aqueles que presumivelmente o são, escondem ou “não assumem” tal condição.

Após reconhecer Celso Furtado como “uma das inteligências brasileiras mais respeitadas e, ainda mais, na floração da maturidade de seus quase 80 anos”, Araújo ficou “logo curioso” e considerou que “a indagação inicial de Furtado desperta também a curiosidade do leitor: ‘que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação?’” Espantado por Celso Furtado, “um homem brilhante e experiente, tão ilustrativo de uma geração de intelectuais e políticos do nosso país” não ter “ainda conseguido se livrar do tom nacionalístico e terceiro mundista para apontar alternativas para o nosso país”, Braz Araújo admite ser este “mais um indício de que a política brasileira ainda não adquiriu os valores da estabilidade da alternativa democrática existentes nos países mais avançados”.

Aqui, temos a sublinhar o tom quase nostálgico com que Braz Araújo evoca “os valores da estabilidade da alternativa democrática existentes nos países mais avançados” e ainda anotar que o tom de Celso Furtado é, inequivocamente, nacionalista e não nacionalístico, como o quer, pedantemente, Braz Araújo.

Braz Araújo continua sua reflexão, pois constatou que Furtado critica “a idéia de globalização como imperativo tecnológico”, o que, de resto, é uma interpretação míope da crítica de Furtado à globalização.³⁴

Mas, Braz Araújo diz de si mesmo:

“nas eleições de 1990, 1994 e 1998, sustentei com muita tranquilidade – às vezes para a perplexidade de platéias qualificadas – que o brasileiro queria a abertura para o mundo e que assim viveríamos num contexto nacional de incorporação dos valores da confluência das linguagens liberais e social-democratas, de aperfeiçoamento das instituições democráticas, da busca da liberdade com razoável satisfação social” (Braz Araújo, 1999).

Embora, em função de nossas limitações pessoais, não tenhamos compreendido muito bem o pensamento do autor, verificamos a sua importância, seu equilíbrio, seu vanguardismo e coragem, ao falar com tranquilidade para platéias qualificadas, sobre assuntos tão novos e, portanto, tão bombásticos... Se fomos prolixos acerca deste seu artigo, foi por uma razão de importância considerável. Braz Araújo é professor do Departamento de Ciência Política, Coordenador do Núcleo de Políticas e Estratégia/NAIPPE-USP e da Estratégia Acadêmica das Faculdades Tancredo Neves. Trata-se, portanto, de um intelectual academicamente abalizado.

Vê-se, através desse exemplo, a pertinência do nosso tema de pesquisa e o quanto a questão dos intelectuais e das próprias relações entre eles é complexa. A denúncia do economicismo permeia toda a obra de Celso Furtado. Se sua argumentação é feita por uma lógica econômica, sua problemática deriva para a formação histórica e social, para a política e para a cultura.

³⁴ Não pretendemos incorrer em redundância, por isso remetemos o possível leitor deste trabalho para o capítulo “A busca de um novo horizonte utópico”, o primeiro do livro *O longo amanhecer*, de que vimos tratando. (Cf. Furtado, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 13).

Isto posto, pensamos que a amplitude do pensamento de Celso Furtado, suas influências mais decisivas e seu método – enfim, a sua própria condição singular como intelectual público – serão melhor compreendidos se conhecermos um pouco mais a história de sua vida e a sua formação cultural.

4. FURTADO: UMA TRAJETÓRIA, UMA VIDA

Como já nos referimos anteriormente, Celso Furtado escreveu uma obra autobiográfica, a que ele se referiu como “autobiografia intelectual” e que Juarez Guimarães chamou de “belíssimo romance intelectual”.³⁵ Nesta obra, ele fala pouquíssimo sobre sua vida pessoal, conhecido que é pela sua reserva e sobriedade quanto a tudo que a ela se refere.

Isto posto, não podemos tratar de Celso Furtado como intelectual público sem mencionar sua formação intelectual e científica, remetendo sempre o leitor para a sua autobiografia e para o seu auto-retrato intelectual.³⁶

Nascido na cidade de Pombal, no sertão paraibano, aos sete anos Celso Monteiro Furtado mudou-se, com a família, para a capital do estado, a então cidade da Parahyba. Seu pai, Dr. Maurício Furtado, era um homem ilustrado e

³⁵ No prefácio, ele escreveu: “O risco de desvio para o autobiográfico também foi atalhado. A vida pessoal tem o mistério desses tesouros de fábula que, quando expostos à luz, perdem seu verdadeiro significado. O testemunho pessoal ganha relevância quando inserido no contexto histórico, em particular se o cronista é personagem do drama” (Furtado, 1997, 1:93).

³⁶ Cf. Furtado, Celso. “Auto-retrato intelectual”, in: *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, vol. 33. São Paulo: Ática, 1987: 30-41.

parece ter exercido grande influência na formação de Celso, o mais velho dos homens de uma prole de oito filhos que lhe deu D. Maria Alice Monteiro Furtado.³⁷

Aos doze anos, Celso Furtado iniciou os estudos secundários no Lyceu Paraibano, concluídos no Ginásio Pernambucano, pois o Lyceu, naquela época, não possuía os cursos completos, o último ano tinha de ser feito fora.³⁸

Estudava piano desde muito cedo, tendo sido seu professor de música o maestro Gazzi de Sá, sobre quem Furtado disse: “ele era um homem muito exigente e concebia a música como uma manifestação quase religiosa, a expressão mais rica da experiência humana [...]. Portanto, eu diria que nasci da música e da literatura para os estudos universitários científicos”.³⁹

Em 1937, quando a ditadura de Vargas instalou a repressão a quase toda atividade intelectual, Celso Furtado sentiu uma “extrema angústia intelectual que [o] levou a buscar na música e na literatura um refúgio quase obsedante.”

Também muito cedo, teve contato com línguas estrangeiras, dominou o inglês desde o segundo ano do Lyceu e sentia “orgulho de conversar em inglês com Mr. Vance”, seu professor particular. Além do inglês, o contato com o espanhol e o francês também foi precoce: sua mãe, D. Maria Alice, lia nessas duas línguas.

³⁷ “[...] Meu pai era um homem muito sério, tipicamente um juiz. Tinha uma grande biblioteca e me criei cercado de livros [...] Romances, literatura. Tinha também muitos livros de História. Havia em casa uma coleção grande, de uns vinte volumes – A história Universal de Cesare Cantú. Era um homem de leitura [...]. Graças a ele, desde minha infância, li Swift, Defoe, R. L. Stevenson. E também graças a ele dispus de uma ampla biblioteca, o que me permitiu cultivar minha primeira paixão intelectual, a partir dos quatorze anos, que foi a História” (Furtado, Celso. *Entrevista à Revista Playboy*, abril de 1990).

³⁸ Pesquisamos no arquivo do Liceu Paraybano e conhecemos as notas do professor Furtado, como também seu pedido de transferência para o Ginásio Pernambucano do Recife.

³⁹ Cf. Entrevista de Celso Furtado a Lúcia Etienne Romeu, in: *Correio das Artes*. João Pessoa, 31 de outubro de 1997.

Secundarista, Furtado foi um dos líderes do movimento de esquerda no Lyceu Paraibano: “líder puramente intelectual, porque não tinha qualquer atividade política”. Mas a paixão pela História e a leitura de Marx, como subproduto dessa paixão, o levou a ler livros de esquerda, entre os quais a História do socialismo e das lutas sociais, de Max Beer, que muito o influenciou. Deu-se conta de que

“[...] a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida [...]. Esta idéia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa idéia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava sobre uma responsabilidade moral” (Furtado, 1997) ⁴⁰

Ainda adolescente, fez os primeiros ensaios de sua vocação para a ação: “no Lyceu Paraibano havia um seminário de confrontação de idéias e me recordo de que fiz uma conferência, citei Max Beer e outros escritores de esquerda e os integralistas caíram em cima de mim, com críticas acerbas” (idem, ibidem).

Celso Furtado recorda-se do surgimento de João Pessoa no cenário político da Paraíba e do seu assassinato, no dia exato em que ele completou dez anos, o que teve profunda repercussão sobre o menino de então.⁴¹

⁴⁰ Para que se compreenda com clareza o que Celso Furtado afirma, é preciso que se saiba que a sua primeira influência intelectual foi o positivismo, a cujas idéias teve acesso a partir dos quinze anos, quando um militar reformado, parente de sua mãe, deixou em sua casa uma pequena biblioteca de livros positivistas. Quanto ao “círculo fechado do fatalismo e do absurdo”, refere-se aos fatos de sua primeira infância, passada no inóspito sertão paraibano, nos anos vinte do século recém-passado. Segundo Furtado, era “um mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade”.

⁴¹ “Quando eu tinha oito anos, surgiu um chefe político no estado (já minha família se trasladara para a capital) que convulsionou profundamente a vida de toda a comunidade. No espírito da população, esse político – João Pessoa – fundia as imagens do chefe e do milagreiro. Dirigindo-se ao povo como se fora seu protetor e passando por cima de todos os formalismos legais, conseguiu ele mobilizar a população de uma forma só comparável aos movimentos religiosos. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava ‘numa pessoa qualquer’ para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia em que completava os meus dez anos) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso me recordar sem me emocionar. Diversas vezes acompanhei aquelas domésticas em longas procissões pelas ruas da cidade, seguindo um andor sobre o qual ia uma fotografia de João Pessoa de corpo inteiro. Creio que no espírito do povo havia mais tristeza do que revolta. A perplexidade de forças que pairam por cima de tudo e uma resignação que raia pelo masoquismo e se traduz na frase ‘alegria de pobre não pode durar’ foram as impressões mais

No ginásio, Furtado já estava influenciado intelectualmente por três correntes de pensamento: a positivista, a marxista e a teoria antropológica da cultura, elaborada pela ciência social norte-americana.⁴²

Abrimos aqui um parêntese para inserir a resposta a uma pergunta que fizemos ao professor na entrevista já mencionada, que consideramos importante no sentido de mostrar a relação entre os dois maiores intelectuais públicos do Nordeste, com projeção nacional e internacional: Celso Furtado e Gilberto Freyre.

Pergunta: “o Sr. diz que uma das três principais correntes de influência em sua formação foi a sociologia norte americana, com a qual tomou contato por intermédio do livro de Gilberto Freyre, Casa grande e senzala. Afirmo, posteriormente, que a obra pouco ou nada o influenciou no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro, mas lhe revelou um instrumental novo de análise. É uma admirável honestidade intelectual a referência que o Sr. faz a Casa grande e senzala, uma vez que, efetivamente, os estudiosos de sua obra não costumam evocar a influência de Gilberto Freyre”.

Resposta do professor Celso:

“Eu teria sido mais fiel a mim mesmo se houvesse afirmado que minha dívida era para com o conceito de cultura elaborado pela ciência social norte-americana. Foi quando escrevi Formação econômica do Brasil que percebi que a obra de Freyre, não obstante sua grande importância, era de alcance limitado para compreender o específico da economia

fortes que me ficaram das conversas que ouvia ao acompanhar essas procissões” (Furtado, 1997, 2:12-13).

⁴² “Com estas três perspectivas, o positivismo, o marxismo mannheimiano e a sociologia norte-americana, eu estava preparado para enfrentar qualquer coisa. Tudo isso aconteceu quando eu ainda estava no Ginásio. Aí passei a organizar seminários e debates, li livros estrangeiros e abri as portas. Tive a fortuna de que tudo isso aconteceu antes de 1937 porque, com a ditadura Vargas, o Brasil se fechou, passou a haver policiamento do que se lia, restrições à liberdade de imprensa etc. O período que vai de 1930 a 1937, quando ingressei no mundo como pessoa pensante, foi extraordinariamente rico no Brasil porque o país reencontrou-se com seus problemas” (Furtado, in: Entrevista a Lúcia Etienne Romeu, cit.)

brasileira. Quando Kubitschek solicitou que indicasse nomes para constituir o primeiro Conselho Deliberativo do Codeno, o primeiro que me veio ao espírito foi o de Gilberto Freyre. Ora, durante os cinco anos em que participou das deliberações, Freyre nunca tomou nenhuma iniciativa inovadora, o que não o impediu de insistir na renovação periódica do seu mandato” (Furtado, 2000).⁴³

A este respeito, Juarez Guimarães apontou, em seu ensaio sobre a trajetória intelectual de Celso Furtado, o “grande desencontro intelectual dos dois maiores pensadores nordestinos deste século, Furtado e Freyre”. Para Guimarães, ambos perdem com o desencontro:

“Freyre manteve-se apático e até mesmo hostil diante do grande movimento político-cultural que reinseriu o Nordeste no imaginário nacional e que resultou na criação da Sudene; Furtado, ao não desenvolver, mesmo criticamente, as ricas pistas sobre a formação da identidade nacional e sobre a problemática racial contidas na obra de Freyre” (Guimarães, 2000: 19).

O desencontro entre os dois é absolutamente verdadeiro. Contudo, no nosso entendimento, as razões são mais complexas do que as apontadas por Guimarães. O desencontro entre eles não ocorreu, apenas, no âmbito intelectual. Nossas fontes mostram, de forma cristalina, que eles se admiravam mutuamente deste ponto de vista; as divergências, profundas, eram de natureza política.⁴⁴

Poder-se-ia argumentar que estamos resvalando para o subjetivismo ao fazer uma afirmação desse tipo. Ora, é o próprio Celso Furtado que, na sua

⁴³ Na ata da primeira sessão da segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 1º de julho de 1959, em seu relatório de prestação de contas das atividades da Diretoria Executiva do órgão, Celso Furtado comunicou aos conselheiros que “o Sr. Presidente da República designou o Professor Gilberto Freyre para representar, neste Conselho, o Ministério da Educação e Cultura, tendo o mesmo aceito sua indicação”.

⁴⁴ Celso Furtado disse, ainda, sobre Gilberto Freyre, em sua autobiografia: “Quando descobri Casa grande e senzala, ainda na Paraíba, fiquei maravilhado. É notável a importância positiva que Gilberto Freyre deu à miscigenação e a maneira como o fez, tratando-a como um problema de cultura, não de antropologia apenas. A cultura brasileira é que é fruto da miscigenação. Os valores maiores do Brasil são engendrados por essa miscigenação. Descobrir isso teve para mim grande impacto. Depois fui vendo que ele era extremamente limitado em outras coisas. Tinha uma visão estática, não concebia o Brasil como um processo, mas como uma fotografia. Ai me afastei um pouco. Talvez também por causa da decepção de ver um homem que, por força da preocupação social, considerávamos do nosso lado, da esquerda, acabar se tornando um mentor do outro lado” (Furtado, 1997, 2: 273-274).

autobiografia, relata fatos ocorridos com a participação ativa de Gilberto Freyre que o denunciavam como delator e desonesto (cf. Furtado, 1997: 273-274). As palavras não são ditas explicitamente, mesmo porque seria desnecessário.

As atas das reuniões, aliás, revelam, ora com sutileza, ora claramente, a hostilidade que, em várias ocasiões, estabelecia-se entre ambos, no Conselho Deliberativo do Codeno e, posteriormente, da Sudene. Travava-se entre eles, embora que de forma muito polida, o que alguém já chamou de “duelo de gigantes”.⁴⁵ Vejamos algumas facetas deste duelo.

Na ata da 28ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada a 4 de novembro de 1959, a pauta foi o estudo de diretrizes para o Plano de Emergência a ser considerado pelo Codeno, em função de uma provável seca. Um mês depois, a Lei 3.692, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que demonstra que o Codeno, em apenas oito meses, havia trabalhado tanto e de forma tão eficaz que a Sudene, finalmente, foi legalmente criada.⁴⁶

Celso Furtado iniciou a mencionada reunião afirmando que o objetivo da Diretoria Executiva, ao colocar em pauta o Plano de Emergência, estava ligado ao fato de que o referido plano deveria estar pronto até “fins do próximo mês de dezembro”. Percebe-se, no seu pronunciamento, um certo tom de irritação contida, pela falta de disciplina dos outros órgãos federais com assento no Conselho Deliberativo como, por exemplo, o DNOCS, que não respondia aos

⁴⁵ Cf. Atas do Conselho Deliberativo do Codeno e da Sudene durante a Superintendência de Celso Furtado.

⁴⁶ Foi com o advento da Sudene que o Nordeste emergiu como entidade política e, por isso, é preciso ter em mente que não havia a consciência de um interesse regional, mas de interesses estaduais. Isto manifestava-se, claramente, nas disputas dentro das reuniões do Conselho Deliberativo.

ofícios enviados pela Diretoria Executiva do Codeno, pedindo informações necessárias ao planejamento de medidas preventivas de uma eventual seca no ano de 1960.⁴⁷

Após longa explanação de Furtado, no final da mencionada reunião, Gilberto Freyre apontou um problema, sem dúvida sério e importantíssimo, mas completamente deslocado da questão do Plano de Emergência.⁴⁸

Essas posições de Freyre, nas raras vezes em que se pronunciava, eram freqüentes. Na ata de uma reunião da Sudene, realizada a 2 de agosto de 1961, presidida pelo próprio Gilberto Freyre ⁴⁹, tendo como Superintendente-Substituto

⁴⁷ Seja porque a referida Ata é enorme, seja em razão da busca de objetividade, é desnecessário transcrevê-la toda, embora lamentando o fato, pois, através de sua leitura, vemos o didatismo de Celso Furtado, sua paciência na explicação dos problemas fundamentais do Nordeste, seu conhecimento profundo desses problemas e as propostas de solução de curto, médio e longo prazos; enfim, seu papel centralizador, como dirigente político firme e hábil e, sobretudo, a questão do planejamento em seu exercício pleno.

⁴⁸ Ao final da reunião, disse Gilberto Freyre: “[...] no caso de haver deslocamentos de populações, deslocamentos intra-regionais de populações, que creio seja a idéia do professor Duque, com a qual estou plenamente de acordo, quer me parecer que, desde já, se deve solicitar a colaboração de um sociólogo, especializado em estudos de populações e que possa orientar a preparação sociológica e psicológica de populações que devem ser deslocadas. Quer me parecer que este é um aspecto importantíssimo do problema. Problema semelhante está sendo cuidado da melhor maneira pelos holandeses, com a atual conquista de terras ao mar, e podemos nos inspirar nesse exemplo europeu. Populações que eram do litoral estão passando a ser, na Holanda, do interior. É que vários grupos, outrora pescadores, preferem conservar-se no seu antigo lugar de residência a ir para o novo, à beira-mar. Está se fazendo, então, uma preparação psicológica e sociológica dessas populações para um novo meio e uma nova atividade que será, no caso, uma atividade agrária em vez de uma atividade marítima. No caso de um movimento intra-regional, no Nordeste, de deslocamento de populações do Nordeste árido para o úmido, essa preparação poderia se fazer através de uma orientação geral, a ser esboçada por um sociólogo idôneo e através de professores médios e primários. As populações a serem deslocadas serão assim inteiradas das novas condições não só ecológicas como sociais, onde deverão se fixar. É um ponto, repito, que merece a nossa consideração, desde já”. Como poderia Gilberto Freyre, um sociólogo extremamente respeitado, desconhecer as diferenças entre um processo de deslocamento de populações na Holanda e no Nordeste brasileiro, se não estivesse empenhado em criar pontos de atrito, em função de posições políticas divergentes? Por que colocar tão detalhadamente a questão, importante sem dúvida, mas num momento tão inadequado, quando a preocupação imediata era com um Plano de Emergência de prevenção contra uma possível seca? Em suma: Gilberto Freyre parece dar pouca ou quase nenhuma importância ao fato de que uma população faminta não está preocupada com preparação psicológica ou sociológica, se tiver acesso imediato ao que comer.

⁴⁹ Celso Furtado estava no Rio de Janeiro. Fora assinar, com o presidente do BID e o presidente do BNB, um convênio para utilização, pela Sudene, de um financiamento de 10 milhões de dólares para o reequipamento da indústria têxtil no Nordeste. (Cf. Ata da 15ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 2 de agosto de 1961).

Francisco de Oliveira, o assunto inicial foi a informação ao Conselho sobre a conclusão do primeiro curso de Desenvolvimento Econômico promovido pela Sudene, o que criou especialistas para os quadros da instituição: “foram aprovados 54 alunos, tendo sido aproveitados nos quadros da Sudene”, além do andamento de outros cursos. No final da reunião, Freyre dirigiu-se à Secretaria Executiva, com alguns pedidos de informações. Elaborou as seguintes perguntas, pedindo “respostas escritas e tanto quanto possível minuciosas para esclarecimento do Conselho Deliberativo”:

- “a) Quais os assessores da Superintendência Executiva especializados no trato de Educação e Cultura?*
- b) Qual a formação geral e especializada de cada um?*
- c) Quais os problemas que atualmente estudam?*
- d) Que motivos têm esses assessores para não se articularem no estudo ou na consideração de problemas de sua especialidade com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, estabelecido no Recife pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura⁵⁰, para o estudo especializado dos mesmos problemas da região Nordeste e provavelmente aptos a cooperar, com a sua experiência e o seu saber especializados, com os assessores da Superintendência no trato dos mesmos problemas regionais de educação?”⁵¹*

O confronto entre os dois maiores intelectuais públicos do Nordeste, no último século, pode ainda ser detectado em outros episódios. Celso Furtado disse, também, em sua autobiografia, referindo-se ao interesse internacional pelo Nordeste brasileiro que, na ocasião (1962), a região era uma verdadeira panela de pressão, prestes a explodir, em função das lutas das Ligas Camponesas e das reivindicações dos movimentos populares urbanos, como o movimento estudantil.

⁵⁰ Gilberto Freyre era representante desse Ministério no Conselho Deliberativo.

⁵¹ Cf. Ata da 15ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene. Indagamo-nos se o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (do qual Freyre era diretor) não seria o embrião da Fundação Gilberto Freyre... O Instituto Joaquim Nabuco já existia e mantinha, inclusive, contato com a Sudene.

E acrescentou: “Desses jornalistas, hábeis observadores, recebi mais de uma informação curiosa”.⁵²

Freyre, por sua vez, tentou se defender da repercussão de uma de suas entrevistas, no âmbito do próprio Conselho Deliberativo: diz que “afirmou ao jornalista ser tempo de a Sudene definir um critério totalista de suas funções, ao que o jornalista traduziu por totalitário”.⁵³

Houve, ainda, um outro affaire digno de nota, em que Freyre fez uma representação verbal contra a administração da Sudene, “acusando-a de haver falsificado a sua assinatura para surrupiar o seu jeton”.⁵⁴

⁵² “[...] Assim, um holandês, homem de grande experiência que, havendo antes visitado Cuba, encheu-se de entusiasmo pelo trabalho que realizávamos, disse-me que nosso conselheiro Gilberto Freyre lhe fizera uma catilinária contra a direção da Sudene, transformada em ‘perigoso antro de comunistas’. Gilberto Freyre fora convidado por mim – contra a opinião de Kubitschek, que desaprovou a escolha – para integrar o Conselho Deliberativo do antigo Codeno, permanecendo na Sudene, onde representava o Ministério da Educação. Era assíduo às reuniões, mas mantinha uma atitude displicente, e mesmo indiferente. Jamais tomava a iniciativa de um projeto, como se desejasse deixar claro que não estava ‘envolvido’ ou que não atribuía importância ao que ali se fazia. Intervinha raramente e, nas poucas vezes em que o fazia, lia o que dizia, como se desejasse precaver-se contra adulterações de suas palavras nas atas que registravam os debates. A hipertrofia do seu ego e sua vaidade desvairada eram motivos de chacota geral, mas todos nós, que muito havíamos aprendido em sua obra, lhe tributávamos um tratamento respeitoso. Eu atribuía seu comportamento a certa ojeriza pela economia, matéria que não lhe despertava qualquer interesse e da qual pouco conhecimento tinha. Certamente ele via economicismo em tudo o que fazia a Sudene mas, sendo um homem de elevado nível cultural, que habitava no Recife, onde estava o grosso do nosso staff, eu não via explicação para que nos caracterizasse daquela forma a representantes da imprensa internacional” (Furtado, 1997, 2: 273).

⁵³ Cf. Ata da 58ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 15 de maio de 1962. A entrevista em questão foi concedida por Gilberto Freyre ao Jornal do Brasil. Segundo Freyre, o jornalista responsável lhe atribuiu declarações que considerou inexatas. Escreveu que o conselheiro Gilberto Freyre falara em “critérios ditatoriais da Sudene”.

⁵⁴ Celso Furtado relatou esse episódio na página 274 do volume II de sua obra autobiográfica: “[...] Podia parecer algo irrelevante, mas uma informação que daí surgisse, envolvendo um nome de grande notoriedade, seria certamente explorada pela imprensa por nossos inimigos [...]. Tomei de imediato a decisão de instaurar um inquérito reservado, a fim de que fosse colhido dele um depoimento escrito. Em seguida, enviei cerca de duas centenas de assinaturas suas, recolhidas no passado, e a contestada, ao Instituto de Grafologia de São Paulo, e obtive uma certidão de autenticidade desta última. A comissão de inquérito apresentou suas conclusões e, de acordo com elas, foi-lhe comunicado que, para fins legais, ficava estabelecido que não houvera falsificação de assinatura. Estávamos cobertos para qualquer eventualidade de informação a respeito que surgisse na imprensa. Mas, felizmente, nada transpirou sobre o caso. Cito-o agora porque ilustra bem a sensação, que se apoderara de nós, de que estávamos assediados” (Furtado, 1997, 2 :274). Fica clara a situação em que se vivia, dois anos antes do golpe militar. A luta ideológica se travava,

Finalmente, cabe registrar uma constatação, já bastante conhecida: Gilberto Freyre, que havia sido, inclusive, deputado constituinte por Pernambuco, em 1946, integrando a chamada ala progressista da UDN, havia reformulado completamente as suas posições apoiando, dois anos depois desses acontecimentos, o golpe militar que cassou os direitos políticos de Celso Furtado e o exilou.

Essa longa digressão não teve por objetivo “jogar fogo numa fogueira”, de resto, já conhecida e antiga. Temos presente que Celso Furtado, no prefácio à sua autobiografia, escreveu no final a seguinte frase: “Todas as referências a pessoas estão expressas em tempo passado e não pretendem ter validade no presente” (Furtado, 1997, 1: 94). Se abordamos a questão, é porque ela é substantiva, no que respeita ao nosso tema de pesquisa, uma vez que envolve dois dos intelectuais públicos mais importantes e expressivos do Nordeste, que se admiravam e se “negavam” mutuamente, se assim podemos nos expressar. Longe de nós, portanto, a intenção de criar questiúnculas acadêmicas, paroquiais, sobretudo em relação a duas personalidades da dimensão de Gilberto Freyre e Celso Furtado.

Fechemos, pois, nosso parêntese e voltemos a acompanhar Celso Furtado, em sua formação intelectual.

Ele tinha apenas dezenove anos, quando foi embora da Paraíba, indo morar no Rio de Janeiro. No entanto, considera que a infância e parte da juventude passadas entre Pombal e a capital do Estado formaram, no seu espírito, certos elementos que ele diz serem invariantes, “dos quais dificilmente eu poderia

esta, sim, “nas trevas”, pela menção aos “nossos inimigos”. Ficam, também, evidentes os problemas que o sociólogo, às vezes, criava.

libertar-me sem correr o risco de desestruturar a minha própria personalidade” (Furtado, 1997, 2: 13).

Eis a identidade nordestina, paraibana, manifestando-se ...

De fato, a ligação de Celso Furtado com o Nordeste, mais precisamente com o sertão nordestino, é curiosa. Embora sua família tenha-se mudado de Pombal para a capital da Paraíba quando ele tinha apenas sete anos, sua identidade intrínseca é com o sertão. Os exemplos dessa curiosa ligação são vários e perpassam toda a sua vida.

Já havíamos anotado, na síntese biográfica que escrevemos sobre ele que, em determinada oportunidade, quando pensou que a luta pelo projeto da Sudene estava perdida, disse:

“Agora, já não me cumpria senão me afastar discretamente, fazendo votos para que o meu sucessor mantivesse alta a bandeira que havíamos levantado. Saí em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas à fantasia, antecipando a transformação daquelas terras áspers mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatar pelo orgulho de sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelos horizontes abertos, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista” (Furtado, apud Aquino, 2000).⁵⁵

Na ata da 35ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 1º de abril de 1963, Celso Furtado, referindo-se à visita que realizou à área do projeto de irrigação do sub-médio São Francisco, salientou que “[...] foi para um servidor da Sudene e sertanejo motivo de grande emoção ver a caatinga alta do Nordeste sempre irrigada, porque, na realidade, este acontecimento tem, para os nordestinos, um significado histórico.”

⁵⁵ Mais adiante falaremos do seu discurso por ocasião das homenagens do governo da Paraíba pela passagem dos seus 80 anos, onde ele se diz “um simples sertanejo, seco como um cacto”.

Com uma maneira de viver, desde muito jovem, quase itinerante, chama a atenção esta sua afeição pelo sertão, que transborda nas mais variadas fases de sua vida; essa relação forte e inquebrantável, que ele leva consigo pela vida afora.

Os “elementos invariantes” do seu ser, que o professor Celso chama de idéias-força e que abordou em sua autobiografia, são três:

“A primeira idéia é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige mais do que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre novas águas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (Furtado, 1997, 2:13).

Vejamos a gênese das três idéias-força que se formaram no espírito de Celso Furtado.

A primeira é, sem dúvida, fruto de suas experiências na primeira infância, ainda morando no sertão. O sertão paraibano da década de 1920 era um “mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade” e a infância de Furtado foi, decisivamente, selada pela idéia de que os perigos estavam por toda parte, tanto do lado dos homens quanto do da natureza. Ele viu gente morrer na rua, a violência dos cangaceiros, ouviu histórias de secas devastadoras e foi vítima da enchente de 1924, que invadiu Pombal e destruiu parte de sua casa. Houve um incêndio em decorrência do desabamento, que lhe valeu queimaduras profundas nas costas, cujas cicatrizes carrega até hoje: “[...] aos quatro anos escapei por pouco (cheguei a ficar alguns meses de cama, com queimaduras” (Furtado, 1987:31).

A segunda idéia-força evoca o episódio da morte de João Pessoa, marcado pela “perplexidade diante de forças que pairam por cima de tudo [...]; este estado de coisas exige mais do que simples esquemas racionais” (Idem, ibidem).

Na síntese biográfica que escrevemos sobre Celso Furtado, por ocasião das comemorações, na Paraíba, dos seus 80 anos, anotamos que “certamente muitos outros episódios contribuíram para essas constatações”. Chamamos a atenção, com ênfase, para essa questão, para que outros pesquisadores da obra de Furtado atentem para o fato de que ela é um filão ainda inexplorado, e que merece estudos, uma vez que constitui, ao nosso ver, um material precioso para a história das mentalidades, abordadas *avant la lettre*. (Cf. Aquino, 2000).

A terceira idéia-força está na essência da própria atuação de Furtado, que não hesita em jogar todo o seu conhecimento na arena política, como o demonstra, claramente, a sua passagem pela Sudene.

Na síntese biográfica a que nos referimos, ousamos

“pensar que Celso Furtado, embora muito jovem, já saiu da Paraíba “pronto”; a lapidação, como é natural, foi se fazendo no processo da sua vida. Guimarães Rosa traduzirá melhor o que quero dizer: ‘o Senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas elas vão sempre mudando – afinam ou desafinam’” (Aquino, 2000).

O professor Furtado cometeu erros, como todo mundo, mas pensamos, sem intenção de criar heróis, que os seus acertos têm sido incomensuravelmente maiores e que, aos 82 anos, ele continua “afinando”.

Aos vinte anos, já morando no Rio de Janeiro, ele ingressou na Faculdade Nacional de Direito, experimentando uma intensa vida cultural.⁵⁶

A vida intelectual de Celso Furtado, àquela época, comprova a tese de Russel Jacoby (1990) de que o crescimento descontrolado das grandes metrópoles acabou com a vida boêmia nessas cidades, e os jovens, já há muitos anos, passam dos condomínios fechados, ou de bairros afastados da região central, para os campi universitários, perdendo muito da vida cultural que gerações passadas usufruíram. E é claro que, quando dizemos “jovens”, queremos nos referir aos que comem... o que dizer da atualidade, onde a fome e a violência imperam até em pequenos povoados?

Também aos vinte anos, Celso Furtado começou a trabalhar como jornalista na Revista da Semana. Posteriormente colaborou, com reportagens e artigos, no Panfleto, no Observador Econômico e Financeiro e na revista Conjuntura Econômica.⁵⁷

Em 1943, ainda estudante de Direito, foi aprovado no concurso do DASP para Assistente de Organização e no de Técnico de Administração do Departamento Público do Estado do Rio de Janeiro: “[...] já aos vinte e três anos me engajaria na função pública, seguindo a tradição familiar. Foi o contato com a

⁵⁶ “No Rio de Janeiro fizera meus primeiros estudos universitários e aí tinha o meu melhor círculo de amigos. Criara raízes na cidade, quando ainda habitava os bairros centrais. Vivera na Lapa e na Glória. Naquelas pensões de estudantes, onde dividíamos um quarto entre dois. A exigüidade de espaço deslocava a vida social para os cafés, onde ficávamos a discutir noite adentro. Então eu fazia jornalismo e era ligado, como amador, ao meio musical [...]. Viver no centro do Rio de Janeiro nessa época significava poder ir a pé aos concertos, não perder as raras exposições de pintura, aproveitar algum conferencista de passagem, conversar com os amigos nas praças e nos cafés [...]” (Furtado, 1997).

⁵⁷ Em agosto de 1948, juntou-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, tendo criado, em 1954, no Rio de Janeiro, com um grupo de amigos, o Clube dos Economistas, que lançou a *Revista Econômica Brasileira*.

função pública que me descortinou uma problemática nova e me encaminhou finalmente para o estudo dos problemas sociais” (Furtado, 1987: 32-33).

Em 1944, cursou o Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e, em novembro do mesmo ano, concluiu o curso da Faculdade de Direito. Foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira e, em janeiro de 1945, embarcou para a Itália como aspirante a oficial da FEB.

Em 1946 publicou, no Brasil, por conta própria, seu primeiro livro: Contos da Vida Expedicionária. Na entrevista que realizamos para esta tese, inquirimos o professor Furtado sobre este seu pendor literário, perguntando se não teria o projeto de publicar um romance, à maneira de J. K. Galbraith. Sua resposta: “Meus primeiros escritos foram literários e de ficção. Mas não se pode fazer tudo[...]. Desculpo-me dizendo que só escrevo quando tenho algo significativo a dizer” (Furtado, 2000).

Este aspecto remete ao das influências mais significativas em sua formação. Na mesma entrevista, também o abordamos a este respeito, perguntando sobre os escritores, filósofos e pensadores que mais o marcaram em sua formação; sobre os escritores brasileiros que lhe deixaram mais fortes impressões (além de Machado de Assis); sobre a influência do estilo de Machado de Assis em seu ensaio como escritor e, ainda, sobre quais os escritores que trataram da problemática regional nordestina que considera fundamentais – particularmente sobre a obra de Graciliano Ramos, se seria menos localista que a de Jorge Amado ou José Lins do Rego. Sua resposta:

“As influências mais notórias que sofri em minha juventude foram literárias, talvez porque minha aspiração mais forte era vir a ser um escritor, de preferência um ficcionista. Ainda no secundário li o essencial

*de Machado, de Eça, de Euclides, dos escritores nordestinos (Lins do Rego, Amado, Graciliano) e me iniciei na literatura universal, particularmente na de língua espanhola, francesa e inglesa, idiomas em que logo me habituei a ler. Liguei-me em especial a alguns autores de idioma castelhano, como o Sarmiento, que pintou um mundo áspero como o nosso sertão; Garcia Lorca, que nos ajudou a satisfazer a fome de lirismo; Unamuno, que entreabriu a porta do existencialismo. E também, entre outros, autores universalistas, como Romain Rolland, que em seu **Jean Christophe** fundiu a paixão de viver com a motivação estética e Aldous Huxley, que nos ensinou a rir dos pedantes” (Furtado, 2000).*

A propósito, vale salientar que Huxley, lido por Celso Furtado aos dezenove, vinte anos, causou impacto no professor, quando parecia voltado “para o fascínio do sofrimento”, do sofrimento e da perda:

“como se fosse uma fatalidade a felicidade e o sofrimento virem juntos... Saí disso quando tive acesso a uma literatura mais complexa. Lembro-me do impacto que sofri com o Contraponto de Huxley. Esse, sim, colocava os problemas num nível intelectual. É um livro sofisticado” (Furtado, 1990).

Valorizando esta pista autobiográfica, tentamos filtrar, em Celso Furtado, as influências de Aldous Huxley – um exercício fascinante, mas que exige “engenho e arte”. De qualquer forma, tentamos. Foi necessário reler Contraponto, obra considerada por muitos a melhor criação de Huxley, sob essa nova ótica e atentando para a observação de Otto Maria Carpeaux no sentido de que “os romances de Huxley são ensaios disfarçados em ficção” (Carpeaux, apud Huxley, 1968).

Num primeiro momento, procuramos em Huxley algo que nos sugerisse Celso Furtado, para tentar verificar a razão do impacto da leitura, ou qualquer possível identificação que ele tivesse encontrado com o escritor de Contraponto. A este respeito, cabe uma pequena digressão.

Nós, historiadores(as), que somos “possessos das provas documentais”, não estamos impedidos, sob nenhuma alegação, de levantar hipóteses, até

porque a intuição, quando usada com cautela, pode estar muito próxima da realidade, pode ser boa companheira da realidade, se não tentar deformá-la. O próprio Celso Furtado já disse que “sem ousar, não se conhece os limites do possível”. A própria imaginação, se domada, pode ser frutífera. O professor Eugênio Gudín, de certa feita, disse a respeito de Celso Furtado: “Celso tem demasiada imaginação para ser um economista”. E este considerou o comentário o maior elogio que lhe fizeram, porque

“a imaginação é a qualidade mais rara. A criatividade pura se manifesta na imaginação. O importante é discipliná-la, canalizá-la e usá-la bem. Eu encontrei uma maneira de canalizar minha imaginação de forma frutífera e construtiva na economia, na análise social” (Furtado, 1997).

Interligando esses elementos, supomos haver uma série de coincidências de opiniões, gostos, preferências e atitudes intelectuais entre a personalidade de alguns personagens do romance huxleyano e a própria personalidade de Furtado. Alguns exemplos serão mais esclarecedores. A “violência do apetite musical” de Lord Edward pareceu-nos muito próxima do “apetite musical” do próprio Celso Furtado. Ou as divagações de Ildge, na festa de Lady Edward: “melhor seria diferir em tudo dos ricos e elegantes – ser um visitante que caísse de um outro planeta intelectual – do que um imitador esnobe de décima quinta ordem”. Ou, ainda, as constatações de Philip Quarles: “e, no entanto, positivamente, não vale a pena fingir ser o que não somos” (Cf. Huxley, 1968).

Nesta *démarche*, encontramos, no texto huxleyano, muitas outras observações com o mesmo sentido, que guardavam alguma semelhança com trechos da obra autobiográfica de Celso Furtado, com os Contos da vida expedicionária e com outros escritos e pronunciamentos do economista. Um

exemplo bastante ilustrativo foi o seu discurso, por ocasião das homenagens do governo da Paraíba, em comemoração aos seus oitenta anos:

“Não creio que alguém esteja preparado para receber homenagens como essas, que por vezes ocorrem de forma imprevista. Fui convidado para um seminário e imaginava que iríamos trocar idéias e que eu poderia dizer claramente o que penso de certos problemas que nos preocupam a todos e chego aqui e encontro essa festa tão bonita, um festival de gentilezas! Cortesias, flores, coisas a que eu, um simples sertanejo, não estou acostumado. A verdade é que continuo seco como um cacto”.⁵⁸

Poderíamos continuar narrando outros exemplos da semelhança de atitudes intelectuais e mentais entre personagens de Huxley, em *Contraponto*, e outros escritos de Celso Furtado, sobretudo na autobiografia deste último. Semelhança também no estilo: a ironia fina, quase insuspeita; a presença constante da descrição da paisagem natural, pintada com traços fortes, mas rápidos; os períodos curtos, enxutos etc. Resistimos, porém, à tentação – por mais fascinante e tentadora que seja – de continuarmos as comparações livres e diretas, passando a apoiar-nos na bibliografia existente.

Observamos que, na apresentação da 28ª edição brasileira de *Contraponto*, está escrito o seguinte:

“Freqüentemente comparado com Proust e Gide, mais pelo conteúdo do que por características de estilo, Huxley desenvolveu concepções originais, evoluindo de um pessimismo demolidor, implacável na crítica aos falsos padrões, para uma posição de confiança essencial no homem. Sem, todavia, descambar para o conformismo e sem negar sua repulsa para com o inautêntico. Pois a busca, em toda sua profundidade e inquietude, foi uma paixão permanente na vida de Huxley” (Huxley, 1968:79).

Nada mais esclarecedor, no sentido de “filtrar” as influências de Huxley em Celso Furtado, do que as considerações da citação anterior.

⁵⁸ Homenagem da Paraíba aos 80 anos de Celso Furtado – João Pessoa, 10 de junho de 2000, in: *Seminário Internacional. Celso Furtado, a Sudene e o futuro do Nordeste*. Livro comemorativo. Recife: Sudene, 2000, p.351. Inevitável chamar a atenção para a identidade nordestina, sertaneja, de Celso Furtado, que está explícita no discurso.

Evidentemente, o(a) autor(a) anônimo(a) está se referindo ao universo literário de Huxley. Mas encontramos, também, em Furtado, o inconformismo, a autenticidade, a paixão – alimentada pela “busca em toda sua profundidade e inquietude” – para a compreensão dos problemas do Brasil em geral e do Nordeste em particular. Claro que em outro gênero. Aliás, o próprio professor Celso afirmou que “já observava Thomas Mann que um gênero literário contém todos os outros, caso se alcancem os limites de suas possibilidades” (Furtado, 1997, 1: 93).

Encontramos, dizíamos, concepções originais, pessimismo em relação aos políticos e aos seus interesses pessoais, ao poder etc, concomitantemente com “uma posição de confiança essencial no homem”. Esta idéia de concomitância deve ser retida, pois não identificamos, no professor Celso Furtado, uma evolução do pessimismo para a confiança no homem, mas uma coexistência entre as duas dimensões de sentimento. Aliás, no seu discurso de comemoração aos seus 80 anos, depois de dizer que continua “seco como um cacto”, ele completou:

“isso não quer dizer que eu não me emocione, que não sinta profundamente a sinceridade de todos aqui, a quem expresso meus agradecimentos. Sei perfeitamente que as pessoas aqui estão por generosidade, por solidariedade com o Nordeste” (Idem: 351)

Vejamos, agora, como Celso Furtado passou, definitivamente, a dedicar-se à Economia como sua atividade maior, chegando a ser considerado um dos maiores economistas do mundo.

A partir dos dois últimos anos na Universidade do Brasil, durante o curso de Direito, ele começou a estudar Economia, no que foi autodidata.⁵⁹ Primeiro, seus estudos voltaram-se para o campo da Administração, de onde passou a ter um interesse específico por problemas de organização: “meus primeiros estudos publicados, de caráter não-literário, são no campo da organização, tanto aplicada como teórica” (Furtado, 1987: 34-35).

Os estudos de Organização o levaram ao Planejamento e foi este que lhe abriu as portas para a Economia. Foi também ainda na Faculdade de Direito que ele ampliou suas leituras no campo da Sociologia,

“principalmente da Sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Simmel. Também nessa época tomei contato com Henri Pirenne, que será de importância decisiva para mim. São os trabalhos desse autor sobre a história medieval européia, bem como os de Sombart, Sée e outros sobre as origens do capitalismo e, finalmente, os de Antonio Sérgio sobre a história portuguesa, que me permitirão ver a importância dos estudos de Economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão globalizante, macro-econômica. Dessa forma, a Economia não chegaria a ser para mim mais do que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico” (Furtado, 1987:36).

Somente a singularidade deste intelectual público pode explicar como um dos maiores economistas do mundo é, também, um humanista dessas proporções. Somente esta singularidade pode explicar, também, como Furtado, na direção da Sudene, foi o organizador, o planejador, o comandante, jogando-se com paixão no empreendimento e se tornando, de permeio, um dos maiores intelectuais públicos brasileiros.

⁵⁹ Sua primeira atividade ligada ao Estado foi como técnico assistente de organização, depois de 1943, quando foi aprovado no concurso do DASP, como vimos.

É o próprio Celso Furtado que nos conta como se desdobraram, em três fases, suas atividades de economista. A primeira fase diz respeito aos anos que passou na CEPAL, “que [lhe] permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos”. A segunda diz respeito aos “anos que [dedicou] ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da política de desenvolvimento da região nos governos Kubitschek, Quadros e Goulart”. A terceira, “os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos e em seguida e mais prolongadamente em Paris” (Furtado, 1987:37).

Qual a originalidade do pensamento econômico de Celso Furtado?

Ele aprendeu as teorias econômicas, das quais se utiliza, com os clássicos, tendo papel de destaque Ricardo, Marx e Keynes. Seus estudiosos, economistas, costumam acentuar a sua independência teórica. Considerado um economista do desenvolvimento, faz parte do grupo dos primeiros economistas que se dedicaram à teoria moderna do desenvolvimento: Rosenstein-Rodan, Prebisch, Singer, Lewis, Murkse, Myrdall, Hirschman, além do seu professor Cornu (cf. Bresser-Pereira, 2001:20).

Consultando o livro de Amélia Cohn (1976:14) – *Crise regional e planejamento*, discordamos da autora em um aspecto: Furtado foi, sem dúvida, um dos criadores da escola cepalina de pensamento econômico, mas não se pode, ao nosso ver, simplificar o seu pensamento econômico colocando-o, quase que unicamente, como um defensor da tese do dualismo estrutural cepalino. Joseph L. Love destacou, inclusive, que foi Furtado quem primeiramente apontou o problema do “colonialismo interno”, quando estudou

os vínculos entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, “o que talvez lhe garanta o mérito de ter sido o primeiro analista da dependência” (Love, *apud* Bresser-Pereira, 2001: 221).

Note-se ainda que o professor Celso foi sempre avesso ao pensamento estereotipado dos ortodoxos, como nos diz Luiz Carlos Bresser-Pereira:

“O estruturalismo não é uma teoria econômica abrangente, foi uma doutrina econômica influente na América Latina nas décadas de 1950 e 1960, porque oferecia uma interpretação para o subdesenvolvimento dos países que, em meados do século XX, faziam a transição de formas pré-capitalistas ou mercantis para o capitalismo industrial, e apresentava a seus dirigentes uma estratégia coerente de desenvolvimento” (Bresser-Pereira, 2001:20).

Portanto, Celso Furtado, embora profundamente identificado com o estruturalismo latino-americano, na medida em que foi um dos seus fundadores (não se pode esquecer a dívida de Furtado para com Prebisch, a quem, aliás, ele chamava de mestre), não acredita em uma teoria econômica pura, nem de corte neoclássico, nem marxista. As teorias econômicas, para ele, existem para resolver problemas reais: “[...] a economia é um instrumento para penetrar no social e no político e avançar na compreensão da história, particularmente quando esta ainda se exhibia como presente aos nossos olhos” (Furtado, *apud* Bresser-Pereira, 2001:21).

Nesta direção, Francisco Iglesias observou que “é absurdo apontá-lo como neoclássico, marxista, keynesiano, rótulos que freqüentemente lhe dão. Ele tira de cada autor ou corrente o que é, a seu ver, correto ou adaptável à realidade latino-americana. Adota os modelos que lhe parecem corretos, sem tentar aplicá-los mecanicamente a casos diversos, sem ortodoxia” (Iglesias, *apud* Bresser-Pereira, 2001).

Com este procedimento, atávico ao seu pensamento, Celso Furtado não pretende reconciliar teorias nem, digamos, pô-las em um caldeirão, para aproveitar o que sobra. E, muito menos, pode ser acusado de indefinido, “como os que querem uma visão única e integrada da teoria econômica”. Para o professor Celso, dependendo do problema enfrentado, uma ou outra escola de pensamento pode ser mais útil, inclusive a sua. E isto fica muito evidente quando examinamos as suas posições à frente da Sudene, na resolução de problemas concretos que exigiam soluções imediatas – que, aliás, eram muitos – como o demonstram as atas pesquisadas.

Segundo Bresser-Pereira, três aspectos são essenciais para que se conheça o pensamento econômico de Celso Furtado:

- *A independência de pensamento.* Sendo um economista do desenvolvimento econômico, tendo feito parte dos “pioneiros” da teoria moderna do desenvolvimento – e identificado, portanto, com o estruturalismo latino-americano, na medida em que foi um dos seus fundadores, como já mencionamos, sempre manteve a sua independência teórica.

- *O método.* Utiliza-se do método histórico e não do lógico-dedutivo: “sua capacidade de inferência e de dedução é poderosa, mas ele parte sempre da observação da realidade, e evita basear-se em pressupostos gerais sobre o comportamento humano; procura, a partir dessa realidade e do seu movimento histórico, inferir a teoria” (Bresser-Pereira, 2001:19).⁶⁰

⁶⁰ Furtado utiliza, portanto, o método que é o mais adequado ao estudo do desenvolvimento: o histórico-indutivo. Aliás, Bresser-Pereira chama a atenção para o fato de que o método de Celso Furtado tem sido pouco estudado.

- A *paixão*. É ainda Luiz Carlos Bresser-Pereira quem diz: “sua luta pelo desenvolvimento do Brasil e pela superação do atraso da sua terra natal – o Nordeste – foi realizada com uma intensidade e uma determinação que só a paixão explica” (Bresser-Pereira, 2001:19).

Bresser-Pereira afirmou, também, que o nosso economista

“[...] não ofereceu apenas explicações econômicas para o nosso desenvolvimento e subdesenvolvimento, ele situou o Brasil no contexto mundial, analisou sua sociedade e sua política, ofereceu soluções para os grandes problemas enfrentados [...]. Para realizar essa tarefa tão ambiciosa quanto frustrante – porque, afinal, o Brasil ficou aquém de suas grandes esperanças – Celso usou do método e da paixão” (Bresser-Pereira, 2001:9).

É essencial, ainda, que transcrevamos outro trecho do ensaio de Bresser-Pereira, por situar-se muito próximo da nossa própria concepção a respeito da questão:

“Na forma pela qual Celso Furtado trabalhou com a ciência econômica não há apenas método rigoroso, há também paixão. Há grandes esperanças e frustrações correspondentes. Geralmente a razão e a emoção são vistas em oposição. Essa, entretanto, é uma forma equivocada de compreender o processo do pensamento. Os grandes cientistas foram com muita frequência pessoas apaixonadas pelo seu trabalho, por sua pesquisa. Os economistas que foram realmente grandes dificilmente deixaram de apaixonar-se não apenas por sua ciência, mas também pelos resultados dela. Alguns apaixonaram-se pela conquista da estabilidade econômica, outros, por uma distribuição de renda mais justa e, a maioria, pelo desenvolvimento de seu país. A paixão de Furtado foi o desenvolvimento do Brasil, ele nunca deixou de ver e pensar o Brasil e o seu Nordeste com paixão” (Bresser-Pereira, 2001: 37).

O que Bresser-Pereira chamou de “grandes esperanças” aproxima-se, bastante, do que chamamos de “utopia” no sentido que demos ao conceito: para mostrar o quanto de esperança, de energia, de vontade de transformações econômicas e políticas Celso Furtado jogou, sobretudo no seu projeto maior: a Sudene.

Finalmente, queremos ressaltar, no pensamento econômico de Furtado, “a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento”. No início da década de 1960, o fenômeno histórico do desenvolvimento econômico e a necessidade de uma teoria a respeito, elaborada pelo conhecimento da realidade e não por formulações abstratas de caráter geral, está no núcleo central da tese de Celso Furtado. Ele queria atuar na realidade e identificar as causas do subdesenvolvimento de alguns países, dentro das tendências que se apresentavam no conjunto do sistema capitalista. Para ele, o subdesenvolvimento não era uma etapa para que se atingisse, por exemplo, os padrões de consumo dos Estados Unidos, não havendo equivalência entre economia subdesenvolvida e país jovem, como, de resto, são os Estados Unidos. As razões do subdesenvolvimento, portanto, só podem ser explicadas se remetidas ao processo de formação histórica de um país ou de uma sociedade.⁶¹

Pensamos, pois, que foi no âmbito desse pensamento teórico sobre o subdesenvolvimento e sua superação que Celso Furtado concebeu a Sudene.⁶²

Retomando a trajetória do nosso intelectual, salientamos que, em fevereiro de 1949, Furtado mudou-se para Santiago do Chile, para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, “que se

⁶¹ “O subdesenvolvimento [...] é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas.” O problema é complexo, pois “muitas são as suas dimensões e as que são mais visíveis nem sempre são as mais significativas” (Furtado, Celso, citado por Clóvis Cavalcanti – “Furtado e a persistência do subdesenvolvimento”, in: Bresser-Pereira, 2001: 66).

⁶² Tratamos, neste trabalho, ainda que *en passant*, das questões relativas à identidade social do nosso autor, pois já vimos abordando, aqui e acolá, a questão da nordestinidade de Celso Furtado. Recomendamos, a este respeito, o livro de Maura Penna – *O que faz ser nordestino* (São Paulo, Cortez, 1992), em que a autora registra a existência, atualmente, no âmbito das Ciências Sociais, de várias definições e empregos diferentes da noção de identidade, não existindo sobre a matéria um quadro conceitual definido. Sugerimos, pois, a outros pesquisadores, a análise dessa questão específica.

transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro-Mundo até hoje”.⁶³

O professor Celso permaneceu na CEPAL no período de 1949 a 1956, período este de produção e atividades intensas. Foi encarregado de missões em diversos países latino-americanos: Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica. Visitou, durante quase todo o ano de 1951, universidades dos Estados Unidos, “para informar-se sobre o debate, que então se inicia, em torno dos aspectos teóricos do desenvolvimento”. Em 1952, seu artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico” foi publicado na *Revista Brasileira de Economia* e teve circulação internacional, pois foi traduzido para o *International Economic Papers*, órgão da Associação Internacional de Economia.

Foi em 1953 que Celso Furtado instalou-se no Rio de Janeiro, para presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE.⁶⁴ O Grupo Misto foi formado, evidentemente, por economistas da CEPAL e do BNDE, elaborando um estudo sobre Economia Brasileira que enfatizava, sobretudo, as técnicas de planejamento. O Relatório Final foi editado em 1955, constituindo a base do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

⁶³ A CEPAL havia sido recém-criada quando Celso Furtado foi integrar os seus quadros e, ali, dedicou-se a pesquisas, elaborando seus primeiros escritos de Economia. Raul Prebisch assumiu a Secretaria Executiva da CEPAL em 1950, e Furtado foi nomeado Diretor da Divisão de Desenvolvimento do órgão.

⁶⁴ “Em começos de 1953, quando de novo fixei-me no Rio de Janeiro, o debate ideológico desbordara de todos os lados. A discussão em torno da política do petróleo polarizava as opiniões. O Partido Comunista, desesperançado de retornar à legalidade – o que aparentemente esperava fazer com o retorno de Vargas – deslizava para o extremo radicalismo, que extravasava verbalmente na campanha popular “o petróleo é nosso”. Mas a coisa não ficava na estridência da campanha de rua. Havia certa consciência de que o país se encaminhava para decisões importantes, o que levava uns a cerrar fileiras e outros a tentar ocupar posições de força” (Furtado, 1997, 1: 278-279).

Em 1954, Furtado publicou o seu primeiro livro de Economia, intitulado *Economia Brasileira*.⁶⁵ Nesse ponto, chamamos a atenção para um aspecto importante da trajetória de Celso Furtado, como economista. Sem perder a sua identidade nordestina, ele começou seus estudos, suas pesquisas e suas publicações pensando o Brasil como um todo. Somente após essa visão de conjunto é que ele se voltará, mais especificamente, para a região Nordeste, sem separá-la do país por uma “muralha chinesa”. Em suma, o movimento das reflexões intelectuais de Furtado parte do geral para o particular e vice-versa, dialeticamente. Se formos mais longe, ele começou pelos estudos e conhecimento da América Latina.⁶⁶

Em outubro de 1953, Furtado retornou a Santiago, à sede da CEPAL mas, em janeiro de 1956, mudou-se para a Cidade do México, para dirigir um estudo sobre a economia mexicana. Nesse mesmo ano foi publicado, no Brasil, o seu livro *Uma economia dependente*, o segundo de uma série que, como vimos, excede trinta.

Desde 1948, o professor Celso era Doutor em Economia pela Universidade de Paris, com a tese *L'économie brésilienne*, orientada por Maurice Byé, como já mencionado. No entanto, em 1957, trabalhando na CEPAL, pediu uma licença sem vencimentos e foi para a Inglaterra, onde passou uma temporada na Universidade de Cambridge. Permaneceu um ano no King's College, fazendo

⁶⁵ “Utilizei o título de *Economia Brasileira* para que não houvesse dúvida de que minha preocupação central era aprofundar o conhecimento da problemática de meu país. Santa Rosa, pintor paraibano, prontificou-se a desenhar a capa” (Furtado, 1997, 1: 287).

⁶⁶ *Formação econômica da América Latina* também pode ser considerado um clássico do autor (cf. Furtado, Rio de Janeiro: Leia Editora S.A., 1969).

estudos de pós-graduação e escreveu *Formação econômica do Brasil*, “fruto de sua reflexão de dez anos sobre a realidade econômica brasileira”.⁶⁷

Em 1958, quando Celso Furtado desligou-se definitivamente da CEPAL e retornou ao Brasil, assumindo uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi, em seguida, nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek como interventor no Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que, por sua vez, deu origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), constituído por representantes de órgãos do governo federal e pelos governadores dos nove estados do Nordeste. Foi, então, nomeado seu Secretário Executivo.⁶⁸

O Codeno, como já assinalado, deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Celso Furtado foi nomeado seu Superintendente. O processo não foi tranquilo. Em determinado momento desse processo, Furtado chegou a pensar que “a guerra estava perdida”.⁶⁹

Mas, finalmente, ele assumiu a Superintendência da Sudene, reafirmando-se como técnico e economista e, sobretudo, como dirigente político, posto em uma

⁶⁷ Cf. Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. (308 ed). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

⁶⁸ Cf. GTDN - *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

⁶⁹ “Agora, já não me cumpria senão me afastar discretamente, fazendo votos para que o meu sucessor mantivesse alta a bandeira que havíamos levantado. Saí em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca e dei asas à fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras áspers mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatado pelo orgulho da sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelo horizonte aberto, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista” (Furtado, 1997, 2:132). Algumas observações: relembramos que Celso Furtado deixou o sertão paraibano com sete anos de idade e, mesmo tendo corrido mundo, considera-se sobretudo um sertanejo. A outra observação é essencial para o nosso tema: Furtado é ateu desde os treze anos. Portanto, a referência ao milagre da multiplicação não tem nenhuma conotação religiosa. Identificamos nela, muito mais, a sua utopia, o seu desejo de realizar a “transfiguração daquelas terras áspers mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano”.

posição estratégica, em um momento de tensão, vital, da história brasileira recente. É deste momento que nos ocuparemos no capítulo a seguir.⁷⁰

⁷⁰ Antes, porém, é necessário dizer que, tendo seus direitos políticos cassados em 1964, Furtado passou a dedicar-se ao trabalho de professor universitário: *“As circunstâncias que modificaram o curso da minha vida em 1964, quando um golpe militar no Brasil privou-me de direitos políticos e praticamente impediu-me de continuar a trabalhar para a minha região e para o meu país, somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas – como assessor técnico das Nações Unidas e como administrador e membro do governo do meu país – convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza de formulações teóricas e de idéias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados os mais disparatados [...]. Paralelamente às tarefas de professor, continuo empenhado em decifrar os enigmas do subdesenvolvimento, oferecendo ocasionalmente hipóteses novas que desejo estimulem outros a levar mais longe o esforço de reflexão e intervenção”* (Furtado, 1987: 40-41). Em setembro de 1965, a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, Furtado assumiu ainda a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico, tendo sido o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general De Gaulle.

Capítulo 3

A SUDENE NA HISTÓRIA

“Primeiramente a Sudene teria que voltar a ser o que era originalmente, e não essa caricatura em que se transformou.”

Celso Furtado

1. O CONTEXTO HISTÓRICO INTERNACIONAL E A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO

A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, conhecida como Sudene, foi instituída pela lei 3.692, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 15 de dezembro de 1959, quando Juscelino Kubitschek era Presidente da República.

Quando Kubitschek tomou posse, em 31 de janeiro de 1956, a conjuntura internacional era complexa, uma vez que, desde o final da Segunda Guerra, o contexto mundial era marcado pela chamada Guerra Fria, que se instalou definitivamente a partir de 1947, assumindo o caráter de um conflito permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências emergentes do conflito competiam, então, pelo controle de áreas de influência em todo o mundo.

Na realidade, dois tipos de Guerra Fria coexistiam: um, com uma retórica agressiva e, outro, com uma intensa propaganda política que se manifestava, principalmente, na área cultural, no cinema, na literatura, de tal forma que Antonio Pedro Tota, estudando exaustivamente o período, deu ao seu livro o sugestivo

título de *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*.⁷¹

O fato é que, em meados da década de 1950, a Guerra Fria começou a adquirir uma nova feição; o clima diplomático entre as duas potências ficou mais leve, dando margem à política de *détente*. Esta nova configuração, também conhecida como a fase de “coexistência pacífica”, foi marcada por uma política de maior flexibilidade entre os dois países rivais (cf. Fico, 2000:166).

O planejamento havia entrado na ordem do dia antes mesmo do final da guerra quando, em 1944, as potências beligerantes reuniram-se para organizar as condições do pós-guerra. A conferência de Bretton Woods criou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instrumentos essenciais para a reconstrução das novas condições mundiais e que ditariam, daí por diante, em última instância, os rumos econômicos e políticos que os “aliados” deveriam seguir.

Não convinha, aos Estados Unidos, que os países europeus permanecessem arruinados pela guerra. Isto seria incompatível com o liberalismo, ou seja, com uma economia internacional baseada no livre comércio, na conversibilidade das moedas e na abertura dos mercados. E, evidentemente, o risco de eclosão de outras revoluções, à maneira russa, amedrontava tanto o governo norte-americano quanto os líderes governamentais da Europa. Os países

⁷¹ Para um conhecimento aprofundado da propaganda e da influência dos Estados Unidos sobre a política e a cultura brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, ver: Tota, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

europeus deveriam, portanto, ser fortes e aliados, militar e politicamente, aos Estados Unidos (*Idem, ibidem*).

Está aí, em síntese, a origem da elaboração do Plano Marshall, como ficou conhecido o programa de restauração européia, lançado em 1947. Também foi criada, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Otan, uma aliança militar anti-soviética.

A União Soviética, por sua vez, cresceu enormemente, tanto do ponto de vista econômico quanto do tecnológico. Do lado soviético, uma formulação de planos quinquenais era a única experiência de planejamento econômico existente no mundo. Celso Furtado tentou, inclusive, no pós-guerra, como já mencionado, ir para a União Soviética, embora sem sucesso, para verificar *in loco* a situação.⁷²

A questão do planejamento econômico requer alguma explicação para que compreendamos o caso específico da implantação da Sudene. Neste sentido, Francisco de Oliveira afirmou não ter formulado uma teoria do planejamento por considerar que as teorizações sobre o problema resultam sempre em “modelos”, com tendência a uma aplicação generalizada. Isto porque – explica o autor – o planejamento é uma forma que um determinado processo social assume, e por isso “os esforços de teorização trabalham uma forma sem tentar realizar ou entender sua concreção”. Oliveira enfatiza, ainda, que o planejamento não é uma retórica, mas uma forma de conflito social, sendo absolutamente diferente em

⁷² “Na época, a única experiência de estabilização de uma economia com base na planificação era a soviética, mas praticamente nada existia publicado sobre ela. O resultado das pesquisas de Charles Bettelheim sobre o assunto (a primeira edição de seu livro *La planification soviétique* era de 1939) não havia chegado até nós, e trabalhos sobre finanças públicas, como o de Gerhard Dobbert (*Der Zentralismus in der Finanzverfassung der U.d.S.S.R*) limitavam-se ao período de transição entre a economia de guerra e a adoção de planos quinquenais. Partia da suposição de que as implicações sociais da planificação econômica deviam estar sendo objeto de estudo pelos especialistas soviéticos” (Furtado, 1997, 1:100).

economias capitalistas e socialistas, e se revestindo, mesmo no âmbito do capitalismo monopolista, de formas diferentes, dependendo do espaço social no qual se realize.

Na concepção de Francisco de Oliveira, embora tendo também outros significados e implicações, o planejamento é, em suma, uma forma técnica da divisão do trabalho. Num sistema capitalista, por exemplo, ele é uma forma técnica de divisão do trabalho improdutivo que comanda o trabalho produtivo. Já em um sistema socialista, o planejamento é uma forma que não pode ser dissociada do novo caráter da propriedade dos meios de produção.

No desenvolvimento de suas idéias, Oliveira diferencia o planejamento em um sistema capitalista que, enquanto forma técnica, até onde as condições sociais o permitem, mantém a expropriação e separação entre trabalhadores e meios de produção, do planejamento socialista, em que “encarna uma relação dialética entre gestão e propriedade coletiva dos meios de produção” (Oliveira, 1981:15).

Neste sentido, os planejadores não podem ser chamados, indiscriminadamente, de tecnocratas ou burocratas, nem no capitalismo nem no socialismo. Este procedimento implicaria conceder aos conceitos de burocracia e tecnocracia uma extraterritorialidade social incorreta e atemporal e, portanto, anti-histórica (*Idem*:16).

No caso específico da Sudene, a tentativa de planejamento regional só foi possível, durante os anos da superintendência de Celso Furtado, porque o Estado brasileiro foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, em incentivos fiscais do sistema conhecido como 34/18, fazendo-os retornar ao controle da burguesia como capital, do que decorreria uma mudança de forma do

excedente que retornou ao processo produtivo. Diz Francisco de Oliveira: “isto e apenas isto é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista”.⁷³

Oliveira considerou que a Sudene, naquela fase, teve êxito nesse tipo de planejamento, e defendeu a instituição daquela época, considerando que ela não foi uma farsa, mas “uma luta de raras proporções na história nacional, tendo, ainda, encarnado as aspirações populares”.⁷⁴

Usaremos um exemplo da prática concreta da instituição dos anos de Celso Furtado para mostrar como as afirmações de Francisco de Oliveira, no que diz respeito ao planejamento, correspondem à realidade da Sudene naquela ocasião. Na reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de janeiro de 1962, Celso Furtado iniciou seu relatório das atividades da Secretaria Executiva do órgão, como era praxe nas reuniões, falando da sua satisfação pela aprovação, pelo Congresso Nacional, do Plano Diretor da Sudene. Considerou que, após três anos de lutas, a aprovação deste Plano constituía uma grande vitória e o ponto de partida para uma nova era no Nordeste. Informou, ainda, que o Plano fora aprovado tal como elaborado, pelo Conselho Deliberativo. Disse que a Sudene não dispunha, até então, de uma maior flexibilidade no setor administrativo e que a Lei do Plano Diretor viera completar o quadro institucional, pois permitiria à

⁷³ O sistema conhecido como 34/18 diz respeito aos artigos 34 e 18 do Primeiro Plano Diretor da Sudene “*que, inspirados na experiência histórico-econômica do mezzogiorno italiano, visavam a industrializar a região, por meio de empresas constituídas com cinquenta por cento do capital de suas congêneres sulistas, deduzidos do Imposto de Renda, e, neste sentido, formador de um fundo administrado pela Sudene para ativação de projetos na região*” (cf. Melo, José Octávio de Arruda. *Sudene. O problema da Paraíba no contexto regional*, in: **Revista Cultura**, nº 1, João Pessoa, 1986.)

⁷⁴ Francisco de Oliveira considera que não se pode pensar que a Sudene de ontem (época de Celso Furtado) seja a mesma de hoje (o seu livro é de 1981), nem a de sempre. Quando ele utiliza a palavra “farsa”, está se referindo à conhecida frase de Karl Marx, segundo a qual quando a história se repete é farsa e não tragédia (cf. Oliveira, 1981:18).

Sudene a criação de órgãos satélites, que poderiam funcionar como organismos autônomos. Acrescentou também que, em relação aos registros do Tribunal de Contas, a Sudene disporia agora de maior flexibilidade e que, também, por intermédio da lei, novos ministérios integrariam o Conselho da Sudene.

Embora tenha manifestado a sua satisfação pela aprovação do Plano Diretor, Furtado chamou a atenção para o fato de que ele padecia de algumas debilidades, pois fora elaborado em 1961 e sofreria com as novas condições que se apresentavam para 1962. Este parece um detalhe sem importância mas, no nosso entendimento, é algo muito significativo, uma vez que o planejamento, tal como ocorreu na Sudene, apesar de não ser imediatista, como indicam as nossas fontes, era urgente, tinha que ser eficaz e atender realmente às necessidades mais prementes que se apresentavam à região e à sua população.

Quanto à questão dos recursos apontada por Oliveira, a ata da reunião em apreço revela que o assunto foi levado em consideração: Celso Furtado afirmou que mantivera entendimentos encorajadores com o governo da República, sendo do interesse da chefia da nação colocar à disposição do Nordeste todos os meios necessários à sua recuperação. Vê-se, portanto, como anotou Oliveira, o Estado interferindo diretamente na alocação de recursos para promover as mudanças e o próprio planejamento delas. Furtado afirmou, também, que pretendia, ainda no mês que corria (janeiro de 1962), apresentar ao Primeiro Ministro um esquema de desembolso para a execução do plano.

Ressaltando o planejamento, tal como ocorria na Sudene de então, é importante mencionar que Furtado, na mesma reunião, anunciou um curso de treinamento de pessoal para aumentar o quadro técnico da instituição,

demonstrando preocupação com a situação provocada pelo inverno irregular que ocorria. O superintendente, aliás, considerou difícil determinar um inverno regular no Nordeste: “uma verdadeira raridade”. Ele concluiu seu relato dizendo que o órgão teria atingido a maioria, sendo prestigiado pelo governo e pela opinião pública, e declarou estar plenamente consciente das obrigações a enfrentar, aceitando de bom grado as críticas e orientações que pudessem partir do Conselho.⁷⁵ Muitas observações podem ainda ser feitas sobre as preocupações de Celso Furtado, na referida reunião. Mencionaremos algumas.⁷⁶ Ao nosso ver está clara, na exposição de Furtado, a preocupação de planejar, e planejar com abrangência. Dito de outro modo: ele abarca os problemas mais diversos, relacionados aos recursos, ao treinamento de pessoal qualificado, à possível ocorrência de uma seca e avalia o prestígio que o órgão alcançou junto ao governo federal e à opinião pública. Por fim, declara-se consciente das obrigações e a enfrentar e disposto a aceitar “de bom grado” críticas e sugestões emanadas do Conselho Deliberativo. Essas atitudes, como de resto tantas outras verificadas nas reuniões do Conselho da Sudene, em nada sugerem ações de um burocrata, de um tecnocrata completamente alheio às implicações políticas e sociais de suas decisões, reforçando os comentários de Francisco de Oliveira sobre a matéria.

Impõe-se, agora, que retornemos ao cenário internacional. No âmbito do processo da Guerra Fria e a ele associado, ocorreu a descolonização afro-asiática, com o nascimento de dezenas de Estados independentes na Ásia e na

⁷⁵ Cf. Ata da 20ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 10 de janeiro de 1962, na sua sede, no 12º andar do Edifício JK, situado na Av. Dantas Barreto, em Recife.

⁷⁶ É necessário esclarecer que, até certo ponto, “escolhemos” esta ata da reunião do Conselho Deliberativo de forma aleatória. O volume e a riqueza desta documentação não nos têm permitido, até o momento, estabelecer outra metodologia. Estamos nos valendo da conhecida intuição dos historiadores de ofício, muitas vezes tão criticada por sua “subjetividade”, mas tão real...

África, surgindo assim uma categoria nova de nações: o Terceiro Mundo, no qual o Brasil estava inserido. Em termos de política externa, o país era parte do emergente Terceiro Mundo e integrante do bloco ocidental capitalista e, portanto, alinhado, tanto do ponto de vista militar quanto do prisma político-ideológico, dos Estados Unidos, integrando sua área de influência.

Assim, a principal iniciativa diplomática do governo JK, em matéria de política externa, foi a tentativa, através da Operação Pan-Americana, no sentido de que os Estados Unidos assumissem o compromisso político de erradicar o subdesenvolvimento latino-americano, inclusive fazendo alocação de investimentos públicos na região.

Em 28 de maio de 1958, Juscelino Kubitschek enviou carta ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower, lamentando os problemas econômicos crônicos da América Latina, a deterioração das relações entre esta e os Estados Unidos e propondo, como solução, uma revisão do pan-americanismo. Era o nascimento da Operação Pan-Americana (OPA), um comitê composto pelas 21 repúblicas americanas e incumbido, sobretudo, de estudar os pontos mais frágeis das economias da América Latina, visando formular novas medidas de cooperação econômica interamericana.

A carta de Juscelino a Eisenhower é emblemática no sentido de demonstrar o oportunismo hábil da diplomacia brasileira, acenando com a ameaça do socialismo soviético, o que nos revela o clima mundial em que se vivia:

“A propaganda dos interessados no antiamericanismo, naturalmente, procura agora converter esses supostos desentendimentos numa incompatibilidade, mesmo numa inimizade entre os países livres da

comunidade americana, o que, felizmente, está longe de se verificar”
(Kubitscheck, 1958).⁷⁷

Não percamos de vista que um outro espectro rondava a América Latina: o movimento guerrilheiro em Cuba, liderado por Fidel Castro, que se iniciou em 1956 e tomou o poder em janeiro de 1959. Episódio este que ocorrera, portanto, poucos meses depois da correspondência entre Kubitscheck e Eisenhower.

O advento da Revolução Cubana contribuiu, definitivamente, para colocar a América Latina no centro das preocupações estratégicas do governo norte-americano. Além disso, a progressiva orientação que o novo governo cubano foi tomando em direção ao socialismo soviético fez com que as teses da OPA, sobre a instabilidade política, provocada pelo subdesenvolvimento das economias da América Latina, se tornassem mais pertinentes.

Todo esse processo já foi profundamente estudado e é bastante conhecido. No entanto, é necessário que abordemos aqui o assunto, para demonstrar que a Sudene não surgiu por acaso: ela foi criada em um momento preciso, fundamental, onde as condições objetivas e subjetivas do Brasil e do mundo eram favoráveis, e até necessitavam de um empreendimento daquela natureza, pois o Nordeste brasileiro vivia um clima de intensa agitação social, sobretudo com o advento das Ligas Camponesas na região, causando preocupação no governo dos Estados Unidos, no governo brasileiro e em suas respectivas elites.

⁷⁷ O presidente Juscelino Kubitscheck estava se referindo aos incidentes ocorridos, sobretudo, no Peru e na Venezuela, por ocasião da visita à América Latina do vice-presidente norte-americano Richard Nixon, em 1958, que, embora se dizendo em missão de “boa vontade”, gerou fortes manifestações populares anti-americanas (cf. *Operação Panamericana*, Documentário I, de 28 de maio a 17 de julho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1958).

Desta perspectiva, José Honório Rodrigues considerou que o programa de metas de Kubitscheck “adiou o encontro decisivo entre as aspirações de desenvolvimento e as estruturas sócio-econômicas arcaicas e evitou o agravamento da crise estrutural”. A Sudene, não esqueçamos, também foi parte integrante do amplo complexo de planejamento e administração sob o governo JK, embora com algumas características específicas, como nos mostrou Francisco de Oliveira, chamando a atenção para o que ele denominou de “fascínio que a experiência da Sudene exerceu e continua a exercer no Brasil e, mais remotamente, na América Latina” (cf. Rodrigues, 1982:224).

Com efeito, em *Elegia para uma re(li)gião*, livro a que vimos nos reportando, Oliveira se propôs a estudar, inclusive, a emergência do padrão planejado da Sudene, por oposição ao padrão espontâneo, de condução e orientação das atividades econômicas, no sentido que Paul Baran deu ao processo: “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento” (Oliveira, 1981:25)⁷⁸

O Brasil de Kubitscheck, no período compreendido entre 1956 e 1961, fazia contraponto com as mudanças internacionais. Com um discurso mais desenvolvimentista e menos nacionalista do que o de Vargas no segundo governo, o “presidente bossa-nova” prometia governar o país sob a inspiração do lema de sua campanha eleitoral: “cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo)”. Embora Juscelino Kubitscheck não tenha “criado” sozinho a conjuntura em que governou – e sabemos que esse malabarismo não acontece no processo histórico – ele emprestou, sem a menor sombra de dúvida, a sua personalidade e

⁷⁸ A frase de Paul Baran foi dita numa conferência pronunciada na Sudene, em 1963 e, segundo Oliveira, perdeu-se.

o seu carisma ao período em que governou. As referências à sua figura apontam sempre para as características mais marcantes de seu espírito. Thomas Skidmore anotou que, entre 1956 e 1961, o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante, com base em uma extraordinária expansão da produção industrial. Referindo-se a JK, Skidmore chamou-o de “o dinâmico presidente”, o que prometeu ao país “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, tendo conseguido sucesso em sua política de nacionalismo desenvolvimentista” (Skidmore, 1982:204).

Segundo o professor Celso Furtado, “Kubitscheck era um homem que seduzia antes de convencer. Como bom intuitivo, racionalizava mais do que raciocinava. Tudo o que sua inteligência rápida captava era posto a serviço de teses *a priori* adotadas[...]”.

E ainda:

“[...] eu, que iria colaborar estreitamente com Kubitscheck, pude dar-me conta de que se tratava de personalidade mais complexa do que parecia. Ao lado da obstinação, era dotado de faculdade de ajuizamento em grau que só os verdadeiros estadistas possuem. Não obstante seu enorme ego, nunca entrava por caminho incerto ou, se o fazia, era como um visionário, o que ocorreu no caso da construção de Brasília. Esforçava-se por ouvir e compreender o interlocutor. Não era dotado de grande poder de concentração, e seus conhecimentos sistemáticos eram limitados. Daí apresentar desconfiança com respeito a quem pretendia convencê-lo com raciocínios sofisticados. Só decidia com base em suas intuições” (Furtado, 1997, 2:77-78).

Temos a convicção de que essas observações não são meras divagações que, em última instância, só nos afastam do nosso objeto preciso de investigação. Nelas estão implícitas as velhas discussões dos historiadores sobre o papel do indivíduo na História. Nosso interesse em colocar essa questão, porém, está voltado para o fato de que ainda faltam estudos que dêem conta de responder a

perguntas fundamentais, tais como: de que forma e até que ponto a personalidade característica de Celso Furtado teria marcado decisivamente a Sudene?

Feita esta rápida configuração do contexto internacional à época da criação da Sudene e realçados os aspectos julgados mais pertinentes, passemos à conjuntura específica do Brasil, neste mesmo período, com destaque para a questão regional.

2. A SUDENE NO CONTEXTO BRASILEIRO E A QUESTÃO REGIONAL

O Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como Plano de Metas, privilegiava os setores de transporte, energia, alimentação, educação e indústria de base. Para conseguir a implementação dos seus objetivos, JK buscou financiamento externo, visando concretizar os grandes empreendimentos do seu governo, tais como estradas, usinas hidroelétricas e atrair, também, o capital estrangeiro para investimentos no setor industrial, sobretudo no parque automobilístico e de eletrodomésticos, concentrado na região do ABC paulista. Com a intenção de promover o desenvolvimento regional e a interiorização econômica, territorial e demográfica do Brasil, ele criou a Sudene e construiu Brasília no Planalto Central.

Todo esse processo de renovação acabou por englobar um conjunto de mudanças sociais e manifestações artísticas e culturais, enquanto o debate mais geral sobre a reconstrução nacional era intenso, estando em curso desde o início da década de 1950 e se prolongando até os primeiros anos da década seguinte.

O clima de otimismo vivido pelo país foi uma marca registrada do governo de Juscelino, espalhando-se por quase todos os setores da sociedade brasileira. Tudo parecia estar em movimento. A arquitetura, as artes plásticas, a música, o

cinema, a educação, o esporte, a imprensa e os movimentos sociais eclodiam, no campo e nas cidades. Evidentemente, este processo não surgiu por acaso, como já mencionamos, mas foi fruto de outras mudanças que já vinham em curso, como, de resto, sempre acontece com a História.⁷⁹

Não é nossa intenção retroceder detalhadamente na história brasileira, para contextualizar a Sudene e o Nordeste na época do advento da instituição, até por ser um empreendimento irrelevante para o nosso trabalho. Sempre que imprescindível, porém, olharemos retrospectivamente para a conjuntura nacional e internacional, destacando sempre o Nordeste brasileiro, nosso objeto precípua, mas que não está separado do Brasil e do mundo por uma “muralha chinesa”.

⁷⁹ “[...] Eu fico pensando o que foi que levou o país a essa situação. Então, eu me recordo que, na época em que tive alguma importância no país, quando escrevia e era muito lido, particularmente nos anos 50, quando publiquei **Formação Econômica do Brasil** – e que muita gente “descobriu o Brasil” lendo aquilo –, tínhamos a idéia de que, se o país conseguisse atingir certo grau de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento econômico propriamente dito, um certo nível de desenvolvimento, ganharia autonomia. Daria um salto enorme, que significa sair de uma economia de dependência econômica para uma autêntica independência. Era nada menos do que isso que estava em jogo. E eu escrevi sobre isso, e disse que estávamos nas vésperas de dar esse salto. Foi nos anos 50, quando houve o debate sobre Brasília etc. Na verdade, houve uma tomada de consciência, de um lado e de outro, e o Brasil viveu o seu período mais intenso de construção política, de renovação do pensamento. Para mim, a história do Brasil tem um período extraordinariamente significativo, esse período que vai do fim do primeiro governo de Vargas até começo da ditadura militar, cerca de 20 anos. Foi uma ebulição política na qual todas as idéias vieram a debate, descobrimos tudo, tudo veio à tona, e foi um entusiasmo muito grande [...]. Pelo Brasil afora, fui paraninfo de dezenas de turmas de estudantes... Era uma coisa empolgante, o país se industrializando, se transformando, incorporando massas de população à sociedade moderna. E isso tudo veio abaixo. E não veio abaixo porque a economia brasileira deixou de crescer, ao contrário, houve anos em que o Brasil cresceu mais ainda, mas veio abaixo porque mudou o estilo de desenvolvimento e desapareceram forças sociais que estavam presentes antes. Antes de 1964 houve uma enorme confrontação de forças sociais, era aquele caldeirão, que causou tanto medo na grande burguesia e nos americanos... Os Estados Unidos se apavoraram com o rumo que vínhamos tomando; essa fase se encerrou e entramos – como alguém disse – na paz dos cemitérios, foi a época da ditadura. Passaram-se trinta anos sem se poder pensar propriamente, ou sem poder participar de movimentos, a juventude mais agressiva e mais corajosa sendo perseguida. Desmantelou-se o processo de construção do Brasil. E aquele ganho formidável alcançado no período anterior se perdeu, porque o Brasil foi recomeçar uma vida extremamente primitiva, o parlamento que foi eleito na ditadura era de uma mediocridade enorme. E o pior é que não foi possível abrir um debate sobre nada importante, porque toda a imprensa já estava controlada, tudo aferrolhado, a juventude estava desmobilizada, era outro país”. (Furtado, 2003:31).

Desta perspectiva, vale lembrar que, desde 1930, o Brasil havia mudado de forma significativa, embora o Nordeste continuasse vivendo a mesma situação estrutural de atraso econômico e social. Desde o governo Nilo Peçanha, em 1909, fora criada a Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS), subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e que, a partir de 1945, transformou-se no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), também subordinado ao governo federal e sediado, de forma despropositada, no Rio de Janeiro (cf. Cohn, 1976:58).

Segundo Amélia Cohn, que estudou cuidadosamente as origens políticas da criação da Sudene, o governo brasileiro, desde o final do século XIX até a década de 1950, só atuou no Nordeste para promover algum socorro em decorrência do flagelo provocado pelo fenômeno das secas. Ela chamou a atenção, também, para o fato de que o problema do Nordeste, para o Brasil, era de caráter estritamente regional e representado unicamente pelas secas a que a região está sujeita (*Idem*: 57).

Não podemos deixar de nos deter no tema regional, ou das desigualdades regionais, sobretudo entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros, pela sua relevância para este trabalho. O assunto tem sido muito estudado, existindo várias abordagens de análise da questão.

Em nossa abordagem, adotamos a análise de Francisco de Oliveira, que rejeitou o enfoque dos “desequilíbrios regionais” e optou por examinar as desigualdades “sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (Oliveira, 1981:25).

Oliveira chamou a atenção, inclusive, para o fato de que o documento básico que fundamentou a criação da Sudene – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* – aceitou o que ele denomina de enfoque tradicional.⁸⁰

O enfoque tradicional da questão regional, para Francisco de Oliveira, não dá conta de uma compreensão abrangente do problema, porque parte de uma base estática, ou seja: estabelece como algo pré-determinado uma certa divisão regional do trabalho para, em seguida, avaliar as falhas, os “deslocamentos”, os “desvios” que ocorreram no processo. Além disso, o enfoque tradicional analisa os resultados das desigualdades regionais e não o processo em que se constituíram essas desigualdades. A base teórica, segundo Oliveira, mesmo quando utiliza o estruturalismo do pensamento econômico latino-americano, da escola cepalina – a única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo – é de extração neo-clássica: “constitui a ótica da alocação ótima de fatores, dos desequilíbrios na função de produção regional, de que os diagnósticos do desemprego e da inadequação da economia da zona semi-árida do Nordeste são os exemplos mais conspícuos” (Oliveira, 1981:25)

Francisco de Oliveira apontou para o que ele considera uma ironia: é que a prática política de desenvolvimento do Nordeste, quando concentrou seu potencial na “expansão para o Nordeste das empresas oligopolistas do Centro-Sul”, foi completamente diferente da abordagem teórica embasada nos desequilíbrios regionais, como o demonstra o sistema de incentivos fiscais conhecido como 34/18. Existe, para ele, portanto, uma contradição surpreendente: enquanto a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional continuava

⁸⁰ Cf. GTDN – *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Conselho de Desenvolvimento: Depto de Imprensa Nacional, 1959.

a mesma, a prática real da política implementada era completamente diferente (*Idem, ibidem*).

A análise proposta por Francisco de Oliveira, centrada no exame da divisão regional do trabalho e nas suas mutações, sob o controle hegemônico da produção capitalista no Brasil, leva à compreensão

“da natureza do conflito que levou à criação da Sudene, pois examina o desenvolvimento desigual inter-regional, a desigualdade de caráter e de ritmos dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizavam e expressavam as contradições da expansão capitalista no Brasil, pelo exame dos diferenciais da acumulação global de todo o país e, finalmente, pela investigação do que é uma região num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista” (Oliveira, 1981:25-26).

Esta análise implica uma redefinição do conceito de região no sistema capitalista e, até, um possível desaparecimento das regiões, tal como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos, onde as diferenças entre uma região e outra são mais de ordem cultural, uma vez que, no movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, existe o que Francisco de Oliveira chamou de “zonas de localização diferenciada de atividades econômicas” e não mais regiões.

No âmbito cultural, a evolução das formas de comunicação, da indústria cultural e, sobretudo, da televisão, acarreta a quase eliminação das diferenças entre as regiões (*Idem*:26).

O conceito de região é muito difícil de ser definido, porque a região pode ser pensada sob inúmeros ângulos: o das diferenças econômicas, sociais, antropológicas, culturais, geográficas, históricas. Mas, sem dúvida, a conceituação geográfica da região, no sentido amplo, é a “mais enraizada das

tradições conceituais”, posto que sintetiza a formação social, econômica e histórica, tomando por base um certo espaço característico.⁸¹

Concordamos com essa análise econômica de Oliveira, mas não podemos prescindir de verificar mais de perto o caso concreto do “espaço característico” que é o Nordeste do Brasil, como também a criação, na região, da Sudene, no momento preciso em que ocorreu. Utilizaremos, como base para a investigação, o trabalho de um dos maiores conhecedores do assunto: Manuel Correia de Andrade.⁸²

Andrade afirmou que o Nordeste é uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país: nem sua extensão, nem seus limites naturais são estabelecidos de forma razoável. Ele explica que “a natureza não dá pulos, não sofre, salvo caso excepcionais, mutações bruscas nas suas paisagens” e considera que a região – como, de resto, todo o país – não tem

⁸¹ Francisco de Oliveira, em seu estudo sobre o Nordeste Brasileiro, não recusa quaisquer das perspectivas de região (econômicas, políticas, culturais, geográficas), mas privilegia *“um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem ‘regiões’ em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’, no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é, por definição, desigual e combinado, mas em alguns espaços econômicos do mundo capitalista, de que talvez a economia norte-americana seja o exemplo mais completo, é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano. É óbvio que essa exacerbação da homogeneização ocorreu, no caso norte-americano, precisamente por ser o país líder da economia capitalista mundial [...]”* Oliveira continua conceituando uma região que *“seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”* (Oliveira, 1981:29).

⁸² Cf. Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste* (6ª ed). Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

sido objeto de estudo e pesquisa sistemáticas, por especialistas em ciências naturais e sociais, existindo uma enorme lacuna no conhecimento da matéria.

O Nordeste é apontado como área das secas, como área dos grandes canaviais, como área subdesenvolvida – dada a baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, ainda, como a região das revoluções libertárias; a conceituação da região, enfim, varia enormemente, dependendo da questão estudada e da concepção do pesquisador.

A dificuldade nas delimitações do Nordeste, mesmo nas de caráter oficial, também tem sido grande. Adotaremos a delimitação proposta pela Sudene, que “estendeu seu planejamento a uma área que vai do Maranhão até o Norte de Minas Gerais”.

A área compreendida pelo Nordeste é de mais de 1.542.000 quilômetros quadrados e pode ser dividida em quatro grandes regiões: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. A região, como toda região geográfica, é caracterizada por uma série de fatores,

“entre os quais, para usar a terminologia empregada por Cholley, sobressaem-se os domínios físicos – estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia - ; o meio biológico – vegetação e fauna – e a organização dada ao espaço pelo homem. Claro que estes fatores se influenciam mutuamente e do entrelaçamento de uns e outros é que resultam as paisagens naturais e culturais” (Andrade, 1998:25).

Manuel Correia de Andrade explica-nos que, em cada região, nota-se que um elemento se sobressai e, no Nordeste, o elemento que marca “mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural” (*Idem, ibidem*).

No entanto, o próprio Andrade constatou, em outra obra sua – *Nordeste: alternativas da agricultura* - que, no documento *Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*, Celso Furtado (que na ocasião, 1959, dirigia o GTDN) demonstrou que o problema básico do Nordeste é de ordem social e não de ordem física ou climática. A conclusão do GTDN foi a de que o problema nordestino derivava da estrutura social, que não planejava a economia e a sociedade da região pra enfrentar o impacto das secas (Andrade, 1988:66).

Neste sentido, vale lembrar que, ainda no século XIX, com a ocorrência da grande seca de 1877, o governo federal passou a interferir no Nordeste, embora considerando que o problema era estritamente regional. A solução seria a irrigação e, em 1884, iniciou-se a construção do açude de Quixadá, o primeiro açude de grande porte da região. Em 1900, foi assinado um decreto que estipulava fundos especiais para a execução de obras públicas no Nordeste, com o objetivo de socorrer a região. Em suma, a ajuda ao Nordeste tinha caráter assistencialista e imediatista, por excelência.

O primeiro governo de Getúlio Vargas criou novos ministérios: Educação e Saúde, Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho. O sistema eleitoral foi reformado e as questões trabalhistas ganharam reconhecimento. As reformas ocorreram em decorrência da clara percepção de que o velho sistema republicano brasileiro era incapaz de enfrentar a conjuntura externa, extremamente difícil desde a crise de 1929.

Em relação ao Nordeste, nada foi feito para modificar as condições da região. A Constituição de 1934 apenas tornou obrigatória, através do artigo

177, a destinação de 4% da receita tributária federal “para a defesa contra os efeitos da seca no Nordeste, sendo que 3% seriam gastos segundo um plano sistemático e 1% seria reservado, em conta especial, para ser utilizado em socorros quando ocorresse seca” (Cohn, 1978:59).

Ora, não existiam “planos sistemáticos”, além da construção de barragens e açudes, na tentativa de promover uma irrigação incipiente e sem planejamento. O fato é que esses 4% da receita tributária federal apenas alimentariam a chamada “indústria da seca”.

Em 1937, o panorama nacional mudou, pois o golpe que implantou o Estado Novo mergulhou o país numa ditadura de conotação fascista. A ditadura Vargas fechou os partidos políticos; o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) impingiu ao país forte censura e houve violenta repressão policial, com prisões e torturas. Os sindicatos tiveram sua autonomia completamente cerceada pelo Ministério do Trabalho e a legislação social e trabalhista, consolidada em 1943, embora representasse um certo avanço, sofreu influência profunda da Carta Del Lavoro, do período de Mussolini (cf. Gomes, 1988).

Quanto ao Nordeste, o artigo 177 da Constituição de 1934, que destinava 4% da receita tributária federal para a região, foi abolido pela Constituição (de moldes fascistas) de 1937. Esta “ajuda” ao Nordeste foi readmitida na Constituição de 1946, mas com uma redução para 3% da renda tributária.

A este respeito, Amélia Cohn chamou a atenção para o problema que se colocava em relação ao Nordeste quanto à definição da área da região que

receberia a verba federal. Em função disto, foi delimitado, em 1936, o Polígono das Secas, que seria ampliado em 1947 e em 1951, mas a situação nordestina foi, durante toda a primeira metade do século XX – até a criação da Sudene, em 1959 – no mínimo dramática. Ocorreram seis grandes secas devastadoras: em 1900, 1915, 1919/20, 1931/32, 1951/52 e 1958.⁸³

Convém ainda lembrar que a ditadura Vargas, com seu governo fortemente centralizado, modificou também a administração pública, criando uma série de institutos, conselhos, órgãos técnicos e comissões, que planejavam sobre quase todas as matérias. A intervenção do Estado na economia favoreceu um surto industrial, tendo sido criada a primeira siderúrgica brasileira de grande porte, a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941. O Nordeste, porém, foi relegado a segundo plano, sendo a atuação do DNOCS – sediado, fora de propósito, longe da região – inepta, desorganizada e instrumento, inclusive, para uma corrupção em grande escala.

Não esqueçamos que a situação do governo brasileiro era extremamente contraditória, na medida em que Vargas combatia o fascismo internacional e, internamente, sustentava uma ditadura de inspiração fascista. Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, as manifestações contra esta situação acirraram-se, despertando o sentimento oposicionista de estudantes, lideranças sindicais, intelectuais e empresários. Isto enfraqueceu o poder de Vargas, que acabou por permitir a volta dos partidos políticos, eliminando a censura e anistiando os presos políticos. Neste contexto, houve

⁸³ A seca de 1958 é muito referida nas atas do Conselho Deliberativo do Codeno, uma vez que serviu de exemplo para que se planejasse a possibilidade de outras secas e se mobilizassem os recursos e as condições para amenizar seus efeitos, não mais de forma apenas assistencialista e imediatista.

ainda o retorno à legalidade do Partido Comunista Brasileiro e a retomada das relações diplomáticas com a URSS (cf. Fico, 2000).

Afastado do poder por um golpe militar dado por membros do seu próprio governo, Vargas conseguiu, nas eleições seguintes, a vitória do seu sucessor e fez, ainda, a maioria da bancada da futura Constituinte, elegendo-se senador.

O período iniciado pelo governo Eurico Gaspar Dutra e pela nova Constituição pode ser considerado, até certo ponto, novo. Coincidiu com o fim da ditadura e o começo de um período de respeito às normas mínimas da democracia. Até certo ponto. Em 1947, pressionado pela elite brasileira, temerosa do avanço democrático, Dutra e seus correligionários conseguiram fechar o PCB, cassando os parlamentares eleitos pela legenda e o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS. Também em 1947, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) foi fechada e o Ministério do Trabalho interviu nos sindicatos, ao mesmo tempo em que a repressão policial aos movimentos populares foi truculenta.

A avaliação feita por muitos estudiosos da história republicana brasileira é a de que o governo Dutra, embora com ares de normalidade democrática, foi inepto tanto do ponto de vista administrativo quanto do econômico. A historiografia o caracteriza, sobretudo, pelo desaquecimento do projeto de desenvolvimento industrial que, bem ou mal, vinha se delineando. O Plano Salte, a proposta de planejamento apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em 1948, era extremamente precário quanto às questões vinculadas à infra-estrutura do país e a um projeto de desenvolvimento econômico

abrangente. Outra característica marcante do período Dutra foi, sem dúvida, a abertura do mercado brasileiro à participação do capital estrangeiro.

Um outro aspecto que caracterizou o governo Dutra é digno de nota: a emergência de novos sujeitos históricos e a crescente participação popular nas questões políticas. O Brasil havia crescido. Em 1940, a população brasileira era de mais de 41 milhões de pessoas e o processo de industrialização e urbanização havia se acelerado. O tratamento das questões sociais como “caso de polícia”, comum nos 40 primeiros anos da república, não mais se sustentava e as elites foram obrigadas a admitir a participação das “massas”, ainda que manipuladas através de um populismo peculiar à política brasileira, caracterizado, em síntese, pela figura do chefe carismático (cf. Fico, 2000: 168-169).

Em 1948, dois outros órgãos federais foram criados para atuar na região nordestina: a Comissão do Vale do São Francisco e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Os dois novos órgãos não tinham quase nenhum contato com o DNOCS. Aliás, como acentuou Amélia Cohn, o Estado brasileiro atuava na região Nordeste multiplicando órgãos sem nenhuma comunicação entre eles, de tal forma que, quando a Sudene foi criada, a CHESF era a única entidade federal que operava na região, de um total de 20 que então existiam (Cohn, 1978:60-61).

Com o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos colocaram em segundo plano o interesse pela industrialização brasileira, como de resto pelos problemas econômicos de toda a América Latina. As preocupações e os

investimentos americanos foram voltados para a reconstrução da Europa, como previsto pelo Plano Marshall.

Os debates sobre os possíveis caminhos que o desenvolvimento econômico do Brasil deveria trilhar assumiram, paulatinamente, abrangência e fortes conotações ideológicas. As disputas entre os “entreguistas” e os “nacionalistas” acirraram-se. Embora as duas posições sejam passíveis de análises mais acuradas, pode-se afirmar que houve um dado bastante positivo em todo esse debate: a tomada de consciência sobre o problema do desenvolvimento brasileiro, que passou a ser cada vez mais discutido, mesmo pelas camadas médias urbanas e alguns setores populares (Fico, 2000: 172-173).

No entanto, como analisou detidamente José Honório Rodrigues, o espírito de conciliação é marcante na história brasileira, tendo origem antiga e raízes profundas.⁸⁴ Assim, o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) adotou uma política baseada em uma propaganda interna de cunho nacionalista e em uma prática governamental de caráter populista. Vale lembrar que Vargas, quando da derrocada do Estado Novo, em outubro de 1945, havia prometido voltar a governar o país “nos braços do povo”.

Vargas pretendia continuar a industrialização do Brasil e se comprometeu, efetivamente, com os interesses nacionais. Em 1952, fundou o

⁸⁴ “Quem conhecer a História do Brasil, e mais da metade dos brasileiros a desconhece totalmente, sabe que sempre se pleiteou pelas reformas e nunca as lideranças fizeram senão pequenas e moderadíssimas concessões. A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo. O domínio oligárquico de pequenas minorias e seus protegidos, o nepotismo, o filhotismo, o genrismo, o compadrio tornavam impossíveis as transformações sociais, as reformas estruturais” (Rodrigues, 1982:102).

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No ano seguinte, Celso Furtado veio de Santiago do Chile – onde exercia, desde 1949, o cargo de diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL –, instalando-se no Rio de Janeiro para presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE, composto por economistas das duas instituições e que elaborou um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase nas técnicas de planejamento.⁸⁵

Vargas estatizou a geração de energia elétrica, criando a Eletrobrás e, em 1953, depois de uma batalha política no Congresso e de uma grande mobilização popular em todo o país através da campanha “o petróleo é nosso”, criou a Petrobrás, que detinha o monopólio estatal da prospecção e produção de petróleo (Fico, 2000: 173).

A política nacionalista e estatizante de Getúlio Vargas só se concretizou através da mobilização das camadas populares urbanas que, por meio dos sindicatos, atrelados ao Ministério do Trabalho e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estavam em mobilização quase permanente. Esta prática, naturalmente, provocou enorme insatisfação nos setores mais conservadores da política nacional, ligados ao partido da União Democrática Nacional (UDN), provocando os incidentes, bastante conhecidos, que acabaram por pressionar Vargas, levando-o ao suicídio.

Entre 1954 e 1956, três presidentes assumem o governo em “mandatos relâmpagos”, em uma fase de turbulência político-eleitoral: Café Filho, Carlos

⁸⁵ O relatório final do Grupo Misto foi editado em 1955, constituindo-se na base do Plano de Metas do governo Kubitscheck. Celso Furtado, como aqui lembrado, já atuava significativamente nos possíveis caminhos do desenvolvimento brasileiro nos anos pré-Sudene, embora ainda fazendo parte dos quadros da CEPAL (cf. Furtado, 1997, 1:11).

Luz e Nereu Ramos. Mencionamos o fato apenas para lembrar que Juscelino Kubitscheck tomou posse sob a ameaça de um golpe militar, cujo intento era impedi-lo, o que não ocorreu graças à intervenção do Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que passou para a história brasileira como símbolo de um militar democrático, nacionalista e firme na defesa da legalidade constituída no Brasil.

Digamos que fechamos um círculo no presente capítulo, já que estamos “de volta” ao dia 31 de janeiro de 1956, data da posse de Juscelino Kubitscheck.

Durante todo esse período, com o intervalo do advento da Sudene, durante os anos em que Celso Furtado foi seu superintendente, o Nordeste brasileiro foi sempre considerado um problema a ser carregado pela nação, sendo a seca o seu maior flagelo: um aspecto que, sem dúvida, castiga a região e que permanece castigando os nordestinos, como também continua no imaginário nacional, sobretudo em função dos rumos que a Sudene tomou no pós-golpe militar de 1964.

Trabalhamos com essa hipótese, uma vez que, com a criação da Sudene, o Nordeste emergiu como entidade política, embora os interesses da “indústria da seca” fossem grandes demais para que seus beneficiários, diretos ou indiretos, não se mobilizassem contra as mudanças no quadro estrutural existente, propostas por Celso Furtado e sua equipe.

Manuel Correia de Andrade afirmou que o Nordeste é uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país. Talvez essa assertiva valha também para a Sudene, ainda que em outras circunstâncias e em outras

proporções. Não queremos, com uma afirmação desse tipo, subestimar o que de melhor se escreveu e ainda se escreve sobre a Sudene, pois muitas dessas obras, inclusive, forneceram-nos suporte para a realização deste trabalho.

As origens da Sudene são bastante conhecidas, os documentos fundadores da instituição já foram objeto de análises, os passos que ela percorreu – da Openo ao Codeno e, finalmente, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – foram estudados e muitos dos seus objetivos, de suas ações, já mereceram a atenção de pesquisadores do assunto.

No entanto, existem enormes lacunas na história da instituição. Existe uma história, *soi-disant*, subterrânea, furtiva, cheia de nuances, que nos foi sugerida pela leitura das atas do Conselho Deliberativo da gestão Celso Furtado. Pensamos que os arquivos da instituição, bem como as próprias atas que vimos analisando, merecem ainda uma grande quantidade de estudos.

Na medida em que nossa documentação o permita, e se conseguirmos “engenho e arte” para fazê-lo, tentaremos, no próximo capítulo, desvendar um pouco dessa história, por assim dizer, sub-reptícia, tendo em conta os elementos teórico-históricos já abordados nos capítulos anteriores.

Capítulo 4

A SUDENE NA GESTÃO DE CELSO FURTADO

*“Penso não na grande distância
entre as estrelas, mas no milímetro
do telescópio dos astrônomos”.*

Celso Furtado

1. A ABORDAGEM DO TEMA

Neste capítulo utilizaremos, como suporte analítico, as nossas fontes primárias e inéditas, cujo núcleo central são as atas do Conselho Deliberativo do Codeno/Sudene, para dar visibilidade ao órgão, durante a Superintendência do Dr. Celso Furtado.⁸⁶

Pretendemos, aqui, mostrar os bastidores da instituição, o que consideramos essencial, pois embora a Sudene venha sendo objeto de muitos estudos, pesquisas e análises, não é do nosso conhecimento nenhum trabalho cujo enfoque seja o de revelar alguns pontos que permanecem obscuros na história do órgão, tendo como base as fontes primárias que pesquisamos.

⁸⁶ Cf. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, Conselho Deliberativo, atas.

Na 19ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 16 de fevereiro de 1960, os governadores presentes à reunião agradecem o envio, pela Secretaria Executiva, da coleção de atas do Conselho Deliberativo do Codeno, de onde se infere que as referidas coleções estão por aí perdidas em algum arquivo dos Estados nordestinos, ou, talvez, nem existam mais. No chamado “anexo” do edifício da Sudene, onde funcionava o Conselho Deliberativo, local onde realizamos nossa pesquisa, existe apenas, nas coleções de atas, um exemplar correspondente a cada ano de funcionamento do Conselho Deliberativo. De 1959 a 1964, temos certeza do que afirmamos, pois foram os anos que estudamos.

Neste sentido, consideramos um aspecto que é sempre mencionado, lembrado, mas que, até agora não foi suficientemente abordado pelos estudiosos da Sudene, em seu significado mais profundo: as dimensões que a instituição assumiu, fazendo emergir o Nordeste como entidade política e tomando as proporções que tomou, como referência nordestina, nacional e até internacional, durante a Superintendência de Celso Furtado, embora a instituição tenha tomado, posteriormente, outros rumos que a afastaram dos seus objetivos iniciais. Temos por suposto que, mesmo após a saída do professor Celso, do ponto de vista político, a Sudene continuou a exercer um papel importante para os Estados nordestinos, sobretudo porque o seu Conselho Deliberativo continuou com um certo poder de pressão política coletiva, uma vez que reunia todos os governadores da região.⁸⁷

Outro aspecto esquecido pela historiografia que trata do problema é que, em geral, na nossa maneira de entender, não se faz uma separação da Sudene durante a direção de Celso Furtado e a Sudene após a saída do seu fundador.

Assim, todos os mecanismos criados para o funcionamento inicial da autarquia, principalmente os Artigos 34 e 18 de seu primeiro Plano Diretor,⁸⁸ “que visavam industrializar a região por meio de empresas constituídas com cinquenta por cento do capital de suas congêneres sulistas, deduzido do Imposto de Renda, e, nesse sentido, formador de um fundo administrado pela Sudene para ativação de projetos na região” (Mello, 1986: 88) e que tantas deformações sofreram

⁸⁷ Cf. Furtado, Celso. *Entrevista Explosiva*, in: **Revista Caros Amigos**, 2003.

posteriormente, são quase sempre arrolados entre os “fracassos” da instituição, sem que se pese que os seus rumos originais foram completamente modificados.

Não pretendemos, com essas afirmações, defender a construção de uma história feita sob hipóteses do tipo: “e se as coisas tivessem sido diferentes?” Enfatizamos, porém, uma questão muito precisa e objetiva para os historiadores: a periodização, que não pode sob nenhuma alegação ser esquecida. Pensamos que este tem sido um dos problemas nas análises da Sudene, salvo umas poucas exceções: tudo é arrolado em um mesmo conjunto, como se a instituição fosse a mesma do momento de sua criação até os dias atuais, independentemente das diferentes conjunturas em que atuou.

Com efeito, a Sudene assumiu enormes proporções até do ponto de vista físico. Já nos referimos a essa questão quando colocamos a sede da instituição entre as chamadas “obras faraônicas” do período militar. Apenas para citar um exemplo do quanto às acomodações do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste eram precárias, o Codeno iniciou suas atividades em salas acanhadas, quase que tomadas na calada da noite, conforme o relato do professor Furtado, em sua autobiografia intelectual. Depois de algum tempo, os órgãos da Secretaria Executiva estavam distribuídos em vários edifícios da cidade do Recife, acarretando dificuldades e demora na tramitação e solução dos processos em andamento.

Quatro anos depois de instalada a Operação Nordeste, dada a precariedade das suas instalações, fez-se mister a aquisição, pela autarquia, de um terreno destinado à construção de uma sede que comportasse integralmente

⁸⁸ *Idem, op. cit.*

todos os órgãos da instituição. O terreno escolhido para ser comprado localizava-se “à margem leste da Estrada da Imbiribeira, logo ao descer da Ponte de Motocolombó, no local denominado ‘Miramar’”.⁸⁹ No entanto, a sede não chegou a ser construída durante a Superintendência de Celso Furtado, não houve tempo para fazê-lo.

Outro fato que consideramos de importância capital não pode ser esquecido: Celso Furtado criou a Sudene e nela permaneceu como seu dirigente por apenas seis anos incompletos; portanto, durante um tempo extremamente exíguo, sobretudo se pensarmos em termos históricos.

Contudo, a instituição consolidou-se e, mesmo com todas as deformações pelas quais passou posteriormente, permaneceu funcionando durante mais de quarenta anos, com enormes repercussões, sobretudo políticas, como já mencionamos, o que consideramos um indício de sua importância potencial para a solução dos problemas mais graves do Nordeste, caso o processo não houvesse sido abruptamente interrompido.

Extinta através de Medida Provisória no segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em maio de 2001, foi recentemente reaberta, como já assinalado, por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Integração Nacional, em solenidade na cidade de Fortaleza, na sede do Banco do Nordeste, com a presença do professor Celso Furtado, tendo o

⁸⁹ Cf. ata da 39ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 14 de agosto de 1963. Não podemos afirmar, com certeza, que o terreno é o mesmo onde hoje está localizado o edifício da Sudene, mas, pelas indicações do local, tudo indica que corresponde ao mesmo lugar.

Presidente da República dito em seu discurso: “vejo em Celso Furtado o espírito de um Brasil que não se rende”.⁹⁰

Infelizmente, não podemos nos deter no simbolismo do que acabamos de descrever, por mais fascinante que seja o tema, mas consideramos que, de alguma forma, a solenidade e a frase do Presidente referendam nossa afirmação do enorme potencial da instituição nos tempos furtadianos.

Nosso objetivo, neste momento, é selecionar alguns pontos que consideramos cruciais para “espiar”, por assim dizer, o funcionamento interno da Sudene: a organização do Conselho Deliberativo, os apoios políticos que recebeu, os recursos financeiros que possibilitaram o funcionamento dos seus projetos iniciais, incluindo, além do apoio público através do Governo Federal, os incentivos à iniciativa privada e os acordos e convênios internacionais.

Em outras palavras, tentaremos, através das atas do Conselho Deliberativo, mostrar um pouco da história subterrânea, sub-reptícia, da Sudene, como já dissemos ao final do terceiro capítulo desta tese.

2. AS FASES DE UMA “UTOPIA RELATIVA”

A Operação Nordeste, sob a égide Celso Furtado passou, ao nosso ver, por duas fases básicas: a do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, o Codeno, um órgão de transição antes da aprovação da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, instituindo a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste e uma segunda fase, que corresponde à aprovação, pela Lei 3.995, de 14 de dezembro

⁹⁰ Cf. *Jornal Último Segundo*. Fortaleza, 28 de julho de 2003.

de 1961, do Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste: 1961-1963.⁹¹

O Segundo Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste foi aprovado pela Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, para os anos de 1963, 1964 e 1965, mas consideramos que esse Plano Diretor não mudou essencialmente os trabalhos que a Sudene vinha desenvolvendo e, embora tenha sido aprovado na gestão de Celso Furtado, não houve tempo hábil para que ele provocasse inovações no processo que já vinha em andamento após a aprovação do Primeiro Plano Diretor.

A aprovação do Primeiro Plano Diretor permitiu à Sudene a criação de órgãos satélites que poderiam funcionar como organismos autônomos. O professor Furtado considerou, inclusive, que, com a aprovação do seu Plano Diretor, o órgão teria atingido “a sua maioridade”, embora avaliasse que o Plano fora aprovado com algumas debilidades: elaborado para 1961, sofreria com as novas dimensões que se apresentariam para a Sudene em 1962 (*Idem, ibidem*).

Vejamos, em linhas gerais, como funcionaram o Codeno e a Sudene.

2.1. As condições de concretização da utopia

A primeira reunião do Codeno foi realizada em 26 de abril de 1959, portanto, no dia seguinte à instalação do órgão, em solenidade no teatro Santa Isabel, no Recife, com a presença do Presidente Juscelino Kubistcheck e outras autoridades.

⁹¹ Cf. Atas do Conselho Deliberativo do Codeno e da Sudene.

Esta reunião do Codeno ocorreu no auditório da Delegacia Federal de Saúde da 5ª Região, às 9:40 horas. Parece algo insignificante, que sequer deveria ser mencionado num trabalho dessa natureza, no entanto, o fato é extremamente significativo, pois ele é revelador da urgência de Celso Furtado em concretizar a sua utopia relativa: a redenção do Nordeste. Além disso, constatamos, pelo local da reunião, que o órgão, quando instituído, não possuía uma sede e, em seu início, foi quase itinerante, como já referido.⁹²

Lendo a ata desta primeira reunião, constatamos que Celso Furtado fez uma longa exposição do programa de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste, além de colocar o problema da aplicação de verbas e a questão da obtenção e aplicação das verbas orçamentárias para o exercício de 1959.⁹³

O Codeno, desde o seu início, demonstrou uma clara organização, que se manteve basicamente a mesma após a criação da Sudene: era composto por um Conselho Deliberativo no qual tinham assento todos os governadores do Nordeste, os representantes de todos os ministérios civis da União, do Estado Maior da Forças Armadas, dos bancos regionais de desenvolvimento, além do diretor-geral do DNOCS, como também do diretor da Comissão do Vale do São Francisco e, evidentemente, do professor Celso Furtado, na ocasião representante

⁹² Cf. Ata da 1ª sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 26 de abril de 1959.

⁹³ As quatro diretrizes básicas do Plano de Ação da Operação Nordeste eram: a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deve[ria] ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida (Cf. GTDN – *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Departamento de Imprensa Nacional, 1959, p.12).

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico no Conselho e seu Diretor Executivo.

O Dr. Osmário Alifait Lacet secretariava as reuniões e foi Assessor Especial do Codeno. Posteriormente, por indicação da Superintendência, ele passou a exercer oficialmente as funções de Secretário do Conselho Deliberativo.⁹⁴

A missão da instituição, como sabemos, era a de planejar, articular e coordenar todo o esforço governamental no Nordeste, implementando e executando ações necessárias ao seu desenvolvimento econômico e social.

Este desenvolvimento, segundo disposto em lei, seria pautado em planos diretores plurianuais, transformados em Lei Federal. Além disso, todos os órgãos federais com atuação na região que, como já vimos, eram muitos e desarticulados entre si, teriam de submeter suas programações à nova instituição, que as aprovaria se assim fosse decidido e faria com que constassem dos seus próprios planos que, por sua vez, eram submetidos ao Congresso Nacional.

O Codeno, como posteriormente a Sudene, eram subordinados diretamente à Presidência da República, vindo daí a sua importância hierárquica e os recursos que recebia nunca poderiam ser inferiores a 2% da receita tributária da União, já estabelecidos na Constituição como fundo de auxílio ao Nordeste na luta contra as secas.

Esta abordagem da dinâmica de funcionamento do Codeno parece ser apenas descritiva, mas dela pode ser inferido, claramente, que, ainda nessa

⁹⁴ Cf. Ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em 1º de julho de 1960.

ocasião, o fundo de auxílio ao Nordeste caracterizava a região apenas como um problema a ser “carregado” pelo país, como já foi bastante enfatizado.

O Nordeste era a região-problema, o que sem dúvida se constituía e ainda se constitui numa verdade, mas por razões concretas e com soluções possíveis, desde que exista a vontade política para transformar a situação, como consideramos que começou a ocorrer no período Celso Furtado, embora o projeto tenha tomado outra direção, sendo abortado em seus objetivos originais pelo golpe militar de 1964.

Aliás, no imaginário coletivo do resto da nação brasileira, o Nordeste aparece como o lugar de “pedintes lamurientos” como mostrou o professor Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1999):

“O que este livro interroga não é apenas por que o Nordeste e o nordestino são discriminados, marginalizados e estereotipados pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas, mas ele investiga por que há quase noventa anos dizemos que somos discriminados com tanta seriedade e indignação”.

A persistência de Celso Furtado no sentido de melhorar as condições que provocaram essa situação é irrefutável: sobretudo, através do planejamento, ele acreditou, como um tópico, que isso poderia acontecer num processo de longo prazo, uma vez que, segundo suas próprias palavras, o planejamento é demorado.

No entanto, era preciso começar de algum lugar, de alguma forma e foi com essa vontade que ele comandou a Operação Nordeste, perseguindo a sua utopia viável, concreta. Se, depois, os rumos da Sudene foram modificados, se ocorreram contradições no processo, é um outro problema no qual não pretendemos penetrar no presente momento.

As decisões do Conselho Deliberativo eram tomadas tendo por respaldo técnico a Secretaria Executiva que, por sua vez, era composta por quadros técnicos da própria autarquia. A Sudene, desde a época do Codeno, inaugurou no Brasil uma estrutura sem similar e possuía, também, uma grande flexibilidade administrativa.

A formação de pessoal especializado esteve sempre presente entre as preocupações da Secretaria Executiva, como podemos acompanhar pela leitura das atas da instituição. Também a formação de grupos de trabalho constituídos para estudar setores específicos da economia regional foi uma prioridade desde a fase inicial.

Esta é uma questão que merece atenção, pois consideramos que, com o advento da Sudene, houve, no Nordeste, uma verdadeira revolução no que diz respeito ao aperfeiçoamento de pessoal, à formação de técnicos, de quadros especializados, de grupos de trabalho específicos para estudar questões específicas, etc. Os funcionários da instituição gozavam de um *status* privilegiado e diferenciado.

Deve-se levar em conta que tudo isto começou no ano de 1959, quando as condições científicas e tecnológicas do Nordeste, e mesmo as do Brasil, eram incipientes e precárias e as próprias universidades nordestinas funcionavam com dificuldades nesses setores, não podendo, com raras exceções, fornecer os quadros necessários ao Codeno/Sudene.

A este respeito, o professor Manuel Correa de Andrade considerou que a Sudene

“mobilizou o seu corpo técnico visando realizar um levantamento das possibilidades e das necessidades regionais em estudo demorado e criterioso. Desprezou, porém, até certo ponto, os técnicos que há muitos anos já trabalhavam na região e por isso a conheciam razoavelmente. Daí a demora que se observa no início de sua ação e o choque, algumas vezes, dos planos que apresenta com a realidade regional” (Andrade, 1998:242).

Discordamos do professor Andrade nessa matéria, pois consideramos que houve justamente um movimento de valorização dos quadros técnicos que já trabalhavam na região e a conheciam, como também discordamos de que o choque eventual entre os planos tenha sido de responsabilidade da Sudene.

A leitura das atas do órgão no período de Celso Furtado mostra que os técnicos não apenas foram requisitados como muitos dos que foram recrutados para os quadros da Sudene passaram por reciclagem, estudando e se atualizando. Aliás, consideramos que esta foi uma das grandes conquistas da Sudene sob a gestão de Celso Furtado.

Pensamos que o cerne do problema não está nem no problema dos técnicos, nem na questão da demora na execução dos planos, mas nas tentativas, muitas vezes frustradas, de a instituição estabelecer um método, através do Regulamento da Sudene, que permitisse aos diferentes órgãos federais que atuavam na região, antes de apresentarem seus planos, discutir com a Sudene para evitar discrepâncias com o Plano Diretor da autarquia. A análise das atas do período comprova o que afirmamos.

A irregularidade dos programas federais, cujo objetivo era auxiliar o Nordeste, já era conhecida de há muito. Para usar a expressão de Joseph Page, que estudou exaustivamente a região e seus problemas no período que ora nos interessa, antes da criação da Sudene “a incompetência era companheira da corrupção” (Page, 1972: 83).

Além disso, pensamos que, em função dos enormes problemas da região, os objetivos precípuos da Sudene muitas vezes eram esquecidos por

grande número de participantes do Conselho da instituição. O planejamento é demorado, como observou várias vezes Celso Furtado durante as reuniões do Conselho Deliberativo, lembrando a dificuldade de se passar do planejamento à efetiva execução.

Mas a Operação Nordeste tinha pressa. Apenas dois meses depois da instalação do Codeno, foram constituídos grupos para estudar a cultura algodoeira, o reequipamento da indústria têxtil, o abastecimento, a siderurgia, o Nordeste Ocidental, os transportes, grupos técnicos foram enviados para acompanhar a questão da estiagem prolongada em algumas regiões a fim de verificar a situação in loco. O grupo de abastecimento contou, inclusive, com a cooperação da assistência técnica francesa.⁹⁵

No início de 1959, Celso Furtado designou um dos seus assessores para supervisionar e coordenar a realização de um curso da CEPAL, de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento, a se realizar em agosto daquele ano, tendo o governo de Pernambuco fornecido apoio importante, colocando à disposição do Codeno a importância de um milhão de cruzeiros, além de oferecer local para as aulas, os funcionários burocráticos necessários à Secretaria do Curso e de custear, também, duas bolsas de estudos para os demais Estados da região.⁹⁶

Para as atividades de implementação do órgão, houve o recrutamento de pessoal técnico e administrativo, tendo o governo federal, assim como os governos estaduais e as diversas entidades representadas no Conselho, traduzido

⁹⁵ Cf. Ata da 1ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 1º de junho de 1959.

⁹⁶ Cf. Ata da 1ª sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada em 26 de abril de 1959.

o seu apoio, através da cessão de pessoal requisitado e da facilitação no tocante à prestação de serviços técnicos especializados.⁹⁷

A escassez de material humano para a formação de grupos novos e até para o preenchimento das equipes já em atividade era enorme; por isso, era premente a aprovação do projeto da Sudene, para que os grupos pudessem se desenvolver de acordo com as exigências dos estudos em andamento.

Mesmo assim, técnicos estudavam as rodovias, através do Plano de Pavimentação da Rede Prioritária Básica do Nordeste, elaborado de acordo com uma programação do Codeno e DNER, levando em consideração que o critério prioritário de construção de estradas deveria ser o da rentabilidade, embora não tenham ficado estritamente ligados a esse critério, pois outros também eram de extrema importância, como a ligação entre as capitais e as grandes cidades da região.

Outros planos já estavam em andamento em meados de 1959, como o anteprojeto de lei de irrigação do Nordeste elaborado pelo esforço de um grupo de técnicos “de grande experiência na matéria”: o Professor Guimarães Duque, o Dr. Estevam Strauss e o Dr. Vinicius Berredo.⁹⁸

Em fins de 1959, o Plano de Irrigação, ainda preliminar, foi apresentado pelo Codeno ao Fundo Especial das Nações Unidas, que se comprometeu a ajudar, como também o Banco de Bruxelas.

⁹⁷ Cf. Ata da 1ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 1º de junho de 1959.

⁹⁸ Cf. Ata da 2ª sessão da 3ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 5 de agosto de 1959.

O Curso de Treinamento de Pessoal em Desenvolvimento Econômico, com a assistência técnica da CEPAL estava sendo concluído, tendo contado com a ajuda não apenas do Governo de Pernambuco, como vimos, mas também do BNDE e da CAPES.

Para que tenhamos uma noção de como os trabalhos caminhavam com rapidez, em setembro de 1960, quando a lei da Sudene já estava aprovada, teve início o sexto curso da CEPAL, com seis bolsistas.

Foi também criado, desde a época do Codeno, um grupo coordenador para assuntos monetários, cujo objetivo era estudar cada projeto de interesse do Nordeste e vários outros grupos estavam constituídos com o objetivo de conhecer melhor a região.⁹⁹

Eram feitos estudos de geologia para programas industriais adequados, para o conhecimento das fontes de matéria prima para industrializar o Nordeste, estudos amplos sobre os recursos de água para levar adiante um autêntico plano de obras contra os efeitos da seca, juntamente com o plano de irrigação, além de estudos do problema da utilidade dos recursos florestais e agrícolas da região semi-árida do Nordeste. Em suma: as diretrizes básicas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) estavam sendo perseguidas.

Enquanto ocorria essa grande mobilização no setor dos estudos e da formação de grupos de trabalho para um melhor conhecimento da região, os governadores do Nordeste, ou seus representantes no Conselho Deliberativo, apresentavam constantemente as suas reivindicações.

⁹⁹ Cf. Ata da 2ª sessão da 3ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada em 1º de setembro de 1959.

Cid Sampaio, por exemplo, reivindicou a formação de um grupo de trabalho para estudar a implantação de uma indústria de borracha sintética em Pernambuco.¹⁰⁰ O governo de Pernambuco chegou a criar um sistema de troca de bônus por notas fiscais no comércio, e o slogan “Bônus B.S.: borracha sintética para Pernambuco”, foi bastante propagado na ocasião.

Outras pretensões vinham de vários Estados: plantação de seringueira na Bahia, indústria de laticínios em Alagoas, de sal em Sergipe, de algodão no Maranhão e assim por diante.¹⁰¹

A verdadeira revolução que se processava no Nordeste, no campo do conhecimento técnico, da formação de grupos de estudo e do conhecimento da região, acelerava-se.

O ano de 1960 foi difícil, houve enchentes e destruições em vários Estados do Nordeste, com a perda completa de lavouras e falta de sementes para o plantio; chegou-se até a falar em uma “indústria da calamidade”: seca, enchentes, geadas.

O arrombamento do açude de Orós foi uma catástrofe. Celso Furtado enviou para a região do Vale do Jaguaribe uma equipe de técnicos para estudar as conseqüências da calamidade. Ele próprio deslocou-se para a barragem de Orós, lá passando 48 horas durante os trabalhos de tentativa de salvação da barragem. O Presidente da República criou uma comissão interministerial para efetivar o tombamento de todos os prejuízos causados à propriedade privada em

¹⁰⁰ Cf. Ata da 1ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada em 1º de junho de 1959.

¹⁰¹ Cf. Ata da 1ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 1º de junho de 1959.

consequência do arrombamento da barragem, tendo a Sudene enviado 15 técnicos para o Vale do Jaguaribe, a fim de realizar tal tombamento, para que o Governo providenciasse as indenizações.¹⁰²

Os trabalhos da Sudene não paravam e estavam concentrados, sobretudo, no Primeiro Plano Diretor, que precisava ser aprovado pelo Parlamento.

Em meados de 1960, foram ultimados os entendimentos com as Nações Unidas para o início de um grande estudo do sub-médio São Francisco, com o objetivo de definir as possibilidades de irrigação em grande escala naquela região. O acordo básico com o Governo brasileiro foi assinado pelo Itamarati em julho de 1960.¹⁰³

É preciso ter em conta que, durante a década de cinquenta, o Brasil recebeu pouco auxílio dos Estados Unidos, e este foi dado, sobretudo no campo da assistência técnica, através do programa conhecido como Ponto Quatro, tendo sido feitos também, empréstimos eventuais, visando o desenvolvimento econômico. Por outro lado, várias agências das Nações Unidas deram alguma assistência técnica.

A partir do triunfo da Revolução Cubana, porém, o governo americano resolveu investir de forma significativa no Brasil e, principalmente, no Nordeste, região que apresentava uma efervescência política cada vez mais explosiva e ameaçadora, na visão dos analistas do governo americano. Assim, um programa de longo prazo foi estabelecido, através do acordo conhecido como “Aliança para o Progresso”, considerada por muitos como um veículo de intervenção nos problemas brasileiros e, por outros, conveniente para a ocasião, como foi o caso da Superintendência da Sudene (cf. Page, 1972:87).

¹⁰² Cf. Ata da 1ª sessão da 2ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em 6 de abril de 1960.

¹⁰³ Cf. Ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 1º de julho de 1960.

Paralelamente à ajuda norte-americana, em meados de 1960 foi assinado o primeiro convênio pela Superintendência da Sudene com o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, tendo sido posto à disposição desse serviço 14 bilhões e 996 milhões de cruzeiros, além da instalação de 20 estações de diferentes tipos, em sinótica para o acompanhamento do fenômeno da seca e a realização de estudos de hidrologia considerados indispensáveis ao desenvolvimento do Nordeste.

Ainda neste período, foi criado um grupo técnico para estudar o problema dos aeroportos das capitais e das cidades mais importantes, visando uma futura utilização de jatos. Eram também estudados matadouros, secadores para o beneficiamento de arroz, frigoríficos, centros de abastecimentos, portos de pesca, armazéns e silos, barcos pesqueiros, sociedades mistas de estocagem.

Enquanto tudo isto era objeto de estudos, a Sudene avançava mais em outros setores. Foi feito o levantamento dos recursos minerais da região, tais como: o estudo do enxofre sedimentar e de minerais mais pesados no Maranhão; das jazidas de calcário de Codó, com o objetivo de implantação de uma fábrica de cimento no Maranhão, que segundo Celso Furtado utilizaria os recursos da iniciativa privada; ainda no Maranhão foi estudado o cobre em Grajaú; além de realizado o levantamento de jazidas de cobre, rutilo, magnesita e mármore, no Ceará.

Houve articulação com a Universidade Federal do Ceará, com a Escola de Engenharia e Agronomia, com o Instituto de Tecnologia Rural, com a Universidade da Bahia, o Instituto de Tecnologia de Sergipe, e outros órgãos federais e estaduais, enfim com o que se dispunha na ocasião, contrariando a idéia do

professor Manoel Correia de Andrade de que os técnicos da região haviam sido desprezados pela Sudene.

Os investimentos ligados à Saúde Pública e à Educação de Base também não foram esquecidos.¹⁰⁴

Temos a convicção de que o papel pessoal do professor Celso Furtado influenciou decisivamente todas essas iniciativas no Nordeste. No segundo capítulo deste trabalho já mostramos, ainda que *en passant*, o currículo do professor Furtado e, sobretudo, o seu prestígio internacional. Decididamente, este aspecto não pode passar despercebido, quando se trata da Sudene durante a sua Superintendência.

Tanto isto é verdade que, quando ainda em meados de 1960, mesmo sem que o Primeiro Plano Diretor da instituição tivesse sido aprovado pelo Parlamento brasileiro, Celso Furtado começou suas incursões ao exterior, obteve sempre sucesso nos seus objetivos de aperfeiçoar a Sudene.

Em agosto de 1960, ele viajou a Israel, a convite do governo daquele país. Lá, observou métodos modernos e práticas de irrigação e de aproveitamento de solos áridos e semi-áridos, visitou comunidades agrícolas onde estagiou para observar a nova organização de uma nova agricultura, tendo considerado que “a experiência da cooperativa é um fator importante para a resolução de problemas

¹⁰⁴ Cf. Ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 1º de julho de 1960.

sociais, pois estabelece o homem como membro de uma comunidade” ¹⁰⁵ Ele interessou-se, também, por projetos de energia solar, e assim por diante.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que Celso Furtado, mesmo com *status* de Ministro de Estado, não permanecia apenas no gabinete, “ele punha a mão na massa”: estava na barragem de Orós quando do arrombamento, estagiou em comunidades agrícolas de Israel, acompanhava no Rio de Janeiro e depois em Brasília o andamento do Plano Diretor da Sudene. Em suma: era uma espécie do que ele próprio denominou de “homem-orquestra”.

Nesta mesma ocasião, agosto de 1960, o Superintendente passou algumas semanas na França, estabelecendo contato com representantes da “Cooperação Técnica”, tendo conseguido que fosse posto à disposição da Sudene, para o ano de 1961, 15 bolsas de estudos para estágios de técnicos, volume este aumentado para 30 bolsas em 1962 e 60 em 1963, além de promover o intercâmbio de técnicos com o Nordeste. Na Itália, o nosso intelectual público manteve os entendimentos finais com a FAO em torno do projeto de irrigação de 60 quilômetros quadrados no São Francisco, através de um programa assinado pela Sudene e a ONU.

Vemos, pois, que a Sudene crescia e o dinheiro para investimentos e formação de pessoal especializado era buscado aonde pudesse ser obtido. A “Ford Foundation”, por exemplo, forneceu 40 bolsas de estudos para técnicos em irrigação, num programa de quatro anos consecutivos. ¹⁰⁶

¹⁰⁵ Cf. Ata da 7ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em 2 de setembro de 1960.

¹⁰⁶ Cf. Ata da 6ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 3 de agosto de 1960.

A instituição consolidava-se e, em setembro de 1960, os diversos Diretores dos Departamentos da autarquia já estavam investidos nas suas funções; o escritório do Rio de Janeiro funcionava normalmente e o de Salvador estava instalado em sua sede definitiva: a Sudene ramificava-se.

2.2. A utopia em seus limites e contradições

Após a aprovação do Primeiro Plano Diretor, os trabalhos iniciados desde 1959 expandiram-se enormemente. No setor de transportes, foi concluído o Plano Prioritário de Aeroportos do Nordeste; no setor de energia e de abastecimento d'água, a Sudene fez um convênio com a USAID no valor de CR\$ 1.272,9 milhões para um programa que atenderia 58 cidades. As pesquisas de recursos minerais continuaram, assim como os trabalhos do projeto de irrigação do São Francisco. Novas indústrias surgiram, com os incentivos fiscais previstos nos artigos 34 e 18; o programa de reequipamento da indústria têxtil no Nordeste continuou a crescer, tendo sido, inclusive, promovidos cursos para o êxito deste empreendimento. As atividades agropecuárias foram objeto de atenção e estudos, embora tenham caminhado sempre muito lentamente. No Maranhão, iniciaram-se os trabalhos no setor de saúde (mais de 60.000 pessoas estavam sendo atendidas no início de 1963) e houve, também, o aumento do treinamento de educadoras sanitárias e de professoras primárias. Os trabalhos de assistência técnica continuaram de forma crescente, bem como a formação de pessoal: foram promovidos cursos de pesca, cursos para pilotos e maquinistas, cursos de documentação econômica com candidatos de vários estados do Nordeste e do Movimento de

Educação de Base. Nos setores de abastecimento e ação de emergência, foram atendidos 4.500 flagelados, sendo 1.500 em Pernambuco e 3.000 na Paraíba; foram distribuídos alimentos doados pela Aliança para o Progresso em regiões onde a situação, na época, ficou mais crítica (embora não tenha havido, durante a Superintendência de Celso Furtado, uma seca generalizada e grave das proporções da de 1958, várias regiões nordestinas sofreram pela estiagem prolongada). O governo dos Estados Unidos doou ao Nordeste, em janeiro de 1963, 13.000 toneladas de milho (aliás, foram feitas enormes doações pelo governo norte-americano, através do chamado II Acordo do Trigo); novos acordos foram feitos com outros governos estrangeiros, tais como a República Federal Alemã, o Japão, Israel etc.¹⁰⁷

Optamos por mostrar a quantidade e diversidade dos trabalhos promovidos pelo Codeno e pela Sudene porque acreditamos firmemente que, embora a instituição não tenha atingido seus objetivos tal como estão expressos no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a face do Nordeste, em algumas de suas dimensões, nunca mais seria a mesma, depois do advento do órgão, demonstrando a viabilidade histórica da utopia, embora os problemas crônicos da região, como um todo, tenham permanecido inalterados e, em algumas situações, tenham até se agravado.

Para a implementação dessas ações, o Conselho Deliberativo do Codeno possuía um Regimento Interno, discutido e aprovado por unanimidade desde a sua primeira reunião. Através de proposta de Celso Furtado, após a

¹⁰⁷ Cf. Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 9 de janeiro de 1963.

regulamentação da lei criando a Sudene, o Regimento Interno continuou o mesmo que prevalecia nas reuniões do Codeno, até que um novo fosse aprovado, o que ocorreu no dia 5 de maio de 1960.¹⁰⁸

No entanto, os conflitos eram freqüentes dentro do Conselho e se expressavam pelos mais variados motivos: desde o cumprimento das normas das reuniões, ao papel dos conselheiros, sem falar nas disputas entre os Estados. Cid Sampaio chegou a se pronunciar, já na primeira reunião do Codeno, dizendo “ter a convicção de que, se os nordestinos permanecessem apegados às divisões políticas, o desenvolvimento regional se[ria] retardado por muitos anos”.¹⁰⁹

O procedimento adotado nas reuniões era simples: elegia-se um presidente, fazia-se a leitura do expediente, dos ofícios, telegramas etc. e a palavra era concedida ao professor Celso Furtado, para que ele fizesse o relatório (geralmente mensal), das atividades da Secretaria Executiva, após o que a discussão era aberta aos senhores conselheiros.

As reuniões tinham uma ordem do dia, uma pauta, mas observa-se, pela documentação pesquisada que, às vezes, era bastante difícil organizar os debates: era freqüente a pauta ser deixada de lado, para quase sempre ser retomada pelo professor Furtado no final das reuniões.

A propósito, recentemente o professor Furtado ofereceu o seu livro *O Longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil* à sua mulher, usando as palavras: “A Rosa, que me ensinou a ser paciente”. De fato, nossas fontes

¹⁰⁸ Cf. Ata da 7ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 2 de setembro de 1960.

¹⁰⁹ Cf. Ata da 1ª sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 26 de abril de 1959, no auditório da Delegacia Federal de Saúde da 5ª Região, às 9 horas da manhã.

apontam para um aspecto que nos chamou a atenção nas reuniões do Conselho Deliberativo: a capacidade de o professor Celso ser paciente, levando as discussões para o rumo certo, explicando, ensinando, centralizando, voltando a tratar de problemas já discutidos, com as canseiras que imaginamos de retornar a assuntos tantas vezes explicados, atuando de maneira firme e, muitas vezes, sendo “bombeiro” de disputas inócuas, quando os ânimos se azedavam.¹¹⁰

Querelas inúteis, por vezes beirando ao ridículo, instalavam-se. Por exemplo: em certa ocasião, discutia-se um problema importante, o fomento à indústria da pesca, tendo o Conselheiro Ronald de Queiroz considerado que, além dos portos regionais de Salvador e Recife, que foram incluídos no Plano Diretor, o porto de Cabedelo, na Paraíba, também poderia ser aproveitado, pois contava com boas condições estratégicas e já dispunha de um frigorífico montado e abastecimento de água concluído. O representante do governador do Maranhão, Conselheiro Jesus Neves Ribeiro, desconsiderando os argumentos apresentados, retrucou que os cardumes estavam nas costas do Maranhão e, por isso, não se deveria discutir qual porto estava preparado adequadamente e sim onde encontrar os cardumes. Sofismas desse tipo eram comuns, mas sempre contornados.¹¹¹

É necessário ter em conta que os membros do Conselho Deliberativo eram lideranças com muito poder político, tais como Dinarte Mariz, Juracy Magalhães, Rômulo de Almeida, Afonso de Albuquerque Lima, Parsifal Barroso, Cid Sampaio, Virgílio Távora, Miguel Arraes, para citar algumas das personalidades políticas que tiveram assento no Conselho, durante a gestão de Furtado.

¹¹⁰ Cf. Furtado, *op. cit.*

¹¹¹ Cf. Ata da 1ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 16 de fevereiro de 1960.

Evidentemente, muitas dessas lideranças apoiaram firmemente a Operação Nordeste, mas não havia, concretamente, uma consciência de desenvolvimento regional da parte de grande número de conselheiros ou de seus representantes. O interesse era, eminentemente, de caráter estadual, quando não municipal.

Isto posto, voltamos ao problema da insuficiência de tempo para que se criasse efetivamente uma consciência regional. Havia uma enorme distância entre o discurso em defesa dos interesses do Nordeste e a prática real de muitos membros participantes da instituição. A própria posição hierárquica da Sudene, muitas vezes, era esquecida.

A professora Maria Isaura Pereira de Queiroz explicou bem essas “permanências” remanescentes da Colônia, mostrando que os interesses do poder local sobrepujam-se aos de caráter geral ou regional no Brasil, como fruto da nossa própria formação econômica, política e social. Os interesses estaduais estavam inextricavelmente confundidos com os interesses regionais e os interesses locais superavam, em muito, aqueles da região:

“A política brasileira vinha tendo, desde o início da Colônia, os seguintes caracteres, que permaneciam: como base, a agricultura e a autoridade política, econômica e social nas mãos dos proprietários rurais, mais tarde chamados ‘coronéis’. Má vontade destes contra os recém-chegados (portugueses, imigrantes, novos-ricos), que teve como resultado o nacionalismo. Decorria desta autoridade de fato a necessidade de uma composição (ressentida pela Metrôpole, mais tarde pelo governo central) amistosa com os detentores dela, com o fim de se alcançar um ‘modus vivendi’ harmonioso. O resultado a que se chegou foi curvar-se sempre o governo diante dos interesses privados, deixar-lhes carta branca tanto nos seus negócios particulares quanto nos negócios de interesse público; e a execução de melhoramentos e benfeitorias desta ordem partiu quase sempre da iniciativa privada; a consequência lógica foi desenvolver-se, em todo o país, como acompanhante do excessivo orgulho, individualismo e independência dos proprietários, a confusão entre as esferas públicas e privadas” (Queiroz, 1976:154-155).

Eis, aí, uma das raízes estruturais dos limites históricos postos à utopia relativa do professor Furtado. O sentimento das oligarquias rurais do Nordeste, ainda nos anos sessenta do século XX, era de que não havia separação ou diferença entre os seus interesses e os interesses públicos; por isso, muitos temeram a atuação de um órgão como a Sudene e, após a saída do professor Celso Furtado da direção da instituição, muitas deformações ocorreram, não apenas pela interferência dos latifundiários junto aos governos militares - sobretudo usineiros em decadência financeira - mas também dos que pleiteavam subsídios da Sudene para os seus empreendimentos urbanos (cf. Page, 1972: 230).¹¹²

De fato, a Sudene foi sofrendo uma deformação de tal amplitude, com os problemas de desmando e corrupção, que ainda está por ser feito um estudo do desperdício do dinheiro dela obtido: quem quiser se dar ao trabalho, encontrará, à beira das estradas no Nordeste e, mesmo, em muitas de suas cidades, ruínas do que seriam “projetos” da Sudene nos anos posteriores a 1964.

Já nos referimos, nesta tese, a uma entrevista recente do professor Furtado, onde ele disse que, durante os seis anos que passou na direção da Sudene, nunca houve suspeita de desonestidade no uso de tantos recursos, de tanto dinheiro que a Sudene aplicou naquela época, cujo montante era muito superior ao que foi utilizado depois.¹¹³

¹¹² Page chamou a atenção para a questão dos projetos de obras públicas que serviam para enriquecer os proprietários do sertão “da noite para o dia”, ainda no ano de 1959. O local da construção dos açudes era decisão política para beneficiar os proprietários rurais que, por sua vez, eram políticos locais ou seus representantes. O DNOCS estava completamente sob o controle desses políticos corruptos. Esta análise corrobora e complementa a feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

¹¹³ Cf. Furtado, Celso. *Entrevista explosiva*. In: **Revista Caros Amigos**.

A preocupação com o desvio de verbas, aliás, já estava presente na primeira reunião do Codeno, realizada em 26 de abril de 1959, já mencionada. Nesta reunião, Celso Furtado fez uma exposição do programa de uma nova política de desenvolvimento do Nordeste e falou sobre a aplicação de verbas, expondo a questão da obtenção e aplicação das mesmas para o exercício de 1959.

O Conselheiro Rômulo de Almeida observou que uma parte daquelas verbas era destinada a municípios sem recursos técnicos próprios para a execução de obras muito vultosas e expôs seu temor de que recursos liberados e destinados a grandes empreendimentos fossem desviados para atender a interesses políticos e de pequeno vulto, visando apenas demandas individuais.¹¹⁴

O então governador Cid Sampaio demonstrou a mesma preocupação, relembrando o insucesso de outras reuniões, embora tenha afirmado que não acreditava que os governadores ali presentes fossem motivados por interesses eleitoralistas e fizessem uso de um processo já superado, acreditando que todos se empenhariam em favor de uma política de realizações construtivas e sérias, por parte da administração federal no Nordeste.¹¹⁵

O professor Furtado também se pronunciou sobre a matéria, adiantando que o governo federal punha no orçamento uma grande quantidade de recursos, por exemplo, no abastecimento de água nos períodos de grande estiagem, e a questão, segundo o Superintendente, tinha que ser disciplinada, porque aquele era o tipo de verba sobre a qual a pressão local e o interesse eleitoral eram mais

¹¹⁴ Cf. Ata da 1ª sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 26 de abril de 1959.

¹¹⁵ Idem.

fortes, sendo indispensável desenvolver uma política nova para tratar do assunto.

116

Como vemos, a preocupação com o possível desvio de verbas - com a corrupção, em suma - já estava presente desde o início de funcionamento do Codeno. Seria, talvez, uma versão da atual “blindagem contra a corrupção”, *avant la lettre*.

Tal preocupação é mais compreensível ainda se consideramos que a Sudene recebeu vultosos recursos financeiros advindos da iniciativa privada e de acordos e convênios internacionais, principalmente da Usaid, através “Aliança para o Progresso”, além de obter apoio político de setores importantes da vida nacional: da Igreja Católica, através da Conferência dos Bispos do Nordeste; de setores progressistas e nacionalistas das Forças Armadas; de industriais - como foi demonstrado pelo encontro do empresariado em 1959, na cidade de Garanhuns - e de setores das camadas médias da população, tais como estudantes, jornalistas e intelectuais.¹¹⁷

Dentro dos limites historicamente postos, não podemos esquecer, também, que a Sudene foi vítima de oposição contundente, como já mencionamos no decorrer deste trabalho. Além disto, é preciso considerarmos uma questão crucial: embora tendo sido apoiada por setores tão diversos da sociedade, embora tendo feito emergir o Nordeste como entidade política na dimensão maior da palavra, a Sudene, desde a sua fase inicial, vivenciou condições adversas do ponto de vista político e econômico nacional, face aos problemas sociais pelos quais o país e,

¹¹⁶ Cf. Ata da 1ª sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 26 de abril de 1959.

¹¹⁷ Cf. Mello, José Octávio Arruda. *Sudene. O problema da Paraíba no contexto regional*, op. cit., p. 84.

principalmente, o Nordeste brasileiro atravessavam, entre os anos 50 e 60 do século recém-terminado.

Evidentemente, o órgão não tinha papel político partidário, e não poderia ser de outra maneira. Pela leitura da nossa documentação, depreende-se que o professor Furtado sempre foi enfático quanto a esta questão, atitude que consideramos absolutamente correta, uma vez que ali não era o fórum adequado para que se tomasse este ou aquele partido, esta ou aquela posição sobre questões políticas que não interessavam, de forma precisa ou direta, à instituição e aos seus objetivos.¹¹⁸

Desta perspectiva, o fato de a Sudene ter obtido benefícios dos acordos feitos entre os governos brasileiro e americano, a exemplo da “Aliança para o Progresso”, não indica que a autarquia tenha tomado uma posição, digamos, pró-Estados Unidos. No empenho de transformação do Nordeste brasileiro, a ajuda financeira era bem vinda não importando de onde viesse. E esta posição não era apenas de Celso Furtado.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, em 1963, durante reunião do Conselho Deliberativo da Sudene com a presença do Embaixador Lincoln Gordon, embora tenha demonstrado cautela com relação a possíveis intervenções estrangeiras nas questões internas do Brasil, declarou: “não discuto a origem dos recursos, porque, em meu entendimento, todos eles procedem da Sudene e do Governo Federal. Interessa ao Governo de Pernambuco a forma de

¹¹⁸ Cf. Atas do Conselho Deliberativo do Codeno e da Sudene no período de 1959 a 1964.

sua aplicação, sua destinação e a repercussão que tenha no Nordeste”.¹¹⁹ Tratando-se da posição de uma liderança como Miguel Arraes, não podemos considerar que a ajuda financeira norte-americana, embora refletisse os interesses dos Estados Unidos e a preocupação do seu governo com o possível surgimento de “novas Cubas” no continente, representasse qualquer adesão a uma política pró-americana por parte da Sudene.

Neste sentido, parece-nos que, em última instância, o advento da Revolução Cubana, por vias contraditórias e inesperadas, em função das preocupações políticas do governo americano com os rumos da América Latina, acabou beneficiando os planos da Sudene para o Nordeste, sem que com isto estejamos afirmando que o órgão tivesse qualquer ligação com as posições assumidas por Cuba após a revolução.

Mas os anos sessenta foram extremamente agitados, no Brasil em geral e no Nordeste em particular. Os debates sobre as reformas sociais, as reformas de base, eram acalorados e a prática política dos movimentos políticos e culturais era intensa no Nordeste, sobretudo pela ação das Ligas Camponesas na região, assunto que já foi bastante estudado e analisado.

Nas atas das reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene, no entanto, a impressão que fica, no espírito de um pesquisador desavisado, é a de que a calma reinava absoluta em todo o país e também no Nordeste, pois não havia qualquer referência ao problema político nacional. Evidentemente, toda essa turbulência também impôs limites contraditórios à utopia concreta, relativa, de

¹¹⁹ Cf. Ata da 36ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 3 de maio de 1963.

Celso Furtado. Neste sentido, é impossível deixar de mencionar os problemas sofridos por uma instituição cujo objetivo maior eram as mudanças, a ponto de conseguir colocar o Nordeste, efetivamente, dentro da Federação, não mais apenas como um problema insolúvel, no contexto político-social da região naquele momento específico da História brasileira, às vésperas de uma intervenção político-militar.

Neste contexto, não houve restrições à participação de membros do governo dos Estados Unidos nem mesmo nas reuniões do Conselho Deliberativo, tal como a do Embaixador Bohan, acompanhado de técnicos norte-americanos que, inclusive, visitaram vários locais do Nordeste, objetivando a elaboração de um relatório (que ficou conhecido como relatório Bohan) e as dos Embaixadores Adlai Stevenson e Lincoln Gordon, porque, como já assinalado, sem os investimentos estrangeiros, - que certamente foram muitos - não havia como prosseguir na busca de transformações da região.

Este problema foi, sem dúvida, contraditório e de difícil solução, tendo sido identificado claramente pelo Conselheiro Rômulo de Almeida, estudioso dos mais expressivos e atuantes dos problemas econômicos brasileiros, na reunião do Codeno de 2 de junho de 1959 - portanto, logo no início das atividades do órgão.

Vejamos a preocupação do Dr. Rômulo de Almeida, que consideramos ser uma lúcida e intuitiva observação do que poderia ocorrer com os objetivos iniciais da Sudene, se o governo federal brasileiro, eventualmente, se colocasse contra o projeto:

“Necessitamos firmar um princípio, pois a verdade é que a Sudene só pode ter sucesso na medida em que arrumar o seu tripé, que consiste no governo, na opinião pública e nos representantes da administração federal. No receio de que a administração federal venha a se colocar

contra os interesses da Sudene, o administrador tende a obedecer às mesmas técnicas, procurando se libertar da patronagem do chefe; se ela não faz, é porque na estrutura presente se sente desamparada pelo seu patrono, mas os chefes tendem a apoiar”.

Rômulo de Almeida adiantou, ainda:

*“Quero chamar a atenção para um fato politicamente fundamental: poderá a Sudene suceder bem se contrariar frontalmente o Congresso, os governos, a opinião pública? Evidentemente não. O próprio mérito de um programa bem apresentado constitui um fator de convencimento. É preciso notar que um grande número de congressistas precisa resolver o problema”.*¹²⁰

Consideramos que foi exatamente isto o que ocorreu no golpe militar de 1964.

Lembremos, porém, que Celso Furtado não era um tecnocrata qualquer, mas um dirigente político que exercia, naquele momento da vida brasileira, um papel-chave: em julho de 1960, ele renunciou à chefia do BNDE, considerando que seria mais útil que a agência do Banco, em Recife, tivesse a sua direção assumida por uma pessoa que pudesse dedicar seu tempo integralmente ao Banco, o que não era o seu caso, pois ele acumulava, também, a função de Superintendente da Sudene.¹²¹ Furtado chegou mesmo a ser Ministro do Planejamento, por solicitação do Presidente João Goulart, sendo responsável pela elaboração do conhecido Plano Trienal.¹²²

¹²⁰ Cf. Ata da 3ª sessão da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 2 de junho de 1959.

¹²¹ Cf. Ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 1º de julho de 1960.

¹²² Segundo Celso Furtado, o Plano Trienal foi um esforço no sentido de dotar o país de uma política global de desenvolvimento e uma tentativa de formulação de um conjunto de objetivos de política econômica, cobrindo todos os setores nos quais o Governo tinha uma responsabilidade fundamental. Tratava-se de reduzir a instabilidade da economia nacional, porque chegou-se à conclusão de que, com a ausência de um plano, caminharia o país seguramente para um grau de

O Plano Trienal procurou estabelecer compensações para aquelas regiões que não tinham capacidade de realizar pré-investimentos, de tal modo que as regiões que podiam realizá-los seriam muito menos assistidas que aquelas outras¹²³, em um momento vital da história política brasileira, sempre sem perder de vista a Sudene e a questão nordestina:

*“Quando aceitei a incumbência de elaborar um plano para o Governo Federal, fiz ver, ao Presidente, que não aceitaria, sob nenhuma hipótese, qualquer cargo que me levasse a uma quebra do compromisso assumido com o Nordeste. Aceitando aquela incumbência, o fiz levando em consideração o fato de ser uma tarefa provisória. Dentro desse espírito continuei no Ministério e, tão logo iniciou-se a execução propriamente do Plano, fiz ver ao Sr. Presidente a necessidade de voltar ao Nordeste e reencetar as minhas atividades na Sudene. O Sr. Presidente pediu-me que aguardasse um pouco mais. Já agora, quando se delineava um novo Ministério, pedi novamente o meu afastamento, no que não fui atendido, tendo ainda o Presidente solicitado que continuasse. Compareci a algumas reuniões do novo Ministério porém, à reunião que hoje se realiza (3 de julho de 1963), já não comparecerei e, a partir de então somente sairei do Nordeste como Superintendente da Sudene para falar em nome da Sudene, a respeito de assuntos que interessem ao Nordeste, porque meu único compromisso é com o Nordeste”.*¹²⁴

Como vemos, a situação econômica brasileira, naquele momento histórico, não favoreceu ou sequer facilitou um projeto como o da Sudene, mas consideramos que Celso Furtado perseguiu a concretização da sua utopia até em termos mais gerais, elaborando um Plano Trienal, de caráter global, no sentido de tentar melhorar as condições econômicas do Brasil, embora enfatizando seu

instabilidade e uma inflação que perturbaria toda a política econômica e levaria o Brasil a uma crise de grandes proporções. Outro elemento que foi considerado, na elaboração do Plano Trienal, sempre segundo Furtado, foi a criação de uma política de favores diferenciais, principalmente porque a política de desenvolvimento do passado aumentou os desequilíbrios regionais, pelo desconhecimento das peculiaridades das distintas regiões do Brasil, levando à descapitalização de certas áreas. Procurou-se demonstrar que a política de desenvolvimento regional não visava aumentar o custo social do desenvolvimento, posto que ele não era resultante de razões ou motivos estritamente políticos ou sociais; ela tinha uma efetiva base econômica e não representava uma reivindicação de uma região contra outra, representando, sobretudo, uma reivindicação nacional.

¹²³ Cf. Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 9 de janeiro de 1963.

¹²⁴ Cf. Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 3 de julho de 1963.

compromisso maior com o Nordeste. Este posicionamento condensa, de alguma forma, o que vimos trabalhando nesta tese: Furtado não se recusou a lutar em outras frentes quando se tratava de perseguir seu objetivo último: o desenvolvimento do Nordeste.

Desta perspectiva, ele parece ter tentado, de todos os modos, “proteger” a Sudene, mesmo com os ânimos exaltados pela força dos movimentos sociais com dimensões dos que se manifestaram no Nordeste pré-1964. Talvez isto explique por que, nas reuniões do Conselho Deliberativo da instituição, não há menções a envolvimento da Sudene com questões que não estivessem diretamente ligadas aos objetivos da autarquia.

Mesmo assim, não teria sido esta uma contradição fundamental? Na medida em que a Sudene não conseguisse estabelecer vínculos com a opinião pública, não estaria correndo o risco perigoso do isolamento político, como já advertido pelo conselheiro Rômulo de Almeida?

Quando, em 5 de agosto de 1959, discutia-se o anteprojeto de lei de Irrigação no Nordeste, O Dr. Rômulo de Almeida enfatizou que:

*“O projeto de irrigação, fruto de uma experiência de algumas décadas, tem uma importância muito grande, a despeito de não ser muito audacioso, ainda assim, virá encontrar grandes resistências. É necessário formar uma opinião pública favorável ao projeto”.*¹²⁵

O Conselheiro Francisco Andrade e Castro considerou, a este respeito, que o projeto de irrigação implicaria uma verdadeira reforma agrária e o Coronel

¹²⁵ Cf. Ata da 2ª sessão da 3ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, realizada no dia 5 de agosto de 1959.

Afonso de Albuquerque Lima, representante das Forças Armadas no Conselho, fez um pronunciamento apoiando o projeto:

*“A Lei de irrigação não contribuirá para a intranquilidade da região. As Forças Armadas, pelo seu representante, tomou conhecimento do anteprojeto de Lei de Irrigação do Nordeste, cujo objetivo principal é o de regular o uso da terra e da água, nas áreas de irrigação do Nordeste. Todo o apoio no sentido de aprovar a Lei que procura, de modo justo e humano, estabelecer as bases para o arrendamento da terra, principalmente quando beneficiada por obras públicas de irrigação. Com essa coragem e oportuna iniciativa, dá-se o primeiro passo para criar verdadeiramente a base agrícola indispensável à expansão industrial que se pretende levar a cabo no Nordeste e, até o presente momento, deixada inexplicavelmente de ser levado em consideração. Esta Lei há de sofrer contestações e talvez mesmo forte oposição, porque virá modificar, em parte, os alicerces econômicos da região nordestina e, sobretudo, porque virá atingir a uma poderosa classe de grandes proprietários de terras. Entretanto, pelo modo eqüânime como está redigida e pelos nomes dos homens que participaram de sua elaboração, temos a certeza de poder aprová-la, com a convicção de que estamos praticando um ato de grande significação para o interesse do Nordeste, em particular, e da própria Nação”.*¹²⁶

Dinarte Mariz, então governador do Rio Grande do Norte, considerou que a lei de irrigação seria o passo mais importante que o Codeno teria dado até aquele momento na solução dos problemas do Nordeste, mas o governador do Ceará, Parsifal Barroso, não concordou com as outras posições, achando que o anteprojeto era anti-democrático: faltavam mais discussões e esclarecimentos sobre ele e, para que isto ocorresse, pediu que fosse estudado em mais uma reunião do Conselho, no que não foi atendido, pois o projeto de irrigação foi submetido à votação artigo por artigo e aprovado por unanimidade.¹²⁷

Detemo-nos, demorada e intencionalmente, no Projeto de Irrigação, visando ressaltar a maneira como questões com profundas repercussões políticas, econômicas e sociais, muitas vezes eram revestidas apenas de um caráter aparentemente técnico, talvez pela tentativa de não envolver a instituição no calor

¹²⁶ Idem.
¹²⁷ Idem.

dos acontecimentos ao seu redor. Com isto, desconsideravam-se as propostas de outros movimentos ativos na ocasião, como o das Ligas Camponesas.

É importante que mostremos, também, a posição assumida pelo professor Furtado sobre o Projeto de Irrigação, uma vez que ele era o representante da proposta de reforma agrária do Governo Federal dentro do Conselho da Sudene:

"Haverá casos em que a propriedade estará de tal forma subdividida que seria impossível reter toda a população rural que ali se encontra. Mas não se pode sacrificar o objetivo principal, que é criar uma agricultura economicamente estável, capaz de aumentar a oferta de alimentos dentro da região, para atender um aspecto social, importante mas secundário, e jamais sacrificaria os grandes investimentos que o governo vai fazer na região, em irrigação. Portanto não se pode de nenhuma maneira sacrificar o plano de irrigação à conservação de toda a população que ali se encontra. Se necessário for, parte dessa população deverá ser desviada para outro projeto de irrigação".¹²⁸

Muitos problemas estavam com suas possíveis soluções encaminhadas, como o processo de industrialização do Nordeste, sobretudo no Estado de Pernambuco, na cidade do Recife e em outras cidades de maior porte de alguns Estados nordestinos; os investimentos externos eram cada vez maiores e os estudos para o conhecimento da região caminhavam céleres. No entanto, outros problemas surgiam e eram de difícil solução.

Foi o caso, por exemplo, do Plano de Colonização do Maranhão. No início de março de 1962, este Plano estava sendo modificado porque havia uma migração espontânea para a região e Celso Furtado preocupava-se:

"Vinte partes das terras a serem colonizadas já estão ocupadas, embora desordenadamente. Há um grande movimento de ocupação e tende a aumentar. Já se pode encontrar acampamentos de mais de sete mil pessoas sem nenhuma assistência do poder público. Não há assistência médica, educacional ou mesmo técnica. Ocupam a floresta de forma desordenada e predatória. O Plano tem de ser modificado para dar uma nova feição a essa ocupação. Estou mobilizando uma equipe de médicos, dentistas e veterinários para dar nova vida ao povo que para lá

¹²⁸ *Idem.*

acorre. Também a peste suína ameaça dizimar o rebanho, pois, a incidência é grande. Pretendo instalar cooperativas de crédito para dar ajuda a essas populações. Partindo da ajuda a essa massa desordenada chegar-se-á à colonização propriamente dita, em um outro plano”.¹²⁹

Pensamos que outro problema enfrentado pela Sudene, sob a direção de Celso Furtado, já identificado por outros pesquisadores, foi, justamente a contradição entre o progresso de alguns setores no Nordeste e o atraso crônico em que se manteve a sua agricultura, agravando o problema alimentar. Este era apenas minimizado em algumas regiões, através da doação de alimentos, obtidos junto à “Aliança para o Progresso” ou adquiridos pela autarquia, prática política assistencialista que, na nossa maneira de entender, era frontalmente contrária aos objetivos de desenvolvimento preconizados pela Sudene.

É evidente, pelo estudo da nossa documentação, que o professor Furtado tinha a consciência de que toda política agrícola de modificação de estruturas agrárias como a nordestina é lenta e, neste sentido, ele procurou amenizar a situação enfrentando o problema alimentar, dentro de certas possibilidades concretas.¹³⁰ Poderíamos, até mesmo, pensar em um programa como o atual “Fome Zero”, *avant la lettre*:

“O problema alimentar tem que ser enfrentado de qualquer forma. A questão de trabalho é diferente: quando se abre uma frente de trabalho no Nordeste a tendência é de se alastrar em decorrência do grande número de desempregados, e sub-empregados na região. A grande responsabilidade dos Estados é tomar medidas iniciais sob a responsabilidade de cada um dos Estados. A Sudene pode ajudar na aquisição de alimentos. Pondo auxílio em forma de dinheiro, a especulação é muito maior e os gêneros sobem de imediato, provocando

¹²⁹ Cf. Ata da 22ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 14 de março de 1962.

¹³⁰ Cf. Ata da 7ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 2 de setembro de 1960.)

o fenômeno que já conhecemos: o enriquecimento de uns poucos beneficiados pela miséria de muitos". ¹³¹

Isto posto, retomemos a questão política daquele momento.

Em uma importante reunião do Conselho, com as presenças do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do ministro André Franco Montoro, representando o Conselho de Ministros - que disse ter vindo participar da reunião para sentir a magnitude dos problemas tratados pela Sudene - e de outras autoridades, uma voz solitária e insuspeita, a do conselheiro Aluísio Campos, colocou a gravidade do problema agrário do Nordeste.

Campos afirmou que a incompreensão dos donos das terras e a justa insatisfação dos camponeses vinham servindo às atividades subversivas na zona rural. Continuou denunciando que vinham ocorrendo mortes e lutas cruentas no campo e se referiu ao assassinato, no dia anterior à reunião, do líder camponês João Pedro Teixeira, na cidade de Sapé, na Paraíba, fato que causou grande comoção popular em toda a região. ¹³²

Falou-se em reforma agrária, na "Aliança para o Progresso", na política de ação da Sudene, nos mais variados assuntos pertinentes ao Nordeste e ao país, mas não houve sequer uma discussão sobre as lutas no campo, muito menos sobre a morte do líder camponês. ¹³³

¹³¹ Cf. Ata da 22ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 14 de março de 1962)

¹³² Cf. Ata da 23ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 4 de abril de 1962.

¹³³ Idem.

No entanto, menos de um ano depois, o conselheiro Gilberto Freyre pediu um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Presidente John Kennedy, no que, evidentemente, foi atendido.¹³⁴ Poder-se-ia alegar que não houve nenhum pedido para que se homenageasse a memória do líder camponês assassinado, o que realmente é verdade, mas outras situações, embora com caráter menos trágico, demonstram a tendência ao não envolvimento com as questões políticas nacionais e regionais, da parte do Superintendente da Sudene.

Em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 6 de abril de 1960, o conselheiro Dinarte Mariz fez a proposição de que se fizesse uma moção de louvor e reconhecimento ao engenheiro Otávio Marcondes Ferraz pelos serviços que prestou ao Nordeste, como Diretor Técnico da Companhia Hidroelétrica do São Francisco; pela execução do projeto e construção “da magnífica obra de fundamental importância para o desenvolvimento do Nordeste: Paulo Afonso, obra eminentemente nacional, de que o Brasil se orgulha”.¹³⁵

¹³⁴ Cf. Ata da 43ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 13 de dezembro de 1963. Não estamos tecendo qualquer crítica ao fato de Gilberto Freyre lamentar a morte do Presidente Kennedy e homenageá-lo no Conselho Deliberativo, o que, de resto, é absolutamente normal. No entanto, achamos interessante reproduzir, em parte, o pronunciamento do sociólogo para confronta-lo com o silêncio sobre a morte de João Pedro Teixeira, silêncio que também foi uma posição política. Disse Gilberto Freyre: *“Não devemos concluir os trabalhos deste ano esquecidos de que este foi um ano trágico para o sistema americano, com a morte do Presidente John Kennedy, que não foi um simples presidente dos Estados Unidos; foi um estadista preocupado com os grandes problemas atuais do mundo inteiro, particularmente os da América, especialmente aqueles das áreas subdesenvolvidas, inclusive o nosso Nordeste. Cabe-nos, assim, concluir esta última reunião deste ano trágico com um minuto de silêncio em homenagem ao falecido Presidente Americano”*.

¹³⁵ Cf. Ata da 2ª sessão da 2ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 6 de abril de 1960.

O conselheiro José Cavalcanti Neves retrucou, dizendo que não via como se enquadrasse na regulamentação da Sudene a moção de louvor proposta, e o professor Furtado foi enfático:

*“Devemos nos abster de qualquer manifestação que possa tomar caráter político partidário para evitar que a Sudene se desvie do papel que se propõe a exercer no Nordeste e para que, de futuro, não nos vejamos às voltas com novos casos de apreciação ou de crítica às atitudes do Governo Federal, que deve ter livre escolha de seus auxiliares”.*¹³⁶

O conselheiro Dinarte Mariz insistiu, dizendo desconhecer qualquer atividade política ou partidária do engenheiro Marcondes Ferraz, e a discussão tornou-se acalorada, em torno da moção de louvor ao Dr. Marcondes e da sua substituição pelo Presidente da República, na diretoria da CHESF, com vários conselheiros manifestando-se sobre a questão.

Tamanha “confusão” em função de uma simples moção de louvor chamou a nossa atenção e verificamos, por fim, que o conselheiro Rômulo de Almeida tinha razão quando, mesmo tecendo elogios ao engenheiro Marcondes Ferraz, votou contra a proposição do conselheiro Dinarte Mariz, considerando que “não estamos maduros para interpretar o limite das nossas posições políticas”.¹³⁷

Esta concepção do Dr. Rômulo de Almeida sintetiza, de alguma forma, a situação política da Sudene: inserida nos quadros do Estado brasileiro, tinha autonomia em muitas questões, teoricamente, mas estava limitada, do ponto de vista político-partidário, mesmo tendo, sob a gestão de Celso Furtado, funcionado durante três governos diferentes.

¹³⁶ *Idem.*
¹³⁷ *Idem.*

Na verdade, os problemas vinham, por assim dizer, de três frentes: a primeira, que eram as próprias condições da região Nordeste, que precisavam ser superadas; a segunda, a situação econômica, política e social do país que, inevitavelmente, atingiam a instituição e, a terceira, os próprios problemas internos da Sudene – relativos à dinâmica de funcionamento do Conselho Deliberativo – face às questões que surgiam e eram fortemente preocupantes, como veremos a seguir.

Em fevereiro de 1964, o governador Miguel Arraes, tratando da isenção de Imposto de Renda, disse que o disposto no artigo 18, concedendo isenção de 50% a qualquer indústria, mesmo de capital estrangeiro, implicaria uma invasão estrangeira, existente no sul do país, no Nordeste, onde se desejou criar um grupo de indústrias nacionais, com o objetivo de fortalecer a economia nacional. Arraes continuou a sua argumentação dizendo que a proposta inicial da Sudene, em seu Segundo Plano Diretor, havia levado consigo certas precauções o que, inclusive, provocaria a nacionalização dos capitais que viessem para o Nordeste, mas, segundo ele, o Congresso Nacional havia alterado o dispositivo, dando-lhe uma amplitude maior. Finalizando seu pronunciamento, o governador Miguel Arraes afirmou:

*“Todos sabem que a dificuldade da indústria nacional é exatamente o capital. A inflação exige cada dia mais capitais e a incipiente indústria do Nordeste não pode competir com as grandes indústrias de capital. A prevalecer tal discriminação contra a indústria nacional esta se fazendo um acinte à industrialização do Nordeste, o que não é justo nem condizente com a orientação da Sudene e deste Conselho”.*¹³⁸

¹³⁸ Cf. Ata da 9ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 24 de fevereiro de 1964.

Celso Furtado considerou que a matéria colocada pelo Dr. Miguel Arraes era de grande interesse político para a região:

*“Quando se fez o artigo 34 já se havia indicado, no Congresso Nacional, uma certa preocupação no sentido de regulamentar o capital estrangeiro que coopera com o desenvolvimento nacional; isso porque a experiência já mostrara que se haviam acumulado privilégios e o capital estrangeiro estava se apropriando de parte da riqueza nacional de forma muito mais ampla de que efetivamente correspondia à sua cooperação para o desenvolvimento do país. Por isso prevalece a tese de que esses favores somente fossem concedidos a indústrias nacionais”.*¹³⁹

O pronunciamento do professor Furtado foi longo, com a preocupação de analisar a questão econômica nacional e nordestina, no que se referia à intervenção do capital estrangeiro. Nossa intenção, porém, foi apenas mostrar as dificuldades intrínsecas ao próprio projeto da Sudene.¹⁴⁰

Na reunião de 4 de março de 1964, o Conselho Deliberativo discutiu longamente a questão do capital estrangeiro, assim como os artigos 34 e 18, e tomou a resolução de, na próxima reunião, disciplinar as prioridades para a obtenção de recursos do artigo 34, criando um dispositivo que permitisse atribuir a maior prioridade ao capital puramente nacional.¹⁴¹

Celso Furtado convocou a próxima reunião do Conselho Deliberativo para o dia 3 de abril de 1964. Três dias antes, a sua “fantasia foi desfeita”:

“Havia que cuidar do imediato. O cachorro, meu companheiro de longas caminhadas nas areias da praia, dei-o ao filho do vizinho, que a ele se afeiçoara. O que havia de utensílios de copa e cozinha, dei-os à senhora que cuidava da casa. Os livros, Osmário Lacet, meu chefe de gabinete e amigo de todas as horas, encarregou-se de providenciar seu encaixotamento e despacho para o Rio de Janeiro. Dois dias depois de meu enclausuramento voluntário, visitou-me um dos mais graduados

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ O artigo 34 da Lei nº 3.995/61 trata do Depósito de Imposto de Renda por parte de pessoas jurídicas de todo o país para investimentos em projetos industriais ou agrícolas considerados pela Sudene de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

¹⁴¹ Cf. Ata da 46ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 4 de março de 1964.

militares – eram vários, quase todos especialistas – que trabalhavam sob minhas ordens na Sudene e nas empresas por esta criadas. Mostrou-me constrangido um papel assinado pelo comandante do IV Exército, incumbindo-o de me substituir, pequeno fato que vinha me alertar de que já não vivíamos em estado de direito, instalara-se no país uma ditadura militar. Mas, pelo menos, era alguém que tinha respeito à obra que havíamos realizado. Prontifiquei-me a ir com ele até a Sudene para entregar-lhe as chaves de meu gabinete, o que me permitiu recolher meus papéis pessoais, os quais foram transportados para minha residência em veículo oficial. Muitos de meus auxiliares mais diretos haviam buscado refúgio, pois a caça às bruxas já se desencadeara. Despedi-me das pessoas presentes, acompanhado do oficial superior que me substituíra e que se esforçava para dar a impressão de que tudo se passava “entre amigos”. Atravessava pela última vez a porta daquela instituição que surgira e adquirira fama mundial sob minha direção. Era muito mais do que uma agência administrativa. Graças a ela, emergira o Nordeste como entidade política. Tudo tivera de ser disputado palmo a palmo. Aquele mesmo edifício do IAPI, em parte ocupado pelo comando da Sudene, fora por nós invadido na calada da noite, forma a que tivemos de apelar para fazer prevalecer decisões superiores contra manobras da baixa burocracia” (Furtado, 1997, 2:300).

“Fantasia desfeita” ou utopia - viável, relativa, contraditória - interrompida?

O mergulho feito na trajetória da Sudene – através das atas -, sob a égide do professor Celso, leva-nos a ficar com a segunda formulação. Formulação que, de resto, sustenta a nossa própria visão da “dialética da utopia”, nos termos colocados e trabalhados nesta tese.

CONCLUSÃO

A pergunta que norteou o nosso trabalho, cujo o título é “ Sudene: A Utopia de Celso Furtado”, foi: até que ponto os sonhos de Celso Furtado, em relação ao Nordeste, tornaram-se realidade?

Depois de resgatarmos historicamente a idéia de utopia, de verificarmos a enorme gama de definições que cercam a palavra, concebemos o conceito de “dialética da utopia”, usando como suporte teórico a concepção de utopia proposta por Nildo Viana. Consideramos, também, a distinção, feita por Ernest Bloch, entre utopia concreta e utopia abstrata, como também aquela distinção proposta por Karl Mannheim entre utopia absoluta e utopia relativa, por entendermos que o projeto da Sudene, concebido por Furtado, está inserido tanto na noção de utopia concreta quanto na de utopia relativa.

Na verdade, o ponto de partida para falarmos de uma “dialética da utopia” foi o suporte teórico de Mannheim, embora outros elementos também tenham sido essenciais para a construção do conceito. A luta persistente de Celso Furtado à frente da Sudene no sentido de tentar superar os problemas crônicos de atraso da região Nordeste, sem dúvida reforçou a nossa concepção. Isto porque Celso Furtado tentou, na direção da Sudene, caminhar para um planejamento global, na medida em que ele identificou, na ausência de planos, a causa principal da improvisação e da duplicidade de iniciativas que caracterizavam a ação do Governo Federal no Nordeste.

De fato, foram as concepções de Karl Mannheim sobre utopia e as posições políticas de Celso Furtado que nos forneceram os elementos teórico-históricos essenciais à nossa aceção de uma “dialética da utopia”.

Mannheim já havia observado que

*“a própria forma pela qual se define um conceito e o matiz com o qual é empregado já encerra, em certo grau, um juízo prévio quanto ao produto corrente de idéias elaboradas sobre ele. Não é por acaso que um observador que, consciente ou inconscientemente, tenha assumido uma posição a favor da ordem social prevalecente, deve possuir uma concepção ampla e indiferenciada do utópico, isto é, uma concepção que suprime a distinção entre a inviabilidade absoluta e a relativa. Desta posição, é praticamente impossível transcender os limites do **status quo**. Esta relutância em transcender o **status quo** tende para a posição de encarar algo inviável em qualquer ordem, de tal forma que, ao se obscurecerem estas distinções, se possa suprimir a validade das pretensões da utopia relativa. Chamando de utópico tudo o que ultrapasse a presente ordem existente, afasta-se a ansiedade que poderia ser provocada pelas utopias relativas, viáveis em outra ordem” (Mannheim, 1972: 220).*

Ainda na concepção de Mannheim, as utopias transcendem a situação social, “orientam a conduta para elementos que a situação, tal qual se apresenta em determinada época histórica, não contém”. Neste sentido, as utopias são diferentes das ideologias, na medida em que conseguem, através do que ele chamou de contra-atividade, transformar uma determinada realidade histórica em outra realidade.

Usando como recurso fundamental as nossas fontes primárias e inéditas – as atas do Conselho Deliberativo do Codeno/Sudene – foi-nos permitido trabalhar a realidade histórica do período por nós estudado: a gestão Celso Furtado. Nesse movimento, e seguindo a concepção de Nildo Viana que, baseado em elementos teóricos fornecidos por Freud, Marcuse, Erich Fromm, Marx e Weber, percebeu que é o realismo político que qualifica a utopia como “pura fantasia”, “quimera” ou

“sonho irrealizável”, chegamos a estabelecer a relação, também dialética, entre pessoas tópicas e pessoas utópicas.

Depois de estabelecer a diferença entre tópicos e utópicos e constatarmos que a utopia também é ação e movimento, resgatamos, embora brevemente, a história do movimento utópico e as principais fases que a utopia percorreu, para abordarmos, em seguida, a organização do movimento, sobretudo como socialismo utópico e também as utopias mais recentes, do século XX.

Concluimos, num primeiro momento, que o professor Celso Furtado representa uma síntese dialética entre tópico e utópico e o elegemos como um intelectual público singular, como representante da “dialética da utopia”. Trata-se de um homem que sonhou com mudanças possíveis de serem realizadas no Nordeste, viáveis, e que tentou concretizá-las.

Partindo deste pressuposto, identificamos o professor Celso Furtado como um intelectual público dos mais significativos e singulares. Para explicitar a nossa posição, trabalhamos a função social dos intelectuais tentando verificar, através da trajetória intelectual do nosso autor e da própria história da sua vida, os elementos que fizeram com que ele se tornasse um dos maiores economistas do mundo e, sobretudo, um humanista de dimensões enormes, considerando, inclusive, a economia como um instrumento para penetrar no político e no social e avançar na compreensão da história.

Para situarmos a Sudene, abordamos o contexto histórico internacional em que a instituição surgiu, assim como a questão do planejamento, verificando, em seguida, o contexto brasileiro e a questão regional no país.

Constatamos, nessa *démarche*, que o Nordeste, considerado como um problema a ser carregado pela nação, a partir da criação da Sudene emergiu como entidade política, mesmo como todas as deformações que o órgão sofreu após o golpe militar de 1964 e o exílio do seu criador e primeiro Superintendente.

Por fim, analisamos os bastidores da Sudene, utilizando as atas do Conselho Deliberativo, e verificamos que a instituição - embora tenha conseguido um grande número de conquistas que marcaram decisivamente o Nordeste, fazendo com que a região se fortalecesse em termos políticos, através do poder de pressão do seu Conselho Deliberativo, dos estudos e pesquisas que possibilitaram conhecer a região e dos vultosos recursos investidos em vários dos seus projetos – não foi favorecida pelas condições econômicas e políticas do Brasil naquele momento histórico. Além disto, o curto período de tempo da gestão Celso Furtado não foi suficiente para que se criasse, efetivamente, uma consciência regional no Nordeste e para que as suas lideranças mais expressivas atuassem decisivamente nesta direção, rompendo com as raízes “coronelísticas” que marcam a história da região.

As secas ocorridas no período, embora não tenham atingido as proporções da de 1958, foram um problema a ser enfrentado. Mas o que realmente emergiu como um problema, naquele momento, foi a contradição entre o crescimento que inegavelmente ocorreu em alguns setores da economia nordestina, como no setor industrial, e o atraso em que se manteve a agricultura da região, agravando-se as dificuldades na área da oferta de empregos e de alimentos.

Merece destaque o fato de que, com o processo de industrialização ocorrido, a região transformou-se em uma espécie de “braço armado da indústria

do Sul do país”. Com efeito, foram montadas, na região nordestina, sucursais de grandes empresas do Sul que, movidas pela noção de “capitalismo intensivo” – isto é, impulsionador de moderna tecnologia e poupador de mão-de-obra – implicaram reduzida ampliação do mercado de trabalho regional. Mais grave ainda: houve um nítido deslocamento político dos centros de decisão para fora da região. Face a esta situação, a ação da Sudene foi também limitada em suas intervenções nas antigas relações de produção no campo, não tendo como criar um mercado consumidor para a indústria nem como absorver, de forma produtiva, o excesso populacional na região.

Além desses problemas, o contexto político dificultou igualmente as iniciativas da Sudene na gestão Celso Furtado. Isto foi claramente identificado pelo conselheiro Rômulo de Almeida, quando afirmou: “não estamos maduros para interpretar os limites das nossas posições políticas”. Neste sentido, concordamos com Amélia Cohn na sua avaliação de que a Sudene expressava as tensões sócio-políticas nordestinas, representando uma acomodação entre os vários grupos em jogo, diante da impossibilidade histórica de soluções autônomas, no âmbito da própria região.

Embora não houvesse maturidade política suficiente para enfrentar as dificuldades de diversas ordens que foram se apresentando, Celso Furtadoperseguiu a sua utopia viável, relativa, com o “espírito de cruzado”: as atas da Sudene, sob a sua direção, o demonstram claramente.

No entanto, sua obstinação em resguardar a instituição do jogo político-partidário não resultou em avanços para a instituição; ao contrário: criou problemas insolúveis, sobretudo porque o seu programa para a região Nordeste

teve um impacto profundo na região e os americanos, através da “ajuda” financeira, mergulhavam cada vez mais fundo nas questões políticas regionais, contradizendo, na prática, a visão do Superintendente de que o desenvolvimento do Nordeste era de responsabilidade exclusiva do Brasil.

Desta perspectiva, é possível supor que Furtado tenha subestimado a ameaça que a radicalização das forças de esquerda representava para os Estados Unidos, bem como a contundência da intervenção direta dos americanos, através da “Aliança para o Progresso” e, principalmente, da Agência Central de Informações (CIA).

O golpe de 1964 interrompeu, como já assinalamos, o curso histórico de realização da utopia furtadiana. Mas a Sudene persiste, como memória e história – e como realidade a ser retomada, redimensionada – no atual momento histórico do país, constituindo um dos desafios de grande monta no processo de construção de um projeto político de Nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. (6ª ed.) Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

AQUINO, Laura Christina Mello de. *Biografia de Celso Furtado*. Série Histórica. Paraíba Nomes do Século, nº 19. João Pessoa: A União Editora, junho de 2000.

_____. *Entrevista de Celso Furtado concedida à autora*. Paris, 17 de janeiro de 2000.

ARAÚJO, Braz. "O pessimismo de Celso Furtado". In: *Jornal da Tarde*. São Paulo, 25 de setembro de 1999.

BLOCH, Ernst. "Geist der Utopie" ("O espírito da utopia"), in: Teixeira, Luiz Gonzaga. *Utopia: uma cartilha*. In: <http://sites.Uol.com.br/antonioluizcosta/cartilha.htm>

BOBBIO, Norberto. *O filósofo e a política: antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e José Márcio Rego (orgs). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. “Apresentação”, in: Huxley, Aldous. *Contraponto*. Porto Alegre: Globo, 1968.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento. (O processo de criação da Sudene)*. (2ª ed). São Paulo: Perspectiva, 1978.

CONSELHOS DELIBERATIVOS DO CODENO E DA SUDENE. *Atas*. Recife: Sudene, 1959 a 1964.

ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In: *Obras escolhidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

FERREIRA, Catarina Teles. “Novas tipologias de composição urbanística”. In: *Utopias na viragem do milênio*. (Colóquio). Lisboa: Fórum Lisboa, 30 de junho a 02 de julho de 1999.

FICO, Carlos. “O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964)”. In: Carlos

Guilherme Mota (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

FURTADO, Celso. *Entrevista explosiva*. In: **Revista Caros Amigos**, ano VI, nº 71. São Paulo: Casa Amarela, fevereiro de 2003.

_____. *Formação econômica do Brasil* (308ª ed). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (3 v).

_____. “Auto-retrato intelectual”. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, vol.33. São Paulo: Ática, 1987.

_____. “A operação Nordeste”. In: MEC/ISEB. *Textos Brasileiros de Economia*, nº 5. Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1959.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GRAMSCI, Antonio. “Problemas da vida cultural”. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1974.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUIMARÃES, Juarez. "A trajetória intelectual de Celso Furtado". In: Tavares, Maria da Conceição (org). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. "Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano". In: *História do marxismo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HUXLEY, Aldous. *Contraponto*. Porto Alegre: Globo, 1968.

JACOBY, Russel. "Os intelectuais: da utopia à miopia". In: *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: EDUSP, 1990.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras*. São Paulo: EDUSP, 1973.

MANNHEIM, Karl. "A mentalidade utópica". In: *Ideologia e utopia*. (28ª ed). Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MELLO, José Octávio de Arruda. "Sudene. O problema da Paraíba no contexto regional." In: **Revista Cultura**, nº 1, João Pessoa, 1986.

MICELLI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma (re)ligião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1998.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino. Identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RIBEIRO, Darci. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1991.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. (2ª ed). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROMEU, Lúcia Etienne. *Entrevista de Celso Furtado*. In: **Jornal Correio das Artes**. João Pessoa, 31 de outubro de 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. (7ª ed). Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1982.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga. *Utopia: uma cartilha*. In: <http://sites.Uol.com.br/antonioluizcosta/cartilha.htm>., janeiro de 2003.

VIANA, Nildo. “A utopia concreta contra o realismo político”, in: *Textos de Projeto Esperança*. In: <http://orbita.starmedia.com/~nildoviana/utopia.html>., dezembro de 2002.